Clovis Moura

a sociologia posta em questão

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

LIVRARIA EDITORA CIÊNCIAS HUMANAS LTDA.
1978

BIB ID. 245212
Classif 301
Autor
V.
Ex.
Tombo BC 1226921
IEL/30757
M865d

Revisão, diagramação e
supervisão gráfica de:
JOSÉ ROBERTO JUNQUEIRA

Capa de:
RAUL MATEOS CASTELL

© Copyright by Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.

Todos os direitos reservados. Interdito qualquer tipo de reprodução, mesmo de parte deste livro, sem a permissão por escrito, dos editores.

Rua Sete de Abril, 264 – Subsolo B – Sala 5 – São Paulo – SP
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

"Não duvido que se fosse adverso ao direito de um homem que pretende ir ao poder, ou ao interesse daqueles que estão no poder, que a soma de três ângulos internos de um triângulo seja igual a dois retos, esta tese seria, se não posta em dúvida, pelo menos afastada através da destruição de todos os livros de geometria, se acaso o interessado possuísse os meios de o fazer."

Thomas Hobbes

"O que a Ciência Social precisa é usar menos as técnicas complicadas e mais coragem de atacar os problemas fundamentais, ao invés de furtar-se a eles. Mas exigir isso é ignorar as razões sociais que fizeram da Ciência Social o que ela é."

J. D. Bernal

"Em rigor, as ciências sociais são ciências políticas, só podendo ser aplicadas, quando forem aceitas politicamente, ou seja, quando aceitas pelas estruturas do poder."

Anísio Teixeira

"Cuando una teoria social tiene uso en la acción pratica damos vida a una teoria política."

Gonzalo Aguirre Beltran

Sumário

O PÃO DO SEMEADOR E A MOEDA DE JUDAS 9

PREFÁCIO DA EDIÇÃO MEXICANA 21

I – CONSIDERAÇÕES GERAIS 23

1. Razões Sociais do Aparecimento da Sociologia 23
2. A Dialética como Método da Sociologia da Práxis 31

II – SOCIOLOGIA E ESTRUTURA SOCIAL 37

1. Subordinação do Pensamento Social à Estrutura 37
2. Sociologia do Conhecimento: Limitações 39
3. Sociologia Acadêmica como Ideologia Conservadora 43

III – TEORIA E PRÁXIS

1. Tipologia da Sociologia da Práxis 55
2. Práxis Sociológica Autoconsciente e Alienada 66

IV – SOCIOLOGIA COMO INSTRUMENTO DESENVOLVIMENTISTA 73

1. Características do *Desenvolvimentismo* 73
2. Desenvolvimentismo: Sociologia do Subdesenvolvimento ou Subdesenvolvida? 80
3. A Ilusão Formalista dos Modelos *Desenvolvimentistas* 88

V – CONHECIMENTO, CONDICIONAMENTO E REALIDADE SOCIAL 93

1. Sociologia e Gnosiologia 93
2. Conhecimento e Teoria Sociológica 97
3. Falácias do Empirismo 98

VI – PRÁXIS POLÍTICA E A POLÍTICA COMO PRÁXIS SOCIOLÓGICA 101

1. Sociologia Política e Práxis Dinâmico/Radical 101
2. Sociologia ou Apologética Conservadora? 103
3. Patologia Social ou Sociologia Patológica? 111

VII – GRADUALISMO E DINÂMICO/RADICALISMO 115

1. Categorias Teóricas como Reflexo da Práxis 115
2. Gradualismo: Teoria da Estagnação Neocolonialista 116

APÊNDICE – UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DO CONCEITO DE HISTÓRIA 123

O pão do semeador e a moeda de Judas

"Quando a razão volta-se contra os interesses dos homens, eles se voltam contra a razão."

Bertold Brecht.

Conforme tentaremos demonstrar nas páginas que se seguem, a *sociologia acadêmica* – respeitável, tranqüila e institucionalizada – passou a ser um enclave que se situa entre os elementos do conhecimento social e a sua prática dinâmico/radical. Formada, já, como um patamar ideológico através do qual a burguesia que havia esgotado o seu combustível revolucionário começou a se auto-analisar (após a tomada do poder político), fossilizou-se no plano dos valores da sociedade que a criou e institucionalizou. Esta institucionalização, por seu turno, modificou, de forma relevante, a sua função, de vez que a obrigou a se deter no processo de revelar o conhecimento dinâmico da sociedade. Transformou-se em uma ideologia que faz parte dos mecanismos reguladores e controladores da sociedade burguesa. Desta forma, a dinâmica incontrolável das classes e grupos que se situam no chamado espaço social em posição antagônica à das classes dominantes e suas respectivas estruturas de poder é considerada anormal, atípica, ou, para se usar um termo mais em uso: patológica.

Isto porque essas forças dinâmicas emergentes representam a negação daquilo que é *sociologicamente aceitável*, estabelecido e sacralizado.

Ainda, conforme procuraremos demonstrar, há duas formas de aplicação de uma Ciência da Sociedade, embora somente uma esteja institucio-

nalizada e reconhecida como científica pelo atual tipo de sociedade, seus institutos universitários e instituições controladoras: a *sociologia acadêmica.* Essa ideologia conservadora caracteriza-se por uma sistemática gradualista que apresenta como sendo científico apenas aquelas reformas tópicas, horizontais e regionais, previamente elaboradas por cientistas sociais profissionais, a fim de serem executadas de cima para baixo e que podem ser realizadas nos quadros da sociedade capitalista. Fecha, portanto, a área de possibilidades de se fazer emergir, em obediência às próprias leis imanentes, uma ciência dinâmico/radical capaz de apresentar modelos e soluções que transcendam (e superem) o atual modo de produção. O pensamento dinâmico/radical que possibilitaria a análise, interpretação e transformação da sociedade é, por estas razões, considerado *ideologia* (num sentido pejorativo que se contrapõe à ciência), visão utópica, quando não pensamento indesejável nos meios universitários e entidades culturais tradicionais. Desta forma, a *sociologia acadêmica* transforma-se em *ciência aplicada* na medida em que coonesta o atual tipo de sociedade, *racionalizando-o* (no sentido weberiano), procurando bloquear as forças mais ponderáveis que oferecem soluções globais radicais, e, por isto, antagônicas a um modo de produção sociologicamente superado.

Durante todo o tortuoso percurso que forma a história da sociologia acadêmica, nota-se, perfeitamente, como é reflexa dos valores fundamentais criados pelo dinamismo da estrutura social dominante. Desenvolve-se *pari passu* com o complexo ideológico que racionaliza o sistema. E, depois de se constituir em segmento ideológico, cria, a partir da necessidade que se faz sentir no sentido de elaborar-se um mecanismo equilibrador das suas contradições, técnicas empíricas que têm funcionalidade na medida em que atenuam essas contradições e apresentam soluções parciais para os diversos níveis do conflito. Municiando, assim, as instituições mantenedoras do *status quo* – de acordo com os valores das classes dominantes – através de técnicas mediadoras, a sociologia acadêmica nada mais é do que um ramo de conhecimento e atividade criado no transcurso da elaboração de uma ideologia racionalizadora, capaz de suprir a necessidade de se apresentar a sociedade capitalista como eterna e racional. Racional por eterna e eterna por racional.

O seu título de ciência deu-lhe um *status* de respeitabilidade que se amplia (e é exagerado) à medida que ela se sofistica e refina. Os jargões cada vez mais indecifráveis; a criação de um código de linguagem cada vez mais inacessível aos *leigos;* a especialização cada dia mais extremada e que pesquisa profundamente detalhes cada vez menores de uma realidade social inquestionavelmente irrelevante; a sua pretensa imparcialidade; o empirismo e a sua falta de visão histórica colocam-na como um

instrumento altamente valioso, sofisticado e inatacável no sentido de impedir a radicalização das soluções dos problemas sociais.

A sua pretensa imparcialidade científica confere-lhe um *ethos* liberal que corresponderia ao *laissez faire,* embora não haja mais possibilidades da aplicação dessa filosofia *belle epoque* na fase do capitalismo monopolista. Isto leva a que, em determinados momentos (especialmente naqueles de crise mais aguda do sistema), nas regiões que não possuem instituições culturais liberais desenvolvidas, como nos países do chamado Terceiro Mundo, onde as estruturas de poder não foram criadas dentro de padrões do liberalismo clássico, a sociologia possa ser vista como perigosa pelos órgãos mais radicalmente repressivos. Como explicar esta contradição?

À primeira vista parece que – assim como aconteceu na Alemanha nazista – a sociologia, no seu bojo conceptual, na sua própria essência é antitotalitária. O que somente é verdade em parte. Se fizermos uma análise mais aprofundada do assunto, iremos ver que somente uma corrente da sociologia acadêmica é contestadora nesses momentos. Os sociólogos teóricos, aqueles que tentam estabelecer esquemas de interpretação da dinâmica global – mesmo gradualista – quase sempre de formação humanista e liberal, muitas vezes sentem-se chocados com a estupidez e a irracionalidade das estruturas de poder totalitárias. A sua formação humanista pesa consideravelmente no seu comportamento individual, mais do que a sua condição de sociólogo. É o caso de José Medina Echavarria, em relação ao governo de Franco na Espanha ou o de Karl Mannheim em relação a Hitler na Alemanha. Isto, no entanto não se verifica em função da posição *científica* (neutra) dos seus seguidores, mas, pelo contrário, vem demonstrar que esta pretensa neutralidade é apenas aparente. Por outro lado, a recíproca também é verdadeira: há sociólogos que, acobertados pelo mito dessa imparcialidade e respaldados pelo manto inconsútil do empirismo servem a qualquer tipo de governo[1].

Desta dupla verificação conclui-se que a sociologia acadêmica pode, no máximo, em determinados momentos, ser uma ideologia crítica de alguns segmentos, das classes dominantes, porém nunca uma ciência que

1. Diz Lundberg: "A ciência não nos proporciona mais do que um carro e um chofer. Não nos diz diretamente, como ciência, para onde devemos dirigir-nos. O carro e o chofer podem levar-nos à lama, ao precipício, contra uma parede de pedras ou às alturas das maiores aspirações humanas com a mesma eficiência (. . .) Os serviços dos *verdadeiros* cientistas sociais seriam tão necessários para os comunistas como para os fascistas ou democratas, assim como são os dos físicos e os dos médicos" (Lundberg, Georg A.: "El Futuro de las Ciencias Sociales", in *Revista Mexicana de Sociologia*, Ano V, Vol. V, nº 2, pp. 263-71.

esteja em consonância com o ritmo do dinamismo emergente da sociedade. É sempre um elemento estruturalmente limitado porque não acompanha as contradições que se manifestam em conseqüência do próprio desenvolvimento do seu objeto de estudo.

Em outras palavras: a sociologia acadêmica, em determinados momentos, pode, quando muito, refletir apenas uma consciência crítica, reformista, mas nunca uma consciência revolucionária.

Acontece que as ciências sociais ou são revolucionárias ou não são. Isto porque as leis objetivas da sociedade são revolucionárias. Desta forma, mesmo a consciência crítica da sociologia acadêmica é anticientífica. Há uma disritmia entre o processo emergente e as suas categorias, entre o devir eminentemente dinâmico e as soluções gradualistas que ela apresenta. Desta forma, à medida que, de um lado, o desenvolvimento se processa dinamicamente, e, de outro, a sociologia acadêmica se atrasa em refleti-lo conceptualmente para elaborar uma *praxis* correspondente, criam-se as premissas teóricas para a alienação que a caracteriza.

Quando ela se institucionaliza, quando se transforma em tática auxiliar de uma estrutura estática, procurando eternizar o seu perfil, passa a ser uma simples técnica de manutenção do *status quo*, mas, nunca, uma ciência que seja "a autoconsciência do processo objetivo do desenvolvimento social da sociedade"[2].

Esta ligação estrutural entre a sociologia acadêmica e a sociedade capitalista é que lhe tira a possibilidade e capacidade de ser uma ciência para transformar-se em uma técnica refinada que *racionaliza* as suas contradições. Os institutos de pesquisas, as fundações de auxílio, todo o conjunto de instituições que beneficiam esse tipo de atividade através de compensadores financiamentos, corrói a visão dinâmico/radical do cientista social, deixando-o ideologicamente desarmado para entender a irracionalidade global do sistema, pois, através de um condicionamento habilmente preparado, vai sendo alienado pelo próprio reflexo das idéias dominantes e passa a aceitar como ciência – embora isto não se manifeste num plano consciente – apenas aquelas técnicas altamente refinadas que são elaboradas nos círculos universitários.

Nos países dominados a situação é ainda mais dramática. Os cientistas sociais sofrem uma dupla carga alienadora. Em primeiro lugar, são formados em universidades elitistas, que adotam todo o instrumental teórico e a subordinação ideológica dos países dominantes. Em segundo lugar – e é preciso dizê-lo – como esses países dominados não possuem verbas vultosas

2. Marx, Karl, *Herr Vogt*, Ed. Lautaro, B. Aires, 1947, p. 119.

para a realização dessas pesquisas (de resto inteiramente desnecessárias no nível dos interesses e objetivos dos estratos dinâmicos e oprimidos da sociedade dominada), esses cientistas sociais têm de recorrer às entidades financiadoras dos países ou país dominador. Dá-se, então, um fenômeno curioso: passam já a justificar não apenas a subordinação ideológica – que eles confundem com postura científica – mas a justificar, também, a necessidade desses "auxílios" que, no campo da sociologia são tão desfavoráveis para o desenvolvimento de uma ciência social autônoma, como, no plano econômico, são os "auxílios" financeiros para o desenvolvimento dos países dominados. Mas, ao se chegar a esta altura dos acontecimentos esses cientistas sociais já perderam a consciência crítica que poderiam ter em outras circunstâncias.

Este tipo de institucionalização das ciências sociais, cujo quartel-general são os Estados Unidos da América do Norte, tem sido, inclusive, um veículo permanente de corrupção política e científica dos mais importantes. Naquele país, segundo dados fornecidos por N. V. Novicov[3], esse financiamento é – pelo menos de forma subliminar – responsável pelo surgimento e desenvolvimento da pseudo-ciência do "comportamento social". A despesa daquele país com pesquisas sociais, segundo Alport, em 1961, era de 215.000.000 de dólares. Esta verba, ainda segundo o mesmo autor, era conseguida através das seguintes fontes: Governo Federal: 55.000.000 correspondendo a 25,6% do total; donativos particulares: 15.000.000, correspondendo a 7,0%; colégios e universidades com 5.000.000 que alcançam 2,3% do total; empresas industriais 137.000.000, com 63,7% e diversos com 3.000.000 que perfazem apenas 1,4% do total.

Outras fontes poderiam ainda ser invocadas para demonstrar como esta sociologia perdeu completamente a sua independência e dignidade científicas, porque subordinou-se a uma estrutura irracional, que nega a ciência em todos os seus níveis ou a usa no sentido estritamente tecnocrático e amoral, visando objetivos anti-humanos. Os físicos que, como Openheim, trabalharam para a desintegração do átomo, depois do que aconteceu em Hirochima e Nagasaki, tiveram um drama de consciência que correspondia à diferença que existe entre o que eles pensavam ingenuamente a respeito do que suas pesquisas iriam representar para a Humanidade e o que elas, de fato, representaram.

Voltando às ciências sociais: há dados e informações que colocam claramente – aliás já aceitando como natural essa sujeição – como os

3. Novikov, N. V., "De la Sociologie Bourgeoise 'du Comportament Social'", in *l'Homme et la Societé*, Paris, nº 3, jan./fev. 1967, p. 56.

sociólogos dos Estados Unidos estão subordinados, para poderem realizar essas custosas e sofisticadas pesquisas, às instituições protetoras e às estruturas de poder daquele país. Robert L. Faris, por isto mesmo, procurando demonstrar e justificar o grau de desenvolvimento científico da sociologia dos Estados Unidos, escreve que "fatos importantes para o êxito da sociologia norte-americana é a abundância de fundos postos à sua disposição. Este é outro dos aspectos que proporcionam o alto nível de vida do país. O grande número de estudantes em sociologia requer um número correspondente de professores. Não são todos os colégios e universidades em que são ministrados cursos desta matéria e em muitos o seu ensino está a cargo de professores não especializados".

Ainda segundo o mesmo autor, baseado em House, a soma de cadeiras de sociologia nos Estados Unidos é, sem dúvidas, muitas vezes maior do que o total de professores no resto do mundo[4].

Depois de mostrar como se dividem as atividades dos sociólogos norte-americanos, afirma o mesmo autor que "o enorme tamanho dessa

4. Faris Robert E. L., "La Sociologia Norte-americana", in *Sociologia del Siglo XX* (Georges Gurvitch y Wilbert E. Moore org.) – Ed. El Ateneo, Barcelona, 1964, 2 vols. IIº p. 43. – Esclarecedor é também o depoimento de Norman W. Storer: "Muito embora a maioria dos cientistas norte-americanos seja empregada pelo governo e pela indústria e não pelas universidades, a invejosa distinção que às vezes se faz sentir entre a pesquisa 'pura' e a pesquisa 'aplicada' parece refletir o fato de que o cientista contratado expressamente por sua capacidade de pesquisador deve estar sujeito às exigências do empregador" (. . .) Christopher Wright, diretor do Instituto para o Estudo da Ciência nos Assuntos Humanos da Universidade de Colúmbia, calculou que dos duzentos e cinqüenta mil cientistas existentes nos Estados Unidos, uma centena talvez constitua o que ele denomina a 'comunidade dos assuntos da ciência' – o grupo de cientistas que participam regularmente dos conselhos do governo. Ele analisou os mecanismos através dos quais os cientistas se tornam membros desse grupo informal e mutável, porém altamente influente, e dá a entender que, embora um elevado nível de competência científica seja pré-condição dos membros desse grupo, também são necessários o conhecimento prévio dos processos governamentais e considerável habilidade no trabalho administrativo. Existe, assim, até certo ponto, uma espécie de organização que se perpetua a si mesma, mais decorrente do número limitado de homens disponíveis que possuam a desejada combinação de talentos e interesses do que de quaisquer tendências egoístas e exclusivistas. (. . .) "Quando grandes verbas para a pesquisa passam a simbolizar a excelência científica, quando um convite para assessorar o governo representa o reconhecimento profissional, quando as descobertas práticas recebem cada vez mais o reconhecimento público, existe a possibilidade de vir a ser falseado o sistema de valores sobre o qual se baseia a ciência." (Storer, Norman W., "A Sociologia da Ciência", in Parsons, Talcott (Org.), *A Sociologia Americana*, Ed. Cultrix, S. Paulo, 1970, pp. 244-52.

divisão bastaria para explicar grande parte da sua produção. Mas a isto vem juntar-se uma abundância de fundos que facilita ainda mais a produção sociológica. Alguns estudos puderam ser realizados somente através deste recurso. Assim, por exemplo, o estudo sobre o camponês polonês foi financiado pela generosidade de Helen Culver, que apoiava igualmente várias outras obras educativas. O amplo e importante estudo escrito em colaboração e dirigido por William Ogburn, publicado em 1933 sob o título de *Recent Social Trends*, só pode ser realizado em conseqüência de importante doação feita pela Fundação Rockfeller. Muitos outros estudos de menor importância tiveram o apoio de várias pessoas, de algumas fundações e – em alguns casos – de empresas governamentais. No domínio da sociologia rural especialmente, o governo federal subvenciona uma grande quantidade de estudos. Já que não há nenhum conflito entre a sociologia rural e a sociologia geral, esta generosidade favorece a sociologia no seu conjunto"[5].

Através de todos estes dados que nos são apresentados, podemos inferir aproximadamente até que ponto a sociologia institucionalizada nos Estados Unidos está subordinada àquelas forças econômicas e sociais que subordinam os países chamados subdesenvolvidos.

Então, resta perguntar: e como essas entidades e instituições que, no plano internacional, têm interesse em manter o *status* de subordinação dos países do Terceiro Mundo têm condições de subvencionar e auxiliar os cientistas sociais dessas áreas subordinadas, e, ao mesmo tempo, permitir-lhes uma liberdade científica capaz de constatar e denunciar este estado de coisas? Porque a contradição torna-se evidente. A elaboração de projetos de desenvolvimento autônomos desses países terá, evidentemente, de levar em consideração e apontar os mecanismos estranguladores que a eles se opõe o imperialismo, o capital monopolista, os seus ideólogos e as suas entidades protetoras. Isto em nada contradiz – a denúncia – uma postura científica do sociólogo. Pelo contrário. Se isto não acontece por vinculações institucionais desses cientistas sociais com órgãos do capitalismo internacional, mesmo indiretas, eles traem a sua missão de cientistas. E ao se manterem propositadamente distantes, criando valas voluntariamente intransponíveis, espaços neutros e intermediários, contentando-se com pesquisas parciais – financiadas por essas entidades – estarão escamoteando covardemente o que é fundamental do ponto de vista científico.

Um caso extremo de aproveitamento das ciências sociais pelas estruturas de poder imperialistas dominantes na América Latina é, sem dúvidas,

5. Faris, Robert E. L., *op. cit.*

o Projeto Camelot, organizado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, projeto que obteve intensa repercussão nos círculos acadêmicos, dos quais grande parte já estava praticamente corrompida pelas possibilidades mirabolantes com que os seus organizadores acenavam. A começar pela soma que seria dispendida com a sua execução, fato que proporcionaria todas as possibilidades para que os seus membros pudessem aplicar os *mais altos padrões científicos* na sua elaboração, tudo contribuiu para que eles fossem atraídos pela miragem. O critério *operacional* justificava a atitude desses cientistas que se postavam numa posição de equidistância dos seus objetivos globais de espionagem. Um certo cinismo "científico" servia de túnica protetora e de elemento justificador para aqueles que tiveram a honra de ser convidados para tão alto empreendimento científico.

O projeto – conforme já afirmamos – não passava de espionagem refinada e tinha como objetivo: "*primeiro:* criar métodos para avaliar o potencial de guerra intestina nas sociedades nacionais; *segundo:* identificar da maneira mais segura possível aquelas ações que um governo poderia realizar com o fim de avaliar as condições julgadas capazes de gerar um potencial de guerra intestina; e *finalmente*, determinar a probabilidade de prescrever as características de um sistema de obtenção e utilização das duas coisas acima indicadas. O projeto é concebido como um esforço a ser levado a cabo em três a quatro anos, com um financiamento anual de cerca de um milhão de dólares. É patrocinado pelo Exército e o Departamento de Defesa, e será conduzido em colaboração com outros órgãos do governo. Planeja-se uma ampla coleta de dados básicos *in loco* (América Latina), assim como a extensa utilização dos dados já existentes sobre funções sociais, econômicas e políticas[6]."

"Em maio de 1965 o Chile era cenário de fantásticas histórias de espionagem veiculadas pela imprensa e de protestos de ultraje acadêmico por serem recrutados no seu seio os encarregados de missões de espionagem. Isto tudo era sumamente irônico, uma vez que nos documentos de trabalho o Projeto Camelot estava declarado, em termos inequívocos, que os critérios para o estudo 'deveriam mostrar a promessa de elevadas recompensas em função dos tipos de dados requeridos' e ao modelo 'para o estudo das revoluções e golpes de estado latino-americanos seriam a Argentina, Guatemala, Venezuela, Bolívia, Colômbia, Cuba, Salvador,

6. Horowitz, Irving Louis, *Ascensão e Queda do Projeto Camelot*, Ed. Civilização Brasileira, R. de Janeiro, 1969, p. 5.

República Dominicana, Peru, Brasil e os casos 'especiais' do México e Paraguai[7]."

Dirigido por Rex Hopper, o projeto estendeu-se como uma teia de napalm corruptor até que estourou. No Chile, na Suécia e em outros lugares surgiram vozes que mostraram à sociedade o caráter ostensivamente policialesco de todo o projeto. Por outro lado, o Departamento de Estado americano protestou por haverem o Departamento de Defesa e o Exército se imiscuido em assunto da sua especialidade, o que vinha oficializar, publicamente, o seu objeto de espionagem.

Pois bem, esse conluio científico/militar indecoroso tão evidente era visto pelos cientistas sociais acadêmicos que dele participavam e dele se beneficiavam como um casamento legal, a tal ponto que Horowitz escreve sobre este processo de alienação que "o que se tornou particularmente evidente ao falar com o pessoal do Camelot, foi que nenhum deles considerou o seu papel no projeto como espionagem em favor dos Estados Unidos ou de qualquer outro órgão"[8]. Sem comentários.

Este caso extremo serve para ilustrar o grau de envolvimento ideológico que o imperialismo, através dos seus órgãos, exerce sobre as ciências sociais universitárias nos países dominados. Querer, a título de defender uma incorruptibilidade moralística mítica, negar essa subordinação estrutural das ciências sociais e dos cientistas sociais em particular dos países dependentes é, no mínimo, ingenuidade. Porque ela se inicia com a própria assimilação das categorias teóricas importadas e continua na sua aplicação prática e nos condicionamentos materiais para a execução dos seus projetos. Negar isto é procurar convencer as pessoas a acreditarem em um mito que foi criado – ele também – para impedir que se veja a verdade. Desta forma, todo um arsenal teórico é montado para mitificar esta realidade. E a "imparcialidade científica" é invocada todas as vezes que alguém fala na força corruptora do capitalismo internacional e da passividade dos cientistas sociais que dependem das estruturas de poder locais e das instituições internacionais para manterem a sua estabilidade profissional e terem possibilidades materiais de executarem os seus projetos universitários.

Em uma bem fundamentada comunicação à última reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o Prof. José Nilo Tavares dizia apenas o que todo mundo já sabe: que não se pode aceitar sem restrições os programas científicos no campo das ciências sociais realizados sob patro-

7. *Op. cit.*, Curiosamente: o Chile foi o país escolhido como sede para a execução do Projeto Camelot.

8. *Op. cit.*

cínio, financiamento ou colaboração estrangeira, especialmente norte-americana. Parece que qualquer pessoa conhecedora dos mecanismos de manipulação ideológica – e econômica – do imperialismo concorda com isto. O que se estranha é que haja pessoas que se firam ou molestem com esta constatação elementar e venham, de público, defender a incorruptibilidade desses cientistas sociais e dessas pesquisas, como se o caso fosse limitado especificamente a um nível de moral pessoal. No entanto, foi o que fez o Prof. Paul Singer o qual procurou, inclusive, insinuar malevolamente que o Prof. José Nilo Tavares pratica o mesmo pecado[9].

Ora, o que se deve destacar, de início, como ponto de princípio básico, não é aquilo que por ventura as fundações estrangeiras fazem, financiando alguns projetos de pesquisa. O que se deve considerar é, em primeiro lugar, a seleção, o peneiramento que elas fazem para concedê-lo; em segundo, as restrições que são impostas para a sua concessão, e, em terceiro lugar – o que é mais importante – a autocensura castradora que esses cientistas se impõem na proposta e na execução desses projetos de pesquisa, para respeitarem "as regras do jogo" impostas pelos financiadores alienígenas.

Querer colocar um problema tão dramático em termos de inviolabilidade moral daqueles cientistas sociais acadêmicos que se beneficiam com

9. Singer, Paul, "A Política da Suspeita ou a Suspeita da (Ciência) Política", in *Opinião*, R. de Janeiro, nº 197, agosto, 1976. – Aliás a resposta à ironia do Prof. Paul Singer é dada no mesmo órgão de comunicação que publicou a sua matéria. Michael T. Klare mostra, com todas as letras, como esses cientistas sociais são aproveitados pelos serviços de inteligência dos Estados Unidos de forma sistemática, a partir de 1964. Após o fracasso do Projeto Camelot, escreve o articulista, "o Pentágono transferiu esses 'trabalhos delicados' para órgãos não militares, em particular o Departamento de Estado, a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar. Além disto, todos esses projetos têm desde então que ser aprovados pelo Conselho de Pesquisa para Assuntos Externos do Departamento de Estado, organismo criado pelo presidente Johnson em 1965 para evitar que ocorram novos escândalos do tipo Camelot". Como podemos ver, o relacionamento ficou, de fato, muito "mais complexo", como acentua enfaticamente o Prof. Paul Singer. Depois de apresentar uma série de fatos que mostram a subordinação desses cientistas sociais à estratégia política e militar dos Estados Unidos, o autor do artigo que estamos comentando informa a opinião de um pesquisador segundo a qual *"outrora, a boa receita para vencer a guerrilha era ter dez soldados para cada guerrilheiro; hoje, dez antropólogos para cada guerrilheiro"*. Acrescenta ainda que várias equipes de antropólogos americanos haviam se instalado em comunidades montanhesas para estudar suas crenças e costumes. (Michael T. Klare, "Intelectuais e Universitários na Contra-insurreição", in *Opinião*, R. de Janeiro, nº 204, outubro, 1976.

e se submetem às regras, em nível de exceção, ao aceitarem as verbas de instituições representativas do capitalismo monopolista aplicadas nos institutos universitários dos países dominados é fazer – consciente ou inconscientemente – a sua defesa ideológica ou julgá-las o anjo bom protetor da estória e nós os demônios ou lobos maus, despeitados com a sua magnanimidade "imparcial".

O certo é que o Prof. Paul Singer ao tecer uma série de considerações sobre o assunto nas quais informa, entre outras coisas já sabidas, que as relações entre os cientistas sociais e as fundações são "muito mais complexas", ou pondo em ridículo a afirmação de que a CIA poderia usar a Fundação Ford (por que defendeu explicitamente a Ford?) para, mediante o financiamento de cursos de pós-graduação, transformar nossos cientistas em colaboradores das suas atividades de inteligência – hipótese, por sinal plausível – é procurar justificar, para defender interesses profissionais lucrativos (não confundir com científicos) o que é cientificamente irracional e levantar uma bandeira no mínimo ingrata porque confunde o pão do semeador com a moeda de Judas. . .

Por tudo isto, terminando esta introdução para a edição brasileira desta obra, devemos dizer que a sociologia tradicional, acadêmica, especialmente em países como o Brasil, deixou de estar em crise de crescimento para começar a manifestar os primeiros sintomas de esclerose, decadência e decomposição.

Há, portanto, necessidade que a ela se contraponha um outro tipo de ciência social que postule modificações globais, através dos grupos sociais e classes que estão interessadas em superar as contradições inerentes a esse tipo de sociedade, modificando-o qualitativamente. A sociologia acadêmica reflete, interpreta e justifica, assim, na sua estrutura conceptual e na sua aplicação prática, a inércia social e o conservadorismo político nas suas diversas conotações. Desta forma há necessidade, nesta constelação de teorias que configura a decomposição do pensamento social e das ciências sociais acadêmicas, de uma reformulação radical dessas categorias. Mas, essa reformulação não pode ser feita pela própria sociologia acadêmica, pois isto seria negar-se ao superar-se e fazer emergir uma outra ciência qualitativamente superior. E isto ela não pode fazer pela contradição intrínseca entre a sua função atual e aquela que exerceria ao se superar conceptualmente. Porque, ao tentar tal transformação entraria em choque com os interesses de pessoas, grupos, classes e instituições que dela se beneficiam e fornecem-lhe o fluxo de facilidades, vantagens e recursos para que ela permaneça atuante.

Há, portanto, um impasse que nos parece insolúvel se esperarmos essa transformação a partir de uma dinâmica crítica e radical da própria

sociologia acadêmica e por ela executada. Esse impasse gera a necessidade de uma anti-sociologia capaz de produzir esta ruptura, superando o dogmatismo acadêmico e apresentando, na sua proposta, não apenas uma nova conceituação, mas, também, novas normas de ação. Desta forma a anti-sociologia seria a negação hegeliana daquela que se apresenta como científica, ou, em última instância, a sociologia de uma praxis revolucionária.

São Paulo, outubro de 1976.

*Prefácio da edição mexicana**

Este livro não é um tratado de Sociologia. Não é, também, uma introdução aos seus princípios e métodos. A nossa intenção aqui é bem outra. Desejamos, no momento atual, tão dramático para a Sociologia, recolocar, de forma crítica, alguns assuntos para que se tenha uma visão dinâmica da sua função no mundo moderno, e, especialmente, no Brasil atual.

Não tentamos, por outro lado, fazer uma análise exaustiva dos assuntos abordados. Em primeiro lugar, porque seria alongar muito a obra. Em segundo lugar, porque uma série de barreiras institucionais impedem, hoje, aberta ou veladamente, esse tipo de abordagem.

Ficamos, assim, em muitos capítulos, dentro de um plano exploratório, esperando que o leitor complete ou retifique alguns pontos de vista que não foram bem explicitados. Desta forma – queremos insistir – desejamos com este "Sociologia da Praxis" abrir uma picada, não diremos nova, porém pouco percorrida, para que os jovens sintam que as ciências sociais não são apenas aquelas microanálises sem consistência científica relevante e que estão na fronteira do simples serviço social, mas se impõem como a visão autoconsciente do Homem em face da História e do futuro.

Creio, portanto, que aos jovens é endereçado este livro. Foi pensando neles – operários e universitários – que o escrevi, pensando como estão

* O presente livro foi publicado no Exterior com o título de "Sociologia de la Praxis", Ed. Siglo XXI, México, 1976.

encarando este momento dramático da história do Homem, quando valores centenários estão ruindo e barreiras milenares procuram ainda sustentá-los.

A esses jovens generosos que não se conformam com a inércia social, mas acreditam num futuro para a Humanidade, ao seu humanismo e ao despreendimento são dirigidas estas páginas.

Queremos, finalmente, dar uma última explicação. Quando fazemos a crítica de princípios e métodos de outros sociólogos não os estamos atacando pessoalmente. Muitos deles, pelo contrário, são donos de magnífica dignidade intelectual, como é o caso específico de Florestan Fernandes.

A nossa crítica visa apenas esclarecer o perigo das suas posições metodológicas, especialmente quando, por não compreenderem o caráter altamente político da sociologia, prostram-se ante correntes de opinião e técnicas de análise que nos chegam exatamente objetivando a impedir o aceleramento do processo social que se desenvolve no Brasil. Não visamos, portanto, pessoas, mas simplesmente posições no plano do conhecimento científico.

Se este livro servir, pelo menos, para pôr na ordem-do-dia os problemas nele levantados já terá conseguido os seus objetivos.

São Paulo, 10 de outubro de 1972.

1 *Considerações gerais*

1. Razões sociais do aparecimento da Sociologia

Desde fins do século XVIII e início do XIX que os homens de pensamento do Ocidente, impulsionados pelas grandes transformações verificadas nas instituições sociais existentes, procuram dar resposta de forma sistemática (em termos de *Weltanschauung*) a uma série de desafios lançados pela realidade que os envolve e condiciona. A procura de explicação para estas modificações estruturais não é porém um mero especular no vazio, uma simples soma de opiniões e hipóteses, mas decorre de uma necessidade: a do Homem conhecer-se no processo do *devir*. Isto é, a *intelligentsia* não se contenta mais em ver a realidade passada enquadrada em conjuntos lógicos que a explicam mas deseja tirar ilações para o futuro. Pretende construir instrumentos de conhecimento capazes de conduzir a sociedade que cada dia parece mais – para grande número de cientistas sociais – carente de sentido para rumos que correspondam ao grau de complexidade a que ela chegou e ao nível de desenvolvimento que a tecnologia proporciona, anulando o hiato que existe entre as relações sociais e o avanço técnico e científico. Este é o grande problema do conhecimento moderno e o desafio que as ciências sociais acadêmicas não podem aceitar. Conforme tentaremos demonstrar no decorrer das páginas subseqüentes o seu fracasso ante os problemas globais da sociedade contemporânea e a sua transformação cada dia mais aceleradamente em disciplina universitária inócua ou técnica de pesquisa de detalhes cada vez menores, nasce da sua própria origem. Podemos dizer que é um traumatismo de nascimento.

O século XIX iniciava-se numa decolagem econômica sem precedentes. Os antigos valores tradicionais sedimentados numa sociedade cujo ritmo era bem lento não mais satisfaziam. Em todas as esferas do conhecimento a inquietação científica se manifestava. Os homens, as classes, as nações tinham perspectivas e horizontes bem diferentes dos existentes em uma sociedade tradicional. Todos os esquemas clássicos de explicação eram postos em dúvida. Uma verdadeira pletora manufatureira inundava o mercado europeu. Tudo se transformava tão rapidamente que um homem, no transcurso de sua vida podia observar facilmente essas transformações. O aceleramento do ritmo de progresso levou a que os homens procurassem racionalizar este novo aspecto ou novos aspectos da realidade social de acordo com os valores emergentes do processo em curso. Por isto mesmo afirma Bert F. Hoselitz que "a principal razão para esse aumento gradual de interesse pela ciência social e a intensidade crescente do trabalho intelectual despendido em relação aos problemas sociais, podem ser encontrados na modificação de padrão da camada social, na qual estes movimentos se efetuavam. Na metade do século XVIII, o capitalismo começou a superar em crescimento o estágio anterior e, gradualmente, tornou-se o sistema sócio-econômico dominante no norte e oeste da Europa. Naquele tempo, a ascensão da classe média já havia conquistado posições importantes na vida social dos países industrialmente mais desenvolvidos, tais como a França, Holanda e Inglaterra. Na Alemanha e na Itália ainda não possuia a mesma força e importância social. Mas, enquanto a burguesia adquiria mais importância política e as velhas instituições cediam sob a pressão exercida pelo capitalismo nascente, estas mesmas instituições começaram a ser debatidas com suas origens e valores de sobrevivência, suas funções justificativas" (...). "Simultaneamente, com a influência crescente da burguesia como classe, com o desenvolvimento industrial e a "racionalização" cada vez mais aperfeiçoada da vida econômica, ocorreram mudanças na estrutura social dos países do oeste da Europa que eram por demais aparentes para poderem ser ignoradas por seus contemporâneos"[1].

Foi exatamente dentro desse período e como reflexo dele que a Sociologia apareceu como ciência que pretendia explicar as modificações globais porque instituições até então tidas como perfeitas e imutáveis se processavam. Todo um sistema de valores tradicionais era praticamente posto de lado e as tensões com as velhas relações sociais vinham à tona

1. Hoselitz, Bert F., "As Ciências Sociais nos Últimos Duzentos Anos", in *Sociologia*, vol. XXVI, nº 1, S. Paulo, p. 87.

constantemente. O capitalismo assentava definitivamente a sua estrutura econômica e, mesmo tendo ainda alguns segmentos daquela que o precedeu, elaborava uma *praxis* e uma ideologia. Uma *praxis* que – por uma série de elementos particularizadores – era completamente diferente da que a antecedera; uma ideologia que cobria essa *praxis* e se inseria no conjunto do sistema como seu elemento justificador.

As primeiras tentativas de explicação do desenvolvimento da sociedade, vindas de onde vieram: – da intelectualidade que de uma forma ou de outra participava do processo aderida às classes dominantes – tinham de exprimir esta particularidade. A primeira premissa a ser levantada era a de que a sociedade era um todo *orgânico*, isto é, cada parte tinha a sua função específica dentro do todo e qualquer tentativa de modificação afetaria o conjunto. As partes constitutivas, completamente harmônicas não mais podiam ser modificadas. Desta forma, a burguesia ao tempo em que, através de uma verdadeira subversão de valores tradicionais, criava uma nova estrutura econômica, exigia dos seus ideólogos uma teoria que a apresentasse como o ponto final da evolução. Depois de mim o dilúvio...

É deste traumatismo de nascimento que a Sociologia acadêmica não se curará nunca. Pelo contrário, o mal tende a se agravar progressivamente.

Por isto mesmo, o formalismo que capeia a maioria dos trabalhos de Sociologia acadêmica e o empirismo de outro lado, formam dois pólos de uma contradição: a impossibilidade dessa ciência ver e interpretar em termos de *devir* o processo antinômico, contraditório, que caracteriza o desenvolvimento do seu próprio objeto de investigação. As técnicas de pesquisa, altamente refinadas, voltam-se cada vez mais para si mesmas, sem nenhuma possibilidade de autoconscientizar-se. Parece que as ciências sociais que se formaram dentro da própria constelação de valores que desejavam estudar e conhecer, ficaram como o peru no círculo de giz. Por outro lado, os próprios interesses dominantes e a sua posição dentro da sociedade fê-las um conjunto de ciências do lucro e não uma ciência do salário[2]. Este é portanto o desafio que a Sociologia enquanto disciplina institucionalizada não poderá aceitar. As posições céticas e divergentes que se notam nos próprios quadros dessa Sociologia são uma prova de que as categorias que formam o seu conjunto conceptual já se distanciaram demasiadamente dos problemas sociais emergentes.

2. Cf. Evaristo de Morais Filho: "Sociologia Industrial da Empresa ou do Trabalho Simples Questão de Nomenclatura?", in *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, R. de Janeiro, vol. III, nº 1, pp. 1 e segs.

Não se pode compreender também a Sociologia acadêmica e a sua crise permanente sem uma visão das condições atuais do mundo e o conhecimento da crise geral do sistema capitalista[3].

Este fator – a crise do sistema capitalista – que a Sociologia acadêmica não tenta ou não pode explicar na sua configuração total ou nos seus reflexos e implicações parciais em cada sociedade, mostra a contradição insolúvel nos quadros do pensamento burguês atingido nas suas bases pela dilaceração do sistema. O seu próprio objeto volta-se contra as suas limitações metodológicas. Daí porque mesmo os mais lúcidos dos seus seguidores chegam até às grandes interrogações como aquela dramática de Robert Lind: "Conhecimento Para Quê?". Mas as grandes respostas para uma praxis dinâmico/radical numa época em que todos se interrogam, não são dadas. Nem poderão ser.

É um sociólogo insuspeito pelas suas posições ideológicas e metodológicas, como José Medina Echavarria quem afirma que as ciências sociais estão desesperadas[4]. Desesperadas por quê? Exatamente pelo seu condicionamento àquela estrutura da qual não podem se livrar a não ser superando-a conceptualmente o que equivaleria à renúncia dos seus valores básicos. Esta contradição insolúvel é que produz em tantos sociólogos e cientistas sociais em geral este estado de inquietação, de frustração mesmo porque ou se inserem como elementos explicadores e justificadores dos valores existentes ou têm de assumir uma posição crítica que os levará a negá-los. Desenvolve-se assim, uma Sociologia que é elemento constitutivo do *status quo*, que dele se alimenta intelectualmente e dele e para ele nasceu, embora muitas vezes alguns autores tentem desesperadamente (o termo é de Echavarria) uma revisão de algumas de suas partes. Mas, não serão vozes isoladas que a irão modificar enquanto ela fizer parte integral do *sistema.*

3. Por crise geral do capitalismo compreendemos os seguintes traços relevantes que a caracterizam: a) existência de dois sistemas econômicos, o capitalista e o socialista, de âmbito mundial sendo o segundo superior em dinamismo interno ao primeiro; b) crise do colonialismo e do neocolonialismo como sistema de dominação mundial do capitalismo e o seu dilaceramento rápido e acentuado; c) estreiteza relativa dos mercados de venda de mercadoria de produção capitalista; d) utilização do potencial de produção de empresas industriais capitalistas de forma incompleta, e, finalmente; e) transformação do exército industrial de reserva em um exército crônico de massas trabalhadoras desempregadas total ou parcialmente – Cf. Draguilev, N., *A Crise Geral do Capitalismo*, São Paulo, 1961, *passim.*
4. Echavarria, J. M., *Responsabilidad de la Inteligencia*, México, 1943, p. 39.

Tanto sociólogos norte-americanos como europeus debatem-se nesta crise que é reflexa daquela por que passa o seu objeto de estudo e conhecimento. Desta forma, vemos centenas e centenas de volumes se acumularem escritos por homens – para usarmos o aforismo de Ortega y Gasset – que sabem cada vez mais sobre cada vez menos. A fragmentação do conhecimento é portanto o refúgio do pensamento sociológico acadêmico. Neste particular não se pode negar que os trabalhos microssociológicos são de um refinamento notável. O refinamento metodológico, a necessidade de corpos de especialistas em aspectos menos relevantes, cada vez mais requintados e bem remunerados, no entanto, conduz à apatia ideológica e à miopia teórica. Em um mundo em que tudo se inter-relaciona, a Sociologia transformou-se na ciência dos grandes isolados e dos grandes temas atomizados.

Quando dizemos isolados levamos em conta inclusive a atividade de grupos e equipes que trabalham subvencionados, dentro de critérios rigidamente universitários, nos seus diversos departamentos de pesquisas. Apesar de aparentemente trabalharem em *equipe* são cada vez mais introvertidos, virados para dentro de si mesmos, vendo em cada colega mais um concorrente na carreira universitária do que um colaborador científico.

No entanto, estamos vivendo em um mundo onde as mudanças se processam em ritmo não igualado até hoje em nenhuma época da História. Instituições, *status* nacionais, correlações políticas internacionais deixaram de ser coisas pétreas para se transformarem em segmentos quase fluídos e que, por isto mesmo, exigem do sociólogo, se ele deseja que a Sociologia seja uma ciência do *devir* e da *praxis* e não mera extrapolação ideológica do regime vigente, um domínio seguro da dialética.

Ou passam a funcionar como agentes mantenedores do sistema; ficam na posição daquele personagem de Sinclair Lewis, o Dr. Littlefield (Ph.D.) diretor de um departamento de pesquisa de determinada firma e que podia "com dez horas de prazo, apresentar-se perante a câmara de vereadores ou à assembléia legislativa estadual e provar irretorquivelmente, com filas de algarismos e dados estatísticos da Polônia e da Nova Zelândia, que a companhia de bondes amava o público e tinha paixão pelos seus empregados; que todas as suas ações eram subscritas por viúvas e órfãos; e que tudo o que ela pretendesse fazer beneficiaria os proprietários urbanos aumentando o valor locativo das casas e terrenos e ao mesmo tempo protegeria os pobres diminuindo os aluguéis[5]."

5. Lewis, S., *Babbitt*, P. Alegre, 1942, p. 32.

Em outras palavras: o sociólogo profissional usa um conjunto de técnicas para servir à estrutura; não é um cientista independente que procura uma *praxis* para transformá-la.

Para que isto se verificasse, operou-se uma grande transformação nos balizamentos, nos objetivos e nas próprias pretensões da Sociologia. De ciência globalizadora que era, de acordo com os seus principais sistematizadores do passado (Comte, Spencer, Lester Ward etc.), passou a ser simples técnica auxiliar das atividades, atitudes e interesses das classes que mantêm o poder na sociedade atual. Cada vez mais refinada nos detalhes, tem cada vez menos elementos de explicação global. A fissura no processo do conhecimento sociológico se alarga desta forma progressivamente. Dentro de uma sociedade cheia de contradições emergentes, a Sociologia acadêmica apresenta-se como ciência do estático e do detalhe. Ao mesmo tempo despiu-se de qualquer conteúdo histórico, adquirindo uma roupagem inteiramente formal. Sem perspectiva histórica, vestida de um a-historicismo completo e sem visão global do processo social, a Sociologia acadêmica passou a ser simples técnica auxiliar do sistema capitalista.

Aquilo que poderia ser a ciência da autoconsciência humana passou a ser um dos filões de alienação de um tipo de sociedade historicamente determinado. A obra de um Hans Freyer e suas implicações políticas – terminou apoiando o nacional-socialismo na Alemanha – é fruto desta posição das ciências sociais e da Sociologia em particular frente aos problemas que surgem do dilaceramento da estrutura capitalista; é o transbordamento alienado das contradições objetivas que extrapolam para o plano do pensamento.

Certas posições irracionalistas (e são exatamente essas correntes que procuram dar explicação global do processo social) são o reflexo desse dilaceramento. A grande omissão do empirismo acadêmico permitiu que essas correntes irracionalistas se apresentassem como aquelas que podiam explicar os fatos e processos que se desenrolavam de modo contraditório, multiplamente divergente e – por isto mesmo – muitas vezes desconcertante à superfície.

E a grande neurose irracionalista venceu nos quadros do pensamento burguês. A omissão do empirismo, porém, não se deu por acaso. Ele é um ramo de atividade comprometido com a ordem atual e possuindo dados, fatos e elementos nas mãos tem obrigatoriamente de dar volta atrás na interpretação dos mesmos a fim de não friccionar a ordem estabelecida. Porque, para que se tenha uma posição científica frente aos fatos e ao mundo exterior, segundo queriam os clássicos e o velho Bacon já preconizava, o cientista deve livrar-se de todos os *idola*, de todas as

prenoções[6]. Livrar-se de todas as prenoções é tomar uma posição materialista. Em outras palavras: é ser um sociólogo da praxis. Esta posição exige do cientista um rigor muito grande na análise e na síntese dos fatos observados[7]. Isto porque a simples constatação empírica ou a enumeração de partes justapostas não o satisfaz; pelo contrário. Os elementos captados, os fatos observados pelos sentidos ou registrados pelas técnicas computadoras eletrônicas só têm valor se inseridos, engastados em uma visão mais vasta, muito mais completa e rica, resultado já de experiências anteriores. Por isso mesmo a sociologia da praxis não se contenta com determinado número de fatos; procura, pelo contrário, fazer desses fatos, desse material primário, os elementos que permitirão a análise e a síntese global. Dizia por isto mesmo Karl Marx que "para a análise das formas econômicas não servem o microscópio ou os reativos químicos. O único meio de que dispomos neste terreno é a capacidade de abstração"[8]. Convém salientar que a abstração neste caso já é dirigida por um método: o dialético. Como vemos, ao analisar a realidade social o verdadeiro sociólogo ao tempo em que foge do empirismo sem conseqüências não esquece os fatos mas os usa como andaimes para o conhecimento das leis mais gerais do desenvolvimento da sociedade.

Mas, o cientista social descobre que sociedade, o objeto de seu estudo (objeto no qual ele próprio se inclui) não é uma unidade parada na qual todas as partes se ajustam. Pelo contrário. Há uma antinomia básica e muitas outras suplementares; e mais: elas não surgem de desajustes episódicos, mas fazem parte natural do processo de modificação dos seus padrões de valores. Aceitando, portanto, esta realidade cabe a ele estudar estas contradições estruturais e ver que somente atuando sobre elas poderá

6. Emile Durkheim quando insistia para que os fatos sociais fossem encarados como *coisas*, aproximava-se de uma posição metodologicamente correta, embora a sua intenção de *esvaziar* o sociólogo de qualquer concepção filosófica levasse a que o constatativo fosse considerado sinônimo de *normal*. Isto, aliás, deve-se às posições ideológicas de Durkheim que fez questão de destacar a essência conservadora do seu método. "Nosso método nada tem pois de revolucionário. Num certo sentido é até essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza não é possível de modificação tão fácil, por mais sutil e maleável que seja. Muito mais perigosa é a doutrina que não encara esses fatos senão como produto de combinações mentais, que um simples artifício dialético pode instantaneamente, transformar por completo" (Durkheim, Emile, *As Regras do Método Sociológico*, S. Paulo, 1960, p. XIV/XV).
7. Sobre a posição materialista em ciências sociais voltaremos a insistir quando tratarmos do problema do conhecimento e da *práxis*.
8. Marx, K., *El Capital*, México, s/d, 1º Vol., p. 6.

concorrer para a autoconsciência social e conseqüentemente para que haja um avanço no processo do conhecimento visando "analisar estas leis de *per si*, estas *tendências* que atuam e se impõem com férrea necessidade"[9].

Isto, porém, não esgota o assunto nem resolve a problemática epistemológica mas apenas abre perspectivas para que as antinomias emergentes sejam conhecidas. Mas, o processo antinômico não é um simples choque de forças iguais, de fragmentos sem significados, mas esses choques espelham as contradições básicas que dão sentido ao processo de *devir*. São classes, estamentos, grupos, camadas e frações de classes que ao viverem e conviverem têm de estabelecer relações, algumas vezes estáveis e outras vezes antagônicas. Além disto, esses grupos humanos estão ligados entre si pelo processo de produção dos bens materiais. E cada classe tem uma posição definida em relação à posse dos meios de produção. Esta diferença no chamado espaço social entre as classes e camadas é que confere conteúdo antinômico ao processo social.

Karl Marx colocava o problema da seguinte maneira: "Que é uma sociedade em qualquer de suas formas? O resultado da ação recíproca dos homens. São estes homens livres de escolher para si esta ou aquela forma? De modo algum. Dado um estado particular de desenvolvimento das forças produtivas do homem, tem-se uma forma particular de comércio e de consumo, tem-se uma estrutura social correspondente, uma correspondente organização da família, das ordens, das classes; numa palavra, uma sociedade civil correlativa. Suponhamos uma sociedade civil determinada, teremos, então, certas condições políticas que não representam senão a expressão oficial da sociedade civil" (. . .). "Além disto cumpre acrescentar que os homens não são livres de escolher suas *forças produtivas* que constituem a base da sua história, pois toda força produtiva é uma força adquirida, resultado de uma atividade anterior".

"Assim pois – prossegue – as forças produtivas são a conseqüência da energia humana prática, mas essa energia está por sua vez condicionada pelas circunstâncias em que se encontram os homens, graças às forças produtivas já obtidas, à forma social existente anteriormente, à atividade dos indivíduos, as quais não são devidas ao esforço criador dos homens da atualidade, mas apresentam o resultado da geração precedente[10]."

É portanto na atividade prática, antinômica que as relações sociais adquirem conteúdo. Por isso mesmo, em outro local o mesmo autor escrevia

9. Marx, K., *Op. cit.*, p. 6.

10. Marx, K., Carta a P. V. Annenkov, 28 de dezembro de 1846, in *Obras Escolhidas de Marx & Engels*, R. de Janeiro, s/d, 3º Vol., p. 244.

que "as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais"[11].

Isto quer dizer que toda *mudança social estrutural* está subordinada à mudança de um modo de produção por outro, é o segmento dessa transformação; os esquemas empíricos de mudanças tópicas são assim substituídos por uma visão global e totalizadora do processo social concreto.

2. A Dialética como método da Sociologia da Práxis

Constatada ser a realidade social contraditória por essência, a Sociologia acadêmica ao invés de aceitar o fato na sua configuração natural, inverteu-o e criou toda uma sistemática para explicá-lo dentro de racionalizações conservadoras. Assim, os conceitos de *organização* e *desorganização, normalidade* e *patologia social* foram e continuam a ser usados para procurar explicar as mudanças que se processam objetivamente como sendo elementos negativos que devem ser sujeitos ao *controle* e não como decorrentes da antinomia básica e das contradições múltiplas inerentes às relações estabelecidas no processo de produção. Daí o fenômeno revolucionário ser enquadrado no campo da patologia social. As chamadas *mudanças provocadas* deveriam portanto – segundo a Sociologia acadêmica – ser realizadas por minorias, por elites equipadas social, metodológica e economicamente, dentro de critérios gradualistas. Os planos parciais, desligados do contexto geral, passam a funcionar ao tempo em que o fenômeno revolucionário é visto como uma atividade lúdica, desligada das relações de produção existentes. Procura amenizar, finalmente, as contradições emergentes através de técnicas de controle social.

A Sociologia da práxis, no entanto, aceita como *normal* o processo dicotômico na medida em que representa a forma pela qual a sociedade se desenvolve. "Marx e Engels – escreve Stannislaw Ossowski – são os herdeiros das percepções dicotômicas achadas no folclore e da ideologia militante das revoluções populares"[12]. No entanto – e isto o autor não esclareceu como devia – não basta ter-se uma percepção dicotômica do processo social ou ver o "antiquíssimo conflito entre as classes opressoras

11. Marx, K., *Miséria da Filosofia*, S. Paulo, 1946, p. 102.

12. Ossowski, S., *Estrutura de Classes na Consciência Social*, R. de Janeiro, 1964, p. 92.

e oprimidas"[13] para que se configure validez a uma teoria. A visão de opressores e oprimidos pode também levar o analista a desembocar uma série de racionalizações utópicas sem nenhuma consistência científica.

Esta dicotomia só poderá ser compreendida se não a aceitarmos apenas nos seus valores políticos de opressores e oprimidos mas se nos voltarmos para a anatomia da sociedade capitalista, a produção e circulação de mercadorias e a análise da *mais-valia.* É a existência da *mais-valia*, como decorrência das relações existentes na sociedade capitalista que confere à classe operária condições objetivas para ser a força social capaz de realizar as transformações radicais no atual sistema de estratificação social[14].

Como a maioria dos estudos dos sociólogos não acadêmicos está, no momento, voltada para detalhes não fundamentais do método dialético, nunca é demais repassarmos algumas verdades já muito sabidas porém que servirão para que melhor se compreenda o que desejamos expressar.

Oskar Lange assim descreve este mecanismo a que nos referimos e é para nós o fulcro central das contradições que existem na sociedade atual: "A análise aprofundada da lei do valor permitiu a Marx descobrir a origem da renda, que provém da posse do capital, o que não puderam fazer nem Smith nem Ricardo. A chave para a compreensão desse fenômeno é proporcionada pela distinção entre trabalho e força de trabalho, assim como a confirmação do fato de que o valor criado pelo trabalho é maior do que o valor dos produtos que são necessários para a reprodução da força de trabalho sob certas condições históricas. O total do salário é determinado por esses produtos, porém o excedente do valor produzido pelo operário além do seu salário constitui a *plusvalia* de que se apropriam os capitalistas, os proprietários dos meios de produção. Deste modo Marx descobriu os fundamentos econômicos do antagonismo entre a classe

13. *Op. cit.*

14. O grande avanço tecnológico, a crescente complexidade e diferenciação de frações da classe operária e uma série de outros fatores também relevantes levaram a que alguns estudiosos vissem nas modificações operadas no seio dessa classe uma razão que negava a sua posição de força social transformadora básica. Pesquisas feitas por grupos de cientistas sociais da Alemanha, dos Estados Unidos e da Inglaterra registraram esse processo de diferenciação, o que não constitui surpresa de vez que do século XIX para cá houve uma verdadeira explosão tecnológica, falando-se mesmo de uma segunda Revolução Industrial. (Heinz Brandt). Todo esse processo de diferenciação não exclui, antes reforça, a posição da classe operária como aquela força social que, ao romper a contradição existente entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção – no presente mais aguda do que nunca – criará as condições para o nascimento de uma forma superior de sociedade restabelecendo a unidade entre as primeiras e as segundas.

operária e a classe dos capitalistas na sociedade burguesa" (. . .). "Na sociedade burguesa o sobreproduto converte-se em mais-valia sob a influência da lei do valor. A massa de mais-valia produzida pela população reparte-se entre os capitalistas, na proporção do capital que possuem, o que produz certas divergências entre os preços das mercadorias e o seu valor (preço de produção)" (. . .). "O mecanismo da obtenção e distribuição da *mais-valia* constitui os fundamentos da teoria do desenvolvimento do modo de produção capitalista[15]."

Em outras palavras, segundo William Ash, "todas as vagas caracterizações sociológicas da sociedade capitalista como interessada no lucro, aquisitiva, competitiva ou atomística, estão resumidas nesse fato concreto da *mais-valia*, que não só indica a forma econômica precisa de exploração sob um modo de produção específico, mas também, ao contrário de qualificações mais imprecisas, designa claramente quem explora quem. A mais-valia, como a apropriação através da propriedade dos meios de produção da diferença entre os bens produzidos e os bens consumidos pela força de trabalho, uma diferença que aumenta com a elevação da produtividade, de modo que o progresso humano pode ser medido pelo grau de exploração simplesmente *é* a lei do capitalismo. O capitalismo – prossegue o mesmo autor – não pode modificar-se, a menos que a lei econômica básica da apropriação da mais-valia se tenha modificado; e qualquer afirmação de que ele se está transformando em alguma outra coisa, enquanto esta lei estiver em operação, é simplesmente um jogo de palavras"[16].

Este mecanismo inerente ao atual modo de produção – mesmo com todas as diferenças que se verificaram na estrutura da classe operária contemporânea – é o núcleo central da contradição. As demais dicotomias são derivadas e suplementares desta que é básica. Isto é, a contradição fundamental condiciona todas as outras. É uma contradição entre as classes *fundamentais* da sociedade capitalista: a que detém os meios de produção e a que vende a sua força de trabalho. As modificações tecnológicas, as múltiplas diversificações e especializações na classe operária não diluíram esta realidade: a posse privada dos meios de produção pela classe capitalista.

Se não aceitarmos este postulado nuclear jamais poderemos fazer sociologia da praxis. Na melhor das hipóteses poderemos realizar trabalhos parciais sobre o método dialético e as contradições suplementares, caindo-se num neo-negelianismo que parece presente em muitos trabalhos de pretensos marxistas que, a título de combaterem o dogmatismo, elidem ou colocam

15. Lange, O., *La Economia en las Sociedades Modernas*, México, 1966, pp. 192-93.

16. Ash, William, *Marxismo e Moral*, R. de Janeiro, 1965, pp. 148-49.

em plano irrelevante este postulado fundamental na análise da sociedade capitalista contemporânea.

Porque o método dialético proporcionou o conhecimento desta contradição da estrutura capitalista fundamentado em uma análise baseada na teoria materialista. Sem a aceitação desta posição nuclear e objetiva descrita por Oskar Lange e William Ash, poderemos nos igualar a todos aqueles que aceitam a contradição como método de análise, ou mesmo a equiparação da Sociologia da praxis às correntes em voga nas ciências sociais burguesas ou segmentos filosóficos deste pensamento como o existencialismo. A simples aceitação, constatação e conceituação do processo de desenvolvimento da sociedade de forma contraditória não quer dizer que se tenha optado por aquela posição crítica que, a partir da análise da produção da mercadoria nos leva a compreender o antagonismo fundamental entre as classes fundamentais do atual modo de produção. Esta verificação é feita não apenas por questão de ser a classe operária oprimida ou pela sua situação de pobreza (neste caso o Lupemproletariado seria a camada mais revolucionária da sociedade capitalista) mas pela contradição objetiva, concreta, no processo de produção da mercadoria. Mesmo porque não é privilégio ou monopólio dos sociólogos da praxis a aceitação da luta de classes. Os historiadores franceses da época da Restauração do século XIX e mesmo a moderna Sociologia industrial norte-americana aceitaram e aceitam o conflito como elemento existente e como processo contínuo. O que acontece é que na atual Sociologia norte-americana o conflito é, em primeiro lugar, circunscrito à empresa que passa a ser a unidade de análise básica; em segundo lugar apresenta os mecanismos psicossociais como determinantes do conflito, procurando deste modo neutralizá-lo através de mecanismos de defesa específicos. É portanto uma Sociologia empresarial e na qual o instrumental de análise e as medidas práticas de controle decorrentes da análise têm por objetivo, dentro do panorama global da sociedade em crise, manter a *normalidade* daquele tipo de empresa — a empresa capitalista — considerada como elemento basilar na estrutura da atual sociedade. Surge daí um fenômeno singular: forma-se toda uma técnica de análises psicológica do operário, os psicotestes, as entrevistas, as análises de situações, os períodos de observação para se conseguir estabelecer a sua *personalidade básica.* Aqueles que têm mais noção (nem que seja apenas fragmentária) do processo objetivo que dicotomiza a empresa são considerados portadores de *personalidades agressivas* e os mais alienados, aqueles que não intuíram sequer aquela contradição são as *personalidades positivas.* Transfere-se assim para a Psicologia Social aquilo que a Sociologia empresarial

não pode diagnosticar em *termos de conhecimento* sem negar-se como tal e virar-se pelo avesso[17].

Esta transferência é de importância bem maior do que se pode supor à primeira vista. Estabelecida a precedência do psicológico, todos os mecanismos de controle criados passam a funcionar no sentido de modificar o homem partindo-se da premissa de que o normal e desejável é o ajustado à empresa capitalista. Assim, cabe ajustar homens como se ajustam parafusos ao sistema empresarial, criando-se, para tal, toda uma sistemática teórica e técnicas refinadíssimas de pesquisa, análise e ajustamento do trabalhador. As ciências do homem passam a ser as ciências de um tipo de estrutura social, uma técnica de aplicação cada vez mais meticulosa e intensa para manter o equilíbrio e proporcionar estabilidade aos antagonismos inerentes ao sistema social atual. A tentativa de sustar a antinomia global através de técnicas aplicadas às empresas isoladamente, por seu turno, reflete de outro ângulo de análise a necessidade de cada empresa *racionalizar-se*[18] cada vez mais para disputar o mercado, sobrepondo-se

17. Cf. Rodrigues, L. M.: "Conflito Industrial e Sociologia Americana", in *Rev. Civ. Brasileira*, nº 5-6, p. 59. Cf. a bibliografia pertinente citada pelo autor.

18. O termo *racionalizar* deve ser entendido aqui como um conceito relativo, isto é, que não invalida a irracionalidade global do sistema capitalista. Paul A. Baran coloca bem o problema quando escreve: "este progresso da racionalização "parcial" não tem sido acompanhado de um crescimento paralelo da racionalização "total", isto é, da racionalização da organização e do funcionamento do conjunto da sociedade. De fato, a racionalização do conjunto da ordem social declinou; a disparidade entre a racionalização parcial e a racionalização total não tem cessado de se acentuar. Isto se percebe facilmente quando se pensa no contraste entre a fábrica regida pela automatização controlada eletronicamente e a situação econômica do conjunto dos seus milhões de desempregados e seus milhões de trabalhadores ocupados em negócios inúteis, quando se considera a eficácia com a qual se fixam os cromados e os enfeites mirabolantes nos automóveis não-funcionais, ou quando se contempla os arranha-céus que abrigam os escritórios desenhados e equipados de acordo com os últimos dados científicos, e onde os empregados altamente qualificados aprontam os métodos mais eficazes para promover a venda de um certo sabão — os ditos arranha-céus tendo por vizinhos grupos de casebres imundos, onde famílias de cinco pessoas vegetam em uma peça única e sórdida" (Baran, Paul A., "Marxismo e Psicanálise", in *Estudos Sociais*, R. de Janeiro, Vol. III, nº 12 — Abril, 1962) — Achamos, com Baran, que em determinado momento do desenvolvimento do capitalismo o racional passa a ser irracional: a técnica e as ciências são mantidas, estimuladas e desenvolvidas *para quê?*. O *para quê?* é que demonstra como no atual estágio do capitalismo não há mais lugar para a razão. A razão está com aqueles que, pelo próprio sistema de compressão social, não possuem os elementos materiais para desenvolvê-la. Por exemplo, um camponês latino-americano que, ao invés da enxada e da *meia* deseja um trator, um pedaço de terra e sementes selecio-

àquelas que com elas competem no mesmo ramo de produção. O sistema competitivo em que o empresário capitalista se encontra engastado exige da sua unidade produtora um refinamento cada vez maior, quer na qualidade do produto elaborado, quer no material humano que o elabora. Essa *racionalização*, portanto, nada tem de uma conscientização do processo global, mas, pelo contrário, geneticamente decorre daquela contradição a que nos referimos e foi exposta por Oskar Lange.

nadas é mais *racional* do que um químico que, no seu absenteísmo científico, financiado por um governo, descobre novas fórmulas capazes de envenenar colheitas e produzir distúrbios nas pessoas que usam produtos que foram criados pelo trabalho humano.

2 *Sociologia e estrutura social*

1. Subordinação do pensamento social à estrutura

Já se afirmou que "as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes"[1]. Aplicar-se-á este conceito ao conjunto da Sociologia acadêmica que se ensina e é aplicada em nossos dias, isto é, ela também é um precipitado ideológico das classes que estão no cume da pirâmide social e detêm o poder político? Ou conseguiu transformar-se em uma ciência impermeável, acima das classes? É o que tentaremos analisar em seguida.

Em outras palavras: será que as ciências sociais e especialmente a Sociologia destacam-se e projetam-se como uma corrente de opinião ou

1. Vejamos o trecho na sua extensão: "As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes: isto é a classe que é a força *material* governante da sociedade, é ao mesmo tempo sua força governante intelectual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material, controla concomitantemente os meios de produção *intelectual*, de sorte que, por essa razão, geralmente as idéias daqueles que carecem desses meios ficam subordinadas a ela. As idéias dominantes não passam da expressão ideal das relações materiais dominantes, consideradas estas como idéias; daí, as relações que fazem de uma classe a dominante, portanto as idéias da sua supremacia. Os indivíduos componentes da classe dominante possuem, entre outras coisas, consciência, e por conseguinte pensam. Na medida em que eles dominam como classe e determinam a amplitude e o ritmo de uma época, é evidente fazerem isso em todos os setores, donde dominarem também, entre outras coisas, como pensadores, como produtores de idéias, e regularem a produção e a distribuição de idéias do seu tempo: desta forma, suas idéias são as dominantes da época." Marx, Karl e Engels, Friedrich, *L'Idéologie Allemande*, Paris, s/d. pp. 38-9.

constelação conceptual não subordinada nos seus balizamentos teóricos e nas suas implicações empíricas à estrutura social, ou elas também fazem parte dessa estrutura, são por ela condicionadas e os seus postulados, suas conclusões e seus serviços aproveitados pelo *status quo*? O problema do conhecimento, aquele que se coloca no centro de todas as indagações realmente válidas sobre o mundo exterior, apresenta-se, assim, logo à primeira vista, com a sua problemática metodológica e o seu desafio epistemológico. Poderão as ciências sociais e a Sociologia em particular isentar-se de qualquer condicionamento por parte do seu objeto de estudo ou, pelo contrário, as suas categorias lógicas são o reflexo da própria sociedade e da posição do sociólogo? Haverá possibilidade de se conseguir critérios optativos que possam ser considerados válidos pelo próprio ritmo de desenvolvimento da sociedade ou todos eles se equivalem no plano lógico?

Levanta-se, portanto, como enunciado preliminar, a questão de saber-se se o cientista pode *conhecer* a realidade social sem ter consciência dessa subordinação ou se essa consciência (subordinação das categorias sociológicas à estrutura social) tira, por si mesma, o caráter de ciência à Sociologia. Isto porque ficaria então demonstrado que todas as suas categorias ou pelo menos as mais importantes são decorrentes de uma visão reflexa da própria realidade e não enunciados, postulados ou esquemas metodológicos surgidos do próprio desenvolvimento dessa ciência autônomamente, sem ligações ou implicações conscientes ou inconscientes com a realidade, vale dizer, com a estrutura social. Porque, como muito bem diz Armand Cuvillier: a Sociologia é uma "Ciência que se faz ação e modifica o seu próprio objeto"[2].

Toda uma corrente da Sociologia que tem o seu ponto culminante na obra de Karl Mannheim, a chamada sociologia do conhecimento, postula na sua enunciação teórica essa subordinação do conhecimento sociológico às estruturas sociais. Uma série de sociólogos europeus, por seu turno, também aceita este condicionamento tendo inclusive alguns deles descambado no irracionalismo por não poderem encontrar uma saída para a Sociologia como *ciência pura* dentro dos modelos convencionais do empirismo.

Quando falamos de estruturas sociais não o fazemos abstratamente – queremos deixar bem claro para continuidade de raciocínio – mas sempre nos referimos a um determinado tipo de estrutura, de inter-relações e de posições de homens, grupos e classes no regime de produção dos bens materiais. E todas essas estruturas, por sua vez, organizam um tipo de Estado e governo, finalmente, organizam os elementos materiais que manterão o

2. Cuvillier, A., *Introduccion a la Sociologia*, México, 1943, p. 95.

regime político a que corresponde cada estrutura. Desta forma, a Sociologia não estaria condicionada apenas pelas limitações impostas cognitivamente pelo seu grau de desenvolvimento, mas ligada também ao seu regime político, ao seu Estado, ao seu governo e não poderia ser jamais uma ciência pura, de vez que o seu papel, a sua posição e, sobretudo, a sua função a transformariam em uma *ideologia das classes dominantes.* Daí o impasse que se verificou na sociologia do conhecimento que não compreendia uma ciência *com* ideologia, mas contrapunha os dois conceitos.

2. Sociologia do Conhecimento: limitações.

Dizendo-se herdeira do pensamento de Karl Marx ou pelo menos um dos seus ramos laterais, a corrente que endossa a sociologia do conhecimento viu-se também encurralada pelo processo contraditório do próprio conhecimento, reflexo das contradições objetivas que existem na realidade exterior; procurou por isto mesmo igualar todas as ideologias, marginalizando-as radicalmente da possibilidade de penetrar na realidade e conhecê-la. "Segundo Mannheim – escreve Vladimir Ryml – a ciência é objetiva por seu não partidismo, enquanto que a ideologia, por ser partidista, sempre é subjetiva. Considerando a ideologia como uma mistificação intencional ou, no melhor dos casos, inconsciente, das relações sociais reais, define-a como uma ilusão, como autojustificação de uma ou outra classe e fundamentação de sua atividade. Enquanto que o conteúdo da ciência é formado, segundo ele, de leis, teorias e hipóteses baseadas em fatos objetivos, o conteúdo da ideologia se reduziria a meras doutrinas, profecias ou mitos destinados a justificar os egoístas interesses subjetivos de uma classe determinada ou de determinado grupo social. Do ponto de vista da 'sociologia do saber' – prossegue Vladimir Ryml – as representações ideológicas de todas as classes estão igualmente condicionadas pelo social, são equivalentes e, ao mesmo tempo, todas 'falsas' porque as relações sociais existentes apresentam-se deformadas no 'espelho curvo' de seus interesses, opostos aos interesses das demais classes e da sociedade no seu conjunto" (. . .). Mannheim ao ater-se, para fundamentar suas concepções, às causas sociais que condicionam a ideologia, procura no fundo dirigir contra o marxismo a própria doutrina marxista do papel determinante do ser social em relação à consciência social[3]."

3. Riml, V., "A Ideologia e a Ciência", in *PPS*, R. de Janeiro, nº 7, 1960, p. 58.

A crítica de Vladimir Ryml, que poderá parecer unilateral e mesmo deformante no sentido total do pensamento mannheiano, será por nós analisada em seguida, a fim de vermos se, de fato, a sociologia do conhecimento, como se apresenta, foi um passo à frente no processo do conhecimento sociológico ou já refletia e implicava a necessidade de uma abordagem relativista capaz de produzir uma visão agnóstica e perspectivista do processo social. Em primeiro lugar, o crítico em questão atém-se ao aspecto político da sociologia do conhecimento, tentando mostrar seu relativismo que decorre do fato de considerar todas as ideologias como frutos de interesses de grupos sociais, sem ver a possibilidade de que um desses grupos básicos, pela sua posição no processo de produção possa criar elementos cognitivos que coincidam com a realidade e seu dinamismo. Impede assim que se elabore uma *praxis* consciente. Incluindo o socialismo (e por extensão o seu embasamento teórico) entre as formas de mentalidade utópica, Karl Mannheim não vê a diferença que existe entre o pensamento Iluminista, o dos socialistas utópicos e a teoria da Sociologia da Praxis; retira-lhe assim a condição de uma ideologia científica[4]. Como o praxismo dá uma base objetiva, concreta e científica para a compreensão e transformação da realidade social ao invés de constelar-se como mais um esquema lógico de pensamento abstrato e especulativo, é claro que ele se choca com o pensamento manheimiano. Porque, chegando-se a este impasse cabe uma opção, nunca uma conciliação: ou a sociologia do conhecimento julga a Sociologia da Praxis ou a Sociologia da Praxis julga a sociologia do conhecimento.

Como não é aqui o local para uma análise mais longa do assunto num trabalho que contrapusesse os dois métodos de abordagem sociológica e as suas conclusões diferentes, podemos dizer que a sociologia do conhecimento é uma corrente de pensamento social politicamente inoperante. E na medida em que é inoperante é conseqüentemente sem vinculações mais relevantes com a *praxis* uma das muitas correntes que se situam entre a realidade em transformação dinâmica e a consciência social. Ou, em outras palavras, embora abordando o assunto de outro ângulo, usando uma frase de A. L. Machado Neto: "o pensamento está à morte e Karl Mannheim é o ocaso"[5]. O pensamento burguês, acrescentamos nós, fato que, aliás, o sociólogo citado reconhece em nota de pé de página ao trabalho do qual extraímos a frase acima.

4. Cf. Mannheim, C., *Ideologia e Utopia*, P. Alegre, 1950, pp. 223 e segs.
5. Machado Neto, A. L., *Marx e Mannheim*, Salvador, 1956, p. 81.

Vê-se, portanto, que aquilo que para o sociólogo da praxis é um elemento positivo no processo do conhecimento, transformou-se nas mãos da corrente dos adeptos de Karl Mannheim em elemento escatológico, especulação metafísica, relativismo inconseqüente. Relativismo que nos permitirá fazer não apenas uma sociologia da sociologia em termos científicos mas estender essa análise indefinidamente, isto é: uma sociologia de cada sociologia até o infinito como o reflexo de dois espelhos contrapostos.

Não enquadraram o conhecimento sociológico como manifestação das contradições existentes na sociedade e que, por isto mesmo, é um processo subordinado àqueles grupos e classes que, no processo da produção, estão interessados em ter uma visão realista do mundo, uma visão completamente despida de elementos maniqueístas, pois o próprio processo de produção, o ritmo de desenvolvimento contraditório da sociedade permite que essas classes se situem no pólo do *conhecimento* coincidindo, assim, a sua ideologia com a visão científica desse conhecimento.

"O proletariado como classe – escreve William Ash – é forçado, pelas suas condições mesmas de existência, a manter uma atitude realista para com a vida. A divisão nas sociedades produtoras de mercadorias, entre o trabalho executado e a satisfação proporcionada, para uma classe que não trabalha, ou que executa apenas tarefas intelectuais, pode tomar a forma de uma ilusão de que as idéias comandam a existência das coisas, de que o desejo cria a substância para a sua própria satisfação. O proletariado não pode ter essa ilusão: para ele, os artigos úteis são sempre resultado do trabalho específico e os desejos são satisfeitos apenas na medida em que sua capacidade de trabalho é vendida. Essa ilusão idealista de uma classe improdutiva pode expressar-se em termos econômicos, na opinião deformada, segundo a qual o dinheiro, ao invés de ser apenas uma medida de equivalência dos valores criados por um trabalho humano comum, parece na realidade ter criado esse trabalho. Uma abstração passa, assim, a ser apresentada como a fonte real de todo o valor. Levada a extremos, essa visão deformada tende a incapacitar uma classe dominante e seus porta-vozes a enfrentar as verdadeiras questões sociais. O dinheiro e a especulação abstrata que é seu reflexo ideológico, ao invés de serem reconhecidos como subprodutos de um sistema de troca de mercadorias, passam a ser considerados como seus esteios e, como tal, invocados em defesa do sistema. As dificuldades que surgem das contradições na base material da sociedade podem ser 'anuladas pela compra' ou pela racionalização[6]."

6. Ash, W., *Marxismo e Moral*, R. de Janeiro, 1965, p. 163.

As formas de consciência social são, portanto, condicionadas pelo regime social. Isto, porém, não significa que todas essas formas de consciência se alienem pelo fato de serem reflexos dos interesses de uma classe. Pelo contrário. A diversificação que existe nas sociedades divididas em classes, especialmente na sociedade capitalista, faz com que a ideologia daquelas classes que já se esgotaram como produtoras e ao mesmo tempo detêm o poder político seja caracterizada por uma visão parada, metafísica, alienada do processo social contraditório; por outro lado, aquelas classes e camadas que se encontram em processo de desenvolvimento procuram explicação em termos de transformação, de mudança, de *devir*. Como a sociedade não é parada há mais elementos de conhecimento na visão, no *ethos* das segundas que, ligadas à produção, se identificam com o problema de transformação através da *praxis*.

É por isto que a *posição* de classe da Sociologia da Praxis lhe confere a possibilidade de apresentar visão e soluções científicas para os problemas sociais globais. Ao mostrar o conflito existente no modo de produção atual, isto é, entre as forças produtivas e as relações de produção, a Sociologia da praxis demonstra também que somente as classes que, no processo produtivo, estão ligadas à *praxis* social poderão restabelecer esta harmonia – superando a contradição – e por isto mesmo aspirar ao *conhecimento sociológico*. Aquelas classes que se situam no outro pólo do sistema de estratificação social e tentam deter a possibilidade de ser restabelecida esta harmonia não procuram o conhecimento, mas a *alienação sociológica*.

Os cientistas sociais que não compreendem isto transformam-se, por sujeição ideológica ou ligação orgânica em forças auxiliares da estrutura do regime. Um sociólogo norte-americano, Howard Selsam, exemplifica muito bem o condicionamento desses cientistas sociais à estrutura vigente nos seguintes termos: "os sociólogos científicos, por exemplo, podem calcular quantas pessoas que colhem são proprietárias das terras que cultivam; podem determinar a eficiência relativa da divisão das colheitas e outras formas agrícolas, as causas das erosões do solo e os seus efeitos na população camponesa; podem nos falar da inteligência relativamente inferior das crianças das regiões rurais em relação aos meninos citadinos, do efeito da alimentação deficiente sobre a saúde, da cifra relativa ao aumento da mecanização da agricultura norte-americana e do conseqüente aumento da produção de cada agricultor e da desgraça de milhares de famílias camponesas que são obrigadas a abandonarem o solo em que vinham trabalhando. Estes homens de ciência podem também averiguar por meios rigorosamente científicos quais são as maiores necessidades da nossa população rural, relativas a alojamento, vestuário, alimento, etc., como também o que ela necessita ao tratar-se de meios educativos

de todo o gênero[7]." Mas eles detêm-se apenas na descrição dos fatos. E é ainda Howard Selsam quem afirma que "o que os cientistas sociais querem expressar realmente quando dizem que somente podem descrever os fatos e não determinar os objetivos é que se eles fossem designados para realizar as transformações econômicas necessárias para a agricultura alcançar a produtividade que a ciência e a técnica tornam hoje possíveis, teriam de entrar em choque com a economia capitalista"[8].

O estado de espírito de J. M. Echavarria demonstrou estar possuído ao dizer que as ciências sociais estão desesperadas, veio positivar como existe uma defasagem permanente e crescente entre a realidade social e os conceitos com que os sociólogos laboram, defasagem que Howard Selsam mostrou com muita objetividade. Assim, aquelas limitações metodológicas que obrigam esses sociólogos a uma abordagem microscópica da sociedade, dos seus problemas e do seu ritmo de progresso e transformação transmitem àqueles que não se engastaram profissional ou ideologicamente à sociedade capitalista um estado de angústia permanente.

Quando C. Wright Mills afirma que o "cientista social individual tende a envolver-se nas muitas tendências da sociedade moderna que fazem do indivíduo uma parte de uma burocracia funcionalmente racional, e a mergulhar em sua máquina especializada, de forma a não se preocupar explicitamente com a estrutura pós-moderna" e que "o cientista social que gasta a sua força intelectual nos detalhes de ambientes em pequena escala não está afastando seu trabalho dos conflitos e forças políticas de sua época, ele está pelo menos indiretamente 'aceitando' a estrutura da sua sociedade", denuncia a crise do empirismo sociológico que não é meramente metodológico mas lhe é congênita[9]. O chamado "objetivismo científico", como aliás o próprio Wright Mills acentuou, é um eufemismo cômodo com o qual se mascara a subordinação desses cientistas aos valores do atual tipo de sociedade.

3. Sociologia acadêmica como ideologia conservadora

A atração que as ciências sociais exercem sobre os jovens nos chamados países subdesenvolvidos, especialmente no seu plano universitário, de um lado reflete a inquietação permanente da juventude frente aos pro-

7. Selsam, H., *Socialismo y Etica*, B. Aires, s/d., p. 131.
8. *Loc. cit.*
9. Mills, C. W., *A Imaginação Sociológica*, R. de Janeiro, 1965, p. 89.

blemas sociais emergentes, reflete a sensibilidade das gerações mais jovens diante de um mundo em transformação e modificação de padrões acelerada e contraditória e, de outro lado, a necessidade que as instituições dominantes tem de formar profissionais especializados nas diversas técnicas de pesquisa de fundo empresarial ou burocrático, nas técnicas de racionalização do trabalho humano dentro dos quadros de relações sociais anti-humanas e historicamente superadas. A inquietação universitária gera, muitas vezes, dentro das universidades, alguns neomarxistas de cátedra que ao tempo em que alimentam a fome da juventude inquieta com um *ersatz* do marxismo, desviam-na do marxismo revolucionário, tido como ultrapassado, dogmático e referido apenas como um capítulo já percorrido ou *digerido*, como alguns professores afirmam, e encerrado na história do pensamento social e especialmente das ciências sociais.

Divulgam aquilo que chamamos de *marxismo desdentado*, pois não aceitam o que lhe é fundamental: a sua medula dinâmico/radical[10]. Os jovens que são assim preparados pelas universidades depois de um condicionamento ideológico subliminar saem para praticar uma ciência, ainda segundo Echavarria "sem capacidade de predição e previsão"[11].

A transformação das classes que se encontram na base da pirâmide social em simples *objetos* sobre os quais se debruçam, leva-os a uma posição ideológica e metodológica inteiramente voltada e dirigida no sentido de controlá-los em função do regime político existente, das suas instituições. São preparados em série cientistas profissionais que oferecem a sua força de trabalho também como mercadoria no mercado capitalista, entrando como elementos manipulados ideologicamente e preparados metodologicamente para a grande aventura de travar o progresso social no seu nível

10. Queremos deixar bem claro que as nossas afirmações não visam nenhum professor individualmente, mas procuram apenas demonstrar a situação típica das ciências sociais nos meios universitários. Há, contudo, dentro deles professores cujas posições teóricas e práticas estão de acordo com uma transformação radical (pela raiz) do modo de produção capitalista, alimentando na medida do possível, os jovens universitários de cabedal científico respeitável e válido. Isto no entanto só se verifica: a) como exceção, sendo pequeno o número daqueles que se dispõem a tomar tais posições; b) isto somente é possível nas épocas de desenvolvimento *normal* do regime capitalista. Quando as suas contradições se aguçam e se refletem nos meios universitários o sistema de peneiramento ideológico passa a ser exercido mais severamente e esses professores, de uma maneira ou de outra, direta ou sorrateiramente, são afastados de suas cátedras.

11. Echavarria, J. M., *op. cit.*, pp. 39 e segs.

dinâmico/radical[12]. A profissionalização do cientista social dentro da estrutura capitalista foi a última pá de terra na possibilidade de ser essa Sociologia uma ciência desligada da estrutura. Disto resultou um processo de especialização cada vez maior, ou melhor, a fragmentação progressiva das ciências sociais em dois sentidos principais: em cada disciplina uma especialização crescente e no sentido global um aumento cada vez mais acentuado de disciplinas.

À medida que as ciências sociais abandonavam a possibilidade de apresentar uma visão globalizadora do processo social, fragmentavam-se em um número crescente de disciplinas: Sociologia, Etnografia, Etnologia,

12. Assim escrevem dois "sociólogos profissionais": "Se o profissional em ciências sociais quiser obter uma posição definida na estrutura econômica; se quiser, em outras palavras, viver de sua própria especialidade deve não só combater o autodidatismo muito a gosto de certo tipo de intelectual brasileiro, mas exigir uma recompensa justa toda vez que exercer uma atividade para agências empregadoras. Em outras palavras, se o cientista social quiser dar à sua especialidade, foros de profissão não pode mais oferecer um trabalho "barato" mesmo que seja em nome de um pseudoproselitismo. Se ele se oferece no mercado de trabalho como um profissional, deve, em troca, exigir uma remuneração à altura dos seus conhecimentos, do tempo que gastou em seu treinamento e dos serviços que já prestou anteriormente.

A idéia de que as ciências sociais ainda não são bastante conhecidas e que, portanto, o profissional deve se oferecer no mercado de trabalho exigindo uma baixa remuneração desprestigia não só o trabalho individual como, principalmente a própria profissão." (Pastore, José e Berlinck, Manuel Tosta: "A Formação do Cientista Social Brasileiro", *in Sociologia*, Vol. XXV, nº 2, junho de 1963) – Outro sociólogo profissional depõe na mesma linha de raciocínio: "El sociologo se presenta como um profesional porque la Sociologia empieza a cumplir una función social para manipular y controlar las estructuras sociales de la sociedad moderna. La Sociologia, por primera vez, aparece ofreciendo no sólo conocimientos para ampliar la cultura general sino, y fundamentalmente, posibilidades de control de la vida social mediante las conclusiones que le ofrece la investigación social. La Sociologia ya estaba institucionalizada como profesión y el rol de sociólogo, no sólo era reconocido con un status profesional en la estructura ocupacional, sino valorado por la importancia de sus funciones en la sociedad compleja. En las sociedades modernas, el sociólogo es un profesional con un status determinado en la estructura ocupacional que la sociedad le reconoce por su título universitario y la Sociologia es una profesion institucionalizada que cumple funciones sociales específicas en la sociedad compleja. El largo periplo recorrido por la Sociologia, alcanza, en las sociedades modernas, con mayor o menor prestigio, una función social de notable relevância, aunque quizás todavia le falta alcanzar la madurez científica de otras ciencias". (Aguillar, Juan Carlos: "La Sociologia como Profesion", in *Cuadernos de los Institutos*, Cordoba, Republica Argentina, 1968, nº 98, p. 63).

Ecologia Humana, Antropologia Cultural, Antropologia Social, Psicologia Social. . . Os trabalhos que se seguiram refletem esta fragmentação progressiva; os professores acadêmicos comprazem-se, cada vez mais freqüentemente, em simples análises interdisciplinares, em estudos sobre metodologia de pesquisa, abandonando as análises totalizadoras. Debruçam-se sobre o refinamento, estabelecendo todo um microconceptualismo para ser usado nas universidades tendo por objetivo preparar especialistas do empirismo. Como aranhas vão tecendo cada vez maior número de fios até que se enredam no seu próprio aranhol. Por isto Caio Prado Júnior observou que para os sociólogos acadêmicos essa ciência "nada mais é do que um passatempo e uma forma de legitimar títulos de sociólogo e professor"[13].

Mas, não é apenas isto. A formação de uma elite de profissionais altamente adestrados nas técnicas de controle e no domínio da análise de fatos isolados e processos parciais faz parte do sistema de defesa do regime atual. Das Universidades para as empresas industriais ou congêneres quando não para instituições estatais: esta é a trajetória do cientista social profissional, adestrado para manter o *controle social.* Esta elite encastelada em setores básicos da organização social funciona como municiadora de planos regionais, análises de problemas de mercado e especialmente tensões sociais dentro de cada empresa ou para organismos burocráticos do governo. As categorias teóricas que esses profissionais elaboram estão portanto ligadas de forma imediata ou indireta àquelas metas que determinada instituição ou setor governamental/empresarial deseja realizar e é para a sua execução mais fácil que elas são criadas. Problemas de industrialização, custo de produção, revisão salarial, fixação de minorias de emigrantes ou planos regionais de caráter burocrático ou técnico não são apenas a temática dessa Sociologia mas o seu setor de atividade prática. Todas essas soluções parciais têm de ser encontradas dentro dos marcos das relações de produção capitalistas. Conseguir elastecer, amortecer e neutralizar, através de métodos de análise e aplicação burocrática, as contradições inerentes a esse tipo de *formação econômico-social* é, para este setor da Sociologia acadêmica a sua missão central.

Quanto à Antropologia Cultural tivemos uma verdadeira avalanche de livros, artigos, memórias, relatórios e simpósios sobre o chamado "homem primitivo", seus traços culturais, seus complexos culturais, padrões, religiões, costumes, a sua *cultura,* finalmente. Etnólogos, missionários, antropólogos de profissão abandonaram o "proletário" pelo "primitivo".

13. Prado Jr., Caio, "Métodos Sociológicos", in *Fundamentos,* nº 7-8, 1948-49, p. 32.

Conjeturou-se que essas culturas, integradas cada uma em um todo fechado, supriam o "primitivo" de valores e pautas de conduta tão arraigadas que, ao se tentar civilizá-los corria-se o risco de degradá-los. Apresentando como paradigma do que afirmavam a degradação de inúmeras culturas nativas ao entrarem em contato com os "civilizados", esses cientistas sociais esqueceram-se de explicar o conteúdo, a essência dessas relações entre os povos coloniais e os metropolitanos, isto é, a exploração a que foram submetidos[14]. Daí partiam para a concepção segundo a qual qualquer mudança no mundo material e mental desses povos devia ser feita cautelosamente, através de planos criados por instituições das metrópoles colonizadoras. Desta forma, apresentava-se como desejável, com o endosso da ciência, a permanência desses povos nos níveis de desenvolvimento em que se encontravam[15].

14. Vejamos uma das formas típicas desse *"contato cultural"*: "Os brancos conheciam vagamente a existência dos witotos durante vários séculos, porém não lhes deram a mínima atenção até que o aparecimento do automóvel lançou-os à selva para recolher látex. Descobriram então não apenas que os índios dessa tribo eram os mais inteligentes e tratáveis entre todas as tribos da região como também podiam explorá-los em proveito próprio. Os bárbaros métodos empregados para conseguir seus fins permaneceram desconhecidos do mundo civilizado até que um engenheiro norte-americano, Hardenburg, em um artigo publicado em 1909 denunciou "que os pacíficos índios eram postos a trabalhar na coleta do látex sem pagamento de nenhuma espécie, sem comida, nus; que suas mulheres eram roubadas, ultrajadas e assassinadas; que os índios eram açoitados até terem os seus ossos a descoberto quando não arrecadavam a cota de látex que havia sido fixada, ou tentavam fugir; que morriam com suas feridas infectadas por vermes e seus corpos eram utilizados para alimentar os cachorros dos agentes; que a flagelação dos homens, mulheres e crianças era a menor entre as torturas empregadas; que os índios mutilados em cepos, eram despedaçados a facão, crucificados de cabeça para baixo, esquartejados, serviam ao branco para divertir-se na prática de tiro ao alvo e eram empapados em petróleo e queimados vivos, tanto os homens como as mulheres. As "atrocidades de Putumayio" ficaram célebres somente se comparando às do Congo Belga. Como a maioria dos implicados eram súditos ingleses o governo britânico viu-se na obrigação de enviar um agente consular, *Sir* Roger Casament, para investigar a situação. Em seu informe afirmava que "o estado de coisas que encontrou justifica plenamente as piores acusações" e que durante os doze anos transcorridos entre 1900 e 1912, a produção de quatro mil toneladas de látex conseguidas em Putumayio haviam custado a vida de trinta mil indígenas. Assim foi levada a civilização à selva". (Murdock, G. P., *Nuestros Contemporaneos Primitivos*, México, 1956, p. 372-73).

15. "Procura-se com a publicação da maioria dos trabalhos antropológicos e quase filosóficos que guardam relação com o problema do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos obter impacto semelhante sobre a opinião pública. Tornou-se moda questionar, nesses trabalhos, a "desejabilidade absoluta" do

Toda uma bibliografia vastíssima procurava mostrar a funcionalidade das partes constitutivas de cada cultura das áreas dominadas; procurava convencer-nos de que a quebra ou modificação de qualquer daqueles valores seria prejudicial. Não viam ou não queriam ver que a degradação desses grupos humanos não advinha de se tentar elevar os seus níveis de vida, mas era decorrência do esmagamento a que eram submetidos ao entrarem em contato com os grupos de nações dominadoras.

Não nos devemos esquecer, por outro lado, que esses antropólogos contribuíram com muitos elementos *informativos* sobre costumes e procedimentos dos povos considerados primitivos. O material recolhido em expedições e durante a permanência desses estudiosos naquelas áreas constitui um acervo verdadeiramente notável de dados; os seus trabalhos de campo realizados sistematicamente por equipes de cientistas sociais apresentaram a descrição de muitos fatos, traços, padrões e instituições sobre os quais até então qualquer formulação de análise seria feita apenas à base de suposições. Mas, não nos devemos esquecer também de que esses antropólogos, ao realizarem pesquisas desse tipo não compreendiam até que ponto, como cientistas, eram *objetos* da política dos seus respectivos países no seu sentido mais vasto. Por exemplo, C. Haddon tinha interesse pelos melanésios como seres humanos: o que ele não podia impedir era que os seus estudos e os resultados das suas pesquisas fossem usados posteriormente para proporcionar maiores facilidades às autoridades colonizadoras. Desta forma os elementos materiais das culturas e suas conexões sociais, a religião e as línguas desses povos ágrafos ficaram sendo conhecidos e esse conhecimento foi aproveitado para que o expansionismo do

desenvolvimento econômico, tachar de anticientífica sua identificação com o progresso, acusar os que lutam por ele de "etnocentrismo", de tentarem axiomatizar a própria cultura e de demonstrarem pouco respeito pelos valores e costumes dos povos mais primitivos. Permanecendo fiel ao relativismo geral e ao agnosticismo que permeia o pensamento burguês contemporâneo, este ramo das Ciências Sociais nega a possibilidade de um julgamento racional sobre a utilidade (para não falar na necessidade) da mudança econômica e social nas áreas dependentes e coloniais e aconselha o máximo cuidado em qualquer tentativa que venha a perturbar a continuidade das sociedades atrasadas. Muito embora não endosse explicitamente o conceito de dominação imperialista que vê na dominação dos povos coloniais apenas a "tarefa do homem branco", este método de abordar o problema aproxima-se bastante desse conceito quando dá ênfase à "heterogeneidade cultural" das nações atrasadas, quando acentua a incompatibilidade dos sistemas de valores e quando sugere que os povos coloniais e dependentes podem "preferir" a presente situação ao desenvolvimento econômico e à libertação nacional e social". (Baran, Paul A., *A Economia Política do Desenvolvimento*, R. de Janeiro, 1964, p. 68).

imperialismo se realizasse mais *racionalmente*. Povos da Melanésia, da África, da Austrália, Nova Zelândia, Sumatra, Índia, América do Sul foram também estudados como *objetos;* seus padrões, valores e papéis tidos como estáticos, imutáveis e portanto sem capacidade de transformação interna. Toda injeção de progresso social deveria ser dada de fora para dentro, através de planos elaborados pelos países colonizadores[16].

O fato de o imperialismo haver surgido antes do aparecimento da grande maioria desses estudos antropológicos das comunidades ágrafas, envolvendo-os numa redoma ideológica, determinou a essência de todas as conclusões mais relevantes da Antropologia Cultural. Isto, aliás, já foi acentuado por um analista do assunto: Bernhard J. Stern[17].

Mas, para nós, o que é mais importante é que esses estudiosos analisaram os chamados primitivos como *objetos,* daí o antievolucionismo que tem em F. Boas, no campo da Antropologia, a sua maior expressão.

Após os antropólogos ingleses da era vitoriana, sucederam-se os profissionais que – conforme já dissemos – marcharam *pari passu* com o desenvolvimento do expansionismo imperialista; organicamente interligados o imperialismo e a Antropologia Cultural se desenvolviam paralelamente. Esses cientistas foram, por isto mesmo, envolvidos pela essência do que as relações entre as metrópoles e as colônias tinham de antagônicas e espelharam, na disciplina que surgia, essas contradições. Dentro de um mundo que se abria às indagações de economistas e sociólogos esses antro-

16. "Ethnologues et e ethnografes voient dans la societé africaine un champ experimental leur permettant l'etude de l'homme à un certain stade de développement social révolu pour les sociétés européennes. C'est l'époque des thécriens sur la mentalité primitive, raisonnement prélogique des Négro-Africains. Mais les "pragmatistes" de la colonisation, partisans convaincus de l'assimilation pure et simple, considéraint ces travaux comme vains et superflus pour "des sociétés destinées tôt ou tard à entrer dans la grande famille française."

    Ethnologues et ethnographes désireux de poursuivre leurs études durent alors justifier et d'un d'entre eux, M. Labouret trouva la seule justification valable du point de vue de la colonisation:

    "Pour développer les exportations et les importations, escrit-il, une connaissance exacte de l'indigène, fournisseur, client et contribuable, est nécessaire." M. Labouret definit ainsi, involontairement sans doute, la conception tradicionnelle des problèmes de la culture en pays coloniaux où l'etude de tout problème propre à un peuple colonisé se trouve conditionée par l'intérêt de la colonisation: le développement des importations et des exportations, dans l'intérêt de la puissance colonisatrice" – (d'Arboussier, Gabriel: "Afrique Noire: Les Problèmes de la Culture", in *Europe*, nº 41-42, maio-junho, 1949, pp. 41-2).

17. Science and Society/1953, *apud.* Olmeda, Maùro, "Sociedades Precapitalistas I: Introducción a las Sociedades Preclasistas", México, 1954, pp. 291 e segs.

pólogos davam aos seus trabalhos um direcionamento de classe, embora de forma sutil e acobertado por um oceano de erudição. As diversas teorias que surgiam – como o difusionismo – visavam a negar o desenvolvimento interno dessas culturas, criaram uma constelação ideológica através da qual esses povos eram analisados a partir dos padrões e valores das nações dominadoras. Finalmente, o conceito de pré-logismo do chamado homem primitivo criado por Lucien Lévy-Bruhl fechou esse círculo ideológico e levou a que se considerassem os povos ágrafos como incapazes, de forma inapelável, de se civilizarem. Considerando as funções mentais dos membros das civilizações inferiores como diferentes não apenas em grau mas em natureza, sendo as mesmas refratárias e impermeáveis à experiência e à razão e essencialmente religiosas, esses estudiosos estabeleceram uma barreira intransponível, uma divisão estanque entre os povos dominados e os povos dominadores. Substituindo o já desmoralizado *slogan* de "raças inferiores", passou-se a considerar que uma mentalidade *pré-lógica* do "primitivo" impedia-o de passar da economia natural que fazia parte da sua respectiva cultura para uma economia monetária (lógica) levada pelos ocidentais.

Mais uma vez aquela inferiorização dos chamados primitivos que era fruto da forma como as nações colonizadoras dominavam essas áreas passou a ser considerada como elemento inato, definitiva e cientificamente provado... Mas, apesar desse pré-logismo, os povos africanos criaram um aforismo que retrata lapidarmente o tipo de relacionamento que os colonizadores estabeleceram ali: "quando os missionários chegaram tinham a Bíblia e nós tínhamos as terras; agora eles têm as terras e nós temos a Bíblia".

Esta diferença fundamental no contato entre a economia mais atrasada dos povos chamados primitivos e a capitalista já era inclusive visualizada por Marx e Engels quando diziam que "devido ao rápido desenvolvimento dos instrumentos de produção e dos meios de comunicação, a burguesia arrasta na corrente da civilização até as nações mais bárbaras. Os baixos preços dos seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e faz capitular os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotar o modo burguês de produção. Numa palavra, modela o mundo à sua imagem"[18].

Nesta modelagem a Antropologia Cultural e a Social tiveram como função apresentar traços irrelevantes de uma cultura como sendo determinantes de todo o comportamento de uma comunidade; determinar as formas de controle mais efetivas; usar os valores dessas culturas como elementos de utilidade para os colonizadores; delinear medidas para a conservação dos valores úteis à dominação e diluir os considerados prejudiciais, e, finalmente, estabelecer planos "científicos" para serem executados pelas metrópoles, em interesse próprio[19].

Por tudo isto esses cientistas não acreditavam na capacidade de dinamização interna e desenvolvimento desses povos ágrafos; supunham, apoiados no conjunto conceptual que elaboraram, que as medidas de controle cultural aplicadas eram suficientes para mantê-los estáticos, dependentes, congelados no seus *status* de dominados. Muitos antropólogos profissionais da escola histórico-cultural devem ter ficado altamente surpreendidos com o surto de autodeterminação política e desenvolvimento social dos povos africanos e com a falácia total dos seus inúmeros planos elaborados para mantê-los sob *controle cultural.*

Esta distorção, isto é, a substituição do *proletário* pelo *primitivo* não foi, contudo, um caso fortuito. Veio preencher aquele vazio de estudos que se fazia sentir sobre as relações metrópole/colônia colocadas na ordem do dia por uma série de fatores. Ora, essa literatura especializada ao tempo em que mostrava a temeridade de se procurar elevar o nível de vida dessas populações nativas, criava técnicas de controle colonial, exercendo as autoridades domínio completo através dos chefes tribais. A destribalização era desaconselhada exatamente porque os nativos ao abandonarem os seus valores originais se inseriam num universo de ação completamente novo. Daí o interesse desses antropólogos em estabelecerem técnicas de controle partindo dos elementos nativos que mantinham o prestígio social entre os membros das respectivas tribos.

No caso particular da África, o prestígio que as autoridades coloniais – apoiadas por equipes de etnólogos e antropólogos sociais – davam às autoridades tribais objetivava a impedir a formação de unidades nacionais. Por outro lado, esses estudiosos que tão pormenorizadamente ana-

18. K. Marx, e F. Engels, *O Manifesto Comunista*, R. de Janeiro, s/d., p. 26.

19. "Em um *Discurso sobre o Colonialismo*, Aimé Césaire julga o que chama a "hipocrisia" da civilização ocidental, na justificação de sua tarefa colonizadora. O autor a vê como aventura e pirataria, dissimulada em evangelização e obra filantrópica, e nisto consiste o seu significado hipócrita. No julgamento de Aimé Césaire, porém a colonização é condenada, não em nome de um exclusivismo nativista, mas porque realmente não estabelece verdadeiro contato entre os povos, proclamando o autor que a Europa deveria ter sido uma "encruzilhada", "lugar geométrico de todas as idéias, receptáculo de todas as filosofias e de todos os sentimentos" (Ramos, Guerreiro, *A Redução Sociológica*, R. de Janeiro, 1965, p. 63).

lisavam o continente africano, passavam por cima do trabalho que os cientistas sociais soviéticos realizavam no setor do problema nacional, integrando numa unidade política socialista povos considerados primitivos e atrasados. Comunidades consideradas pré-letrados foram integradas à URSS; outras tiveram alfabetos criados para serem por elas aplicados conservando-se-lhes os valores locais que foram incorporados à economia socialista. Era talvez a maior experiência que se realizava no mundo não apenas pelo seu pioneirismo mas também pela sua importância numérica. No entanto nada disto foi estudado, generalizado, levado a sério ou mesmo criticado dentro de padrões científicos pelos etnólogos ocidentais que voltavam suas vistas para aqueles povos que ainda viviam sob domínio colonial, como a África, a Austrália, a Oceânia. Porque era naquelas áreas que esse tipo de Antropologia podia ser *ciência aplicada.* Era uma tentativa de se apresentar como ciência boa e autêntica as racionalizações que expressavam os interesses de dominação das metrópoles.

"Para fortalecer seu domínio sobre os povos africanos – escreve um estudioso – os colonizadores fomentaram a divisão ali onde haviam surgido formações estatais de caráter feudal (Nigéria, Uganda etc.) e mantiveram artificialmente, a velha estrutura e organização tribal, convertendo os chefes das tribos em empregados da administração colonial. Chegaram mesmo a instituir o título de chefe de tribo onde nunca havia existido, como, por exemplo entre os quiculos, grupo étnico de Quênia. Viram na organização tribal um instrumento seguro para subjugar social e politicamente os povos. O marechal Smuts, ex-primeiro-ministro da União Sul-Africana em conferências pronunciadas na Universidade de Oxford, aconselhou os futuros funcionários coloniais: 'É necessário impedir a todo o custo a queda do regime tribal. Se este regime se desmorona e a disciplina tribal desaparece a sociedade nativa se diluirá em átomos humanos o que torna possível o bolchevismo universal e o caos'. O jornalista norte-americano Gunther escrevia depois de sua viagem à África e das conversações que manteve com os funcionários coloniais: 'Enquanto os africanos tiverem um modo de vida tribal... não criarão nenhum problema, exceto no terreno de administração local[20].'"

Não foi por acaso, portanto, que o "primitivo" foi tão procurado, pesquisado, interpretado e analisado pelos antropólogos sociais[21]. A imposição de soluções *culturalistas* era, portanto, um desvio que – conforme já dissemos – preenchia o vazio ideológico da contradição metrópole/colônia do ponto de vista dos interesses dos colonizadores e do neocolonialismo. A crise do neocolonialismo, por seu turno e a transformação de regiões africanas outrora dependentes em nações em processo de desenvolvimento, irão transformando esse método de abordagem em coisa do passado, sem nenhuma função dentro das novas relações políticas e sociais.

As diversas alternativas metodológicas que as ciências sociais acadêmicas apresentam para os problemas globais, sua diversificação que vai do empirismo às soluções culturalistas e irracionalistas, guardam, portanto, relação de subordinação com o regime do qual são uma constelação ideológica atuante. É evidente que não se trata de um reflexo mecânico e simplista, mas os seus modelos fundamentais são uma conseqüência do acervo de idéias que as classes dominantes sedimentaram e desenvolveram para dar cobertura, lastrear ideologicamente o regime. Desta forma, a afirmativa com a qual iniciamos este capítulo é válida e permanente: as idéias dominantes – e aqui se incluem as categorias fundamentais das ciências sociais acadêmicas – são as das classes dominantes.

20. Potejin, Ivan, "Alguns Aspectos da Questão Nacional na África", in *PPS*, R. de Janeiro, 11/1961, p. 68.

21. "A Importância da Antropologia Social para a administração colonial foi reconhecida, de forma geral, desde o início do século. O ministério das Colônias e os governos coloniais demonstraram interesse crescente pelos estudos e as investigações nesse campo.

Há bastante tempo os aspirantes a postos coloniais, antes de assumirem seus cargos, recebiam, juntamente com outros cursos, classes de Antropologia Social em Oxford, Cambridge e, em data mais recente em Londres também". (...) "Os governos coloniais estão de acordo em que é muito útil que os seus empregados possuam um conhecimento geral elementar de Antropologia." (Prithard, E. E. Evans, *Antropologia Social*, B. Aires, 1957, p. 96).

3 *Teoria e práxis*

1. Tipologia da Sociologia da Práxis

Aos esquemas empíricos da Sociologia acadêmica ou das correntes irracionalistas quais os modelos globais que o cientista social que aceita o dinamismo radical apresenta como resposta? Porque, se constatamos a insuficiência das ciências sociais acadêmicas temos de apresentar, em contrapartida, as coordenadas essenciais do modelo que servirá de fundamento a uma Sociologia da Práxis. Negando o relativismo agnóstico que considera impossível analisar-se o ritmo de transformação e repetição dos fenômenos e leis, e, conseqüentemente, a impossibilidade de serem traçadas normas práticas não apenas para fragmentos e detalhes da realidade social mas para a sua totalidade, a Sociologia da Práxis apresenta a *formação econômico-social* como o modelo básico. De um modo geral podemos dizer que o modelo de *formação econômico-social* aproxima-se metodologicamente dos *tipos* de Max Weber, isto é, mesmo não se encontrando muitas vezes ou quase sempre em estado *puro* serve para delimitar o grau de desenvolvimento, a complexidade, o ritmo de crescimento de uma determinada sociedade, o conteúdo do seu sistema de estratificação, a divisão do trabalho social e suas formas, pois, de uma maneira genérica, ele tipifica todo o regime econômico mais a superestrutura correspondente.

Serve, portanto, para estabelecer a hierarquia da dinâmica social, mostrando que não é fortuita ou acidental a passagem de um modo de produção para outro. Pelo contrário. Essa substituição é um processo que obedece a leis objetivas, leis que nascem e se desenvolvem dentro de uma

formação econômico-social e são substituídas por outras que correspondem à essência de outra formação.

Em primeiro lugar devemos dizer que as leis de todas as *formações econômico-sociais*, excetuando-se as leis sociológicas gerais, têm a sua historicidade e somente atuam em cada uma dessas formações. Mas, se estes modelos globalizadores dentro da perspectiva de análise verdadeiramente científica, apresentam-se – conforme dissemos inicialmente – como categorias *típicas* isto não equivale dizer que sejam frutos de raciocínios lógico/apriorísticos. Pelo contrário. As análises dos sociólogos da práxis somente terão validade se partirem da anatomia da realidade social estudada. Fora disto serão esquemas aplicáveis a qualquer época e a qualquer lugar e por isto mesmo incapazes de dar explicação ao *processus* antinômico do devir emergente, suas contradições particulares, perspectivas e direções. O perigo do sociólogo da práxis é exatamente o de tentar procurar enquadrar a realidade neste ou naquele modelo de *formação econômico-social*, antes de um estudo meticuloso de todos os fatos e processos, suas conexões e inter-relações. A análise multilateral da realidade, a comprovação empírica de todas as conclusões e generalizações devem servir de norma ao sociólogo da práxis que – não tendo nos quadros do regime social atual a estabilidade que a inação produz – alia seu estudo teórico à atividade imediata no sentido de comprovar, através do "método de observação participante" aquilo que é tido como conclusão provisoriamente válida.

Os modelos que são apresentados pela Sociologia acadêmica prendem-se mais a formulações abstratas, pois refletem apenas a *forma* dos fatos, fenômenos e processos sociais. Quando Ferdinand Tonnies estabeleceu os modelos de *comunidade* e *sociedade* para balizamento dos estudos sociológicos erigiu uma dicotomia formal que, segundo ele, ia do orgânico (*comunidade*) ao mecânico (*sociedade*) sem contudo apresentar os elementos objetivos, materiais, que dariam conteúdo aos dois conceitos. Diz ele que "a comunidade é o antigo e a sociedade o novo"[1], ou que "comunidade é a vida comum duradoura e autêntica; sociedade é apenas uma vida em comum passageira e aparente"[2]. Sem procurarmos fazer uma análise mais profunda desses dois modelos tão usados pela Sociologia européia, desejamos, de momento, salientar que o seu formalismo, a sua falta de ligação e conexão com a história leva-os à inoperância como modelos de uma *práxis* global e permanente. Isto é justamente o que diferencia e antagoniza mesmo aqueles modelos acadêmicos do conceito dinâmico/

1. Tonnies, F., *Comunidad y Sociedad*, B. Aires, 1947, p. 21.
2. *Op. cit.*, p. 21.

/radical de *formação econômico-social*. Porque quase todos os modelos tradicionais procuram apresentar-se sem contextura material e sem historicidade, sem o complemento de fundamentação indispensável para que não se fique apenas divagando no vazio mas se dê a cada um deles, (que tipificam uma etapa do desenvolvimento social) uma conceituação que seja o reflexo do seu conteúdo, da sua essência. Sem o conhecimento da essência de determinado estágio de desenvolvimento da realidade social não se pode estabelecer premissas para a aplicação de uma *práxis* correspondente às perspectivas do *devir* emergente. São portanto formulações ou conjuntos conceptuais que poderão ser úteis para aqueles cientistas sociais que desejam realizar trabalho apenas constatativo para uma prática empírica microssociológica.

O modelo de *formação econômico-social* além de não ser meramente constatativo expressa o relacionamento social hierarquizado historicamente e ao mesmo tempo dá os elementos fundamentais que tipificam cada uma dessas fases, desbastando-os do que é simples detalhe irrelevante e estabelecendo critérios objetivos de análise, ou seja: o nexo causal de cada uma. Em outras palavras: abre perspectivas para que a *práxis* social – através da ação política – atue naquilo que é fundamental e dá sentido ao processo e não sobre o assessório e tópico.

O conceito de *formação econômico-social* permite clarificar a visão do estudioso mostrando aquilo que é determinante, os seus elementos basilares, separando-os dos elementos fortuitos ou secundários. Por isto mesmo V. I. Lenin escreveu: "até agora os sociólogos distinguiam com dificuldade, na complicada rede dos fenômenos sociais, os fenômenos importantes dos menos importantes (esta é a raiz do subjetivismo em sociologia) e não sabiam encontrar um critério objetivo para essa diferenciação. O materialismo proporcionou um critério completamente objetivo, ao destacar as "relações de produção" como a estrutura da sociedade permitindo que se aplique a essas relações o critério científico geral da repetição cuja aplicação na sociologia negavam os subjetivistas"[3].

Prosseguindo diz: "A análise das relações sociais materiais (isto é, relações que se estabelecem sem passarem pela consciência dos homens: ao trocar produtos os homens contraem relações de produção ainda sem terem consciência de que nisto reside uma relação social de produção) permitiu imediatamente observar o processo de repetição da realidade, sistematizando os sistemas dos diversos países em um só conceito fundamental de "formação social". Esta síntese foi a única que conseguiu passar

3. Lenin, V. I., *Obras Escogidas*, (4 tomos), 1º tomo, México, D. F., 1941, p. 75.

da descrição dos fenômenos sociais (e de sua valorização do ponto de vista das idéias) a uma análise estritamente científica que sublinha por exemplo "o que" é que diferencia um país capitalista de outro e estuda "o que" há de comum entre eles"[4].

Desta forma, o modelo em questão forma-se em conseqüência da análise das relações de produção, ou seja, da infra-estrutura da sociedade em determinado estágio do seu desenvolvimento. O elemento fásico, no entanto, não procura estagnar em quadros estanques a realidade social. Mas, por outro lado, não aceita o fluir ininterrupto que caracteriza a maioria das correntes evolucionistas do século XIX.

O traço que distingue a Sociologia da práxis de todas as outras correntes evolucionistas do pensamento social do século XIX é o fato de que enquanto nas primeiras a noção de progresso social é expressa através de um *processus* ininterrupto, ou melhor, através de um *continuum* que é um simples fluir, na Sociologia da práxis esse progresso se verifica através de contradições, de choques que são a sua própria dinâmica e se verificam no interior de cada processo. Enquanto para as correntes evolucionistas vulgares esse fluir trazia o progresso social por agregação de novas partes, a Sociologia da Práxis vê o aparecimento de novas qualidades no choque, nas contradições internas neles contidas e na sua superação. Desta forma deduziremos facilmente como as primeiras teorias conduzem a que se tenha uma noção liberal e linear do desenvolvimento social e na segunda temos uma concepção que enfoca o progresso social em bases dinâmico/radicais. Porque a contradição, na concepção praxista, é o núcleo nodal do progresso pois da sua superação, da modificação dos seus elementos imanentes e sua transformação em uma realidade qualitativamente distinta da que a precedeu depende o conteúdo da modificação que se efetua. Uma visão liberal do mundo que tem um conceito do *processus* como simples fluir é assim substituída por uma visão dialética e revolucionária. O progresso social na sua acepção revolucionária – e a palavra revolução vai aqui na sua configuração mais lata e não no seu aspecto meramente insurrecional – é portanto uma decorrência dos elementos objetivos que se chocam no interior de cada processo e percorrem toda a sua extensão, superando-o em uma nova realidade mais complexa e elevada.

Esta diferença, embora não tenha sido apresentada explicitamente por Max Lerner em um confronto com a concepção praxista, é destacada implicitamente quando ele escreve que "a teoria do processo social representa o liberalismo no domínio da sociologia. Tem fornecido a base para o progressivismo nos movimentos políticos, educacionais, na programação do trabalho e na reforma social. Os sociólogos tem em sua memória segundo a posição de COOLEY, adotando-a como atitude intelectual fundamental. Sua indecisão, porém, tem impedido que se alcance uma teoria adequada sobre mudança social. Através de sua função de racionalizar tanto a adesão ao *status quo* quanto o medo à ação revolucionária, as formulações da teoria têm apresentado implicações de caráter marcadamente antiliberal"[5].

Ao contrapor esta teoria gradualista à concepção dinâmico/radical do desenvolvimento social, conhecido pensador diz que a unidade ou identidade dos aspectos contraditórios de um fenômeno objetivamente existente nunca é fixa, morta, porém apresenta-se viva, condicionada, móvel, transitória, relativa; todos os contrários em condições determinadas, transformam-se uns nos outros; e o reflexo desta situação no pensamento humano constitui a concepção materialista-dialética. Somente as classes dominantes do presente e do passado, assim como a metafísica que está a seu serviço, não consideram os contrários como dinâmicos, condicionados, móveis, que se transformam uns nos outros, mas como mortos e fixos; eles propagam constantemente esta concepção falsa e leva ao erro as massas populares a fim de prolongarem a sua dominação"[6].

Abordando outro aspecto da questão, analisando o problema da luta dos contrários que se verifica nos fenômenos e é o elemento responsável pelas mudanças qualitativas, continua: "a luta dos contrários penetra todos os processos do começo até o fim e desemboca na transformação de um processo em outro; a luta dos contrários existe em todas as partes, sem exceção e é por isto que ela é incondicional, absoluta"[7]. Desta forma, ao mostrar como a unidade dos contrários é relativa e móvel e a luta dos contrários é incondicional, absoluta, esclarece as coordenadas metodológicas para que se tenham elementos de análise e interpretação dos fatos

4. *Op. cit.*, p. 77 – Ainda no mesmo trabalho V. I. Lenin faz a seguinte afirmação de interesse metodológico relevante: "Marx e Engels chamavam de método dialético – em oposição ao metafísico – simplesmente o método científico em sociologia, que consiste em que a sociedade é considerada como um organismo vivo, que se encontra em evolução contínua (e não como elementos sociais isolados, mecanicamente entrelaçados entre si e aos quais, por isto mesmo, podem se aplicar toda classe de combinações arbitrárias) e para cujo estudo é necessário fazer uma análise objetiva das relações de produção que constituem uma formação social determinada, estudar as normas do seu funcionamento e evolução". *Op. cit.*, p. 99.

5. Lerner, M., "Processo Social", in *Homem e Sociedade*, S. Paulo, 1965, p. 210-11.

6. *A Proposito de la Practica/En Torno a la Contradicción*, Chile, s/d., p. 83.

7. *Op. cit.*, p. 86.

sociais e das modificações estruturais que caracterizam o verdadeiro progresso social. Isto porque, em todos os processos, mesmo com todas as variantes ocasionais, apesar de toda a multiplicidade de alternativas parciais, decorrentes da mobilidade e transitoriedade da unidade e identidade dos contrários, somente com o seu rompimento através da luta dos contrários é que a transformação se verifica pois é essa luta que, em última instância, determina a passagem de um processo para outro processo, dando-lhe, portanto características qualitativamente novas[8].

Era aliás o que V. I. Lenin afirmava no seu trabalho clássico sobre dialética no qual afirma que "para se conceber amplamente todos os processos do mundo em sua "autodinâmica", em seu desenvolvimento espontâneo, em sua verdadeira vida, é necessário conhecê-los como um todo constituído de contrários. A evolução é uma "luta" de princípios antagônicos. Há duas maneiras de conceber a evolução (digamos, duas possibilidades, ou, então, dois aspectos dados pela História): a evolução como redução, o acréscimo como repetição; ou então, essa mesma evolução como unidade de contrários (desdobramento do *um* em princípios que se excluem e relações entre esses princípios antagônicos"[9].

O sociólogo da práxis, ao analisar determinada *formação econômico-social* ou algum dos seus aspectos fundamentais, deve levar em consideração, portanto, que dentro do bojo de cada uma há uma série infindável de contradições que entram em choque, criando novos problemas sociais, novos planos de realidade, cabendo a ele, em cada situação particular, procurar captar essas contradições no seu dinamismo. Há portanto momentos em que se torna mais difícil a identificação dessas contradições, quando elas se encontram em estado latente ou pouco aguçadas, constituindo

8. A compreensão da superação através do choque de contrários ou seja, a aceitação da contradição como categoria normal somente poderá ser assimilada se o estudioso abandonar os princípios da Lógica Formal na sua acepção aristotélica: lei da identidade, lei da não contradição, lei do terceiro excluído e lei da razão suficiente, por uma nova Lógica que aceita a contradição implícita em cada fato ou fenômeno da Natureza, da vida social e do pensamento como normal, como conceito central. Para uma visão deste aspecto: Cf. Caio Prado Jr., *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*, S. Paulo, 1959; Ath Joja, *A Lógica Dialética*, S. Paulo, 1965; *idem*, "A Lógica da Sociologia" (*apud, Dialética e Ciências Sociais*), R. de Janeiro, 1967; H. Lefebvre, *Logique Formelle, Logique Dialectique*, Paris, 1947; *idem*, "Logica Formal y Logica Dialectica", in *Cuadernos de Cultura*, B. Aires, nº 24, março/1956; G. Plekhanov: "Dialectica y Lógica", *apud, Cuestiones Fundamentales del Marxismo*, México, D. F. s/d.; B. Kredov, "Las relaciones entre la Lógica y el Marxismo", in *Aurora*, Santiago, nº 2, 1954. – O assunto tem sido muito debatido nos últimos tempos e uma concepção praxista da Lógica e a sua junção com a gnosiologia está sendo discutida acaloradamente.

9. Lenin, V. I., *Materialismo e Empiriocriticismo*, R. de Janeiro, (2 vols.), 2º, p. 430.

ainda unidade: quando porém essa unidade se biparte (chocam-se entre si as partes), e produz uma nova unidade, o sociólogo deve estudar cada uma das suas particularidades, mostrar como cada uma delas foi superada e determinar conceptualmente as transformações que, em conseqüência, se verificaram na realidade social.

Temos de ver, por exemplo, que a contradição é um princípio universal que atua em todos os aspectos da realidade social mas, em contrapartida, devemos analisar particularizadamente o caráter específico de cada contradição e o lugar do antagonismo em uma série de contradições.

Como podemos observar, não se trata de apresentar cada modelo de *formação econômico-social* como algo pétreo, congelado ou imóvel mas como elemento somente válido enquanto esquema conceptual; sua essência no entanto só poderá ser conhecida, em cada caso particular, se os enunciados gerais se transformarem em análise pormenorizada da realidade social estudada, pois o modelo típico – insistimos – só tem validade se for analisado nos seus diversos aspectos, isto é, quando deixa de ser mera hipótese de trabalho para ser uma conclusão teórica sintética que decorre do conhecimento dos elementos fatuais estudados. Além disto devem ser estudadas as contradições que se operam em cada fase do seu desenvolvimento, as suas diversas gradações, pois é justamente da análise do choque das tendências contrárias e das características de cada uma que o sociólogo da práxis estabelecerá a direção, o *devir* que se apresentará como decorrência. A passagem de um modo de produção para outro, de uma *formação econômico-social* para outra não é, assim, um simples fluir, como já dissemos, mas um cadinho de contradições, de choques, de mudanças que correspondem, no fundamental, ao grau de contradição existente entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção.

Desta forma o modelo não se petrifica em dogma ou se dilui em ecletismo. O dogmatismo entra em contradição com toda a estrutura conceptual da sociologia da práxis que, por isto mesmo, já foi considerada uma simples corrente de ação política e não uma *Weltanschaaung*. Isto porque o teste dos seus modelos é feito na prática social, no vasto laboratório das transformações globais[10].

10. Referindo-se a este aspecto da teoria da Práxis, Oskar Lange diz que a mesma não se desenvolve em laboratórios "mas nas enormes oficinas do movimento operário revolucionário e durante a construção do socialismo. No entanto, é uma teoria científica no verdadeiro sentido da pâlavra. Surge da práxis da configuração do mundo; generaliza experiências dessa práxis para Estados inteiros e para o campo internacional; determina leis gerais; analisa situações concretas e tira conseqüências delas para ações eficazes". (Oskar Lange: *La Economia de las Sociedades Modernas*, México, DF, 1966, p. 281).

O modelo de *formação econômico-social* tem sofrido, nos últimos anos, críticas muito sérias vindas inclusive de alguns círculos respeitáveis. Daí porque iremos nos deter um pouco mais no assunto pois o achamos de fundamental importância para a Sociologia da *práxis*. Porque não se trata de simples detalhe mas da própria fundamentação do fenômeno de repetição, indispensável à elaboração de todo esquema científico. Possivelmente um processo de simplificação tenha se verificado na exposição de alguns manuais como acontece, aliás, com todos os livros de divulgação, deformando ou empobrecendo o conceito. Fato que não invalida em absoluto a sua eficiência metodológica.

Para toda *práxis* científica há necessidade de um conhecimento não apenas dos processos e problemas sociais do momento, mas da cadeia total da qual eles são um elo. Por isto, o modelo acima, como já dissemos antes, hierarquiza os acontecimentos partindo das relações que se estabelecem antes de passarem pelo cérebro dos homens. Esta posição materialista, ou seja, a análise do relacionamento social sem nenhum julgamento de valor antecipado, deve ser o princípio diretor e a metodologia permanente para qualquer estudo sociológico que não deseje apenas procurar justificar os pontos de vista do analista ou de sua classe, mas estabelecer, à base de um processo de redução e síntese, as relações sociais às de produção e estas últimas ao nível das forças produtivas. Esta posição levará a que se veja a passagem de um estágio típico, ou melhor, de uma *formação econômico-social* para outra como um processo histórico-natural.

Mas, como dissemos, o próprio conceito de modelo em questão tem sofrido restrições. Devemos, portanto, procurar aprofundar a análise não somente da validez do modelo como da significação das críticas que lhe são feitas.

Uma delas, talvez a mais difundida, é aquela que nega universalidade à sucessão dos modelos de acordo com o esquema estabelecido, ou seja a passagem do *regime comunal primitivo* (sociedades não estratificadas em classes) para o *escravismo* (sociedades onde o direito de propriedade se estende à pessoa humana e cujo conjunto da produção dos bens materiais é executado por indivíduos que são propriedade de terceiros e estão na base do sistema de estratificação); a passagem deste para o *feudalismo* (sociedades cuja produção é executada pelos servos e artesãos e os primeiros, além de obedecerem a um sistema rígido de subordinação extra-econômica contribuem, através da *corvéia* e de tributos para os proprietários das terras em que trabalham); a transformação do *feudalismo* em *capitalismo* (sociedade onde os trabalhadores são *livres* para venderem a sua força de trabalho no mercado e os meios de produção pertencem privativamente à classe capitalista) e, finalmente, a transformação do

capitalismo em *socialismo* (sociedades nas quais os meios de produção foram socializados e o sistema de estratificação social tende a se desenvolver em termos de fazer desaparecer as diferenças essenciais entre as diversas formas do trabalho humano)[11].

Alegam muitos desses críticos que, mesmo aceitando-se esta sucessividade para as sociedades européias não é correto a aplicação desses modelos universalmente. Acham que a Sociologia da Práxis ao se ater a este esquema de progresso social se transforma em um conjunto filosófico teleológico, perdendo o seu conteúdo científico. Vejamos, mais de perto, a questão: entrecruzam-se aqui dois parâmetros que devem ser analisados separadamente porque somente assim poderemos compreendê-la. O primeiro é a validez em si dos modelos de *formação econômico-social;* o segundo é

11. Estamos dando como elementos constitutivos básicos dessas formações econômico-sociais o seu relacionamento de classes e não a sua base tecnológica pois, de qualquer maneira, embora a diversificação neste particular seja de grande importância, o que não se pode deixar de levar em consideração é que, para o caráter do nosso trabalho, o relacionamento social tem muito mais importância do que o acervo tecnológico de um estágio. Embora de um ponto de vista mais analítico não se possa separar os dois aspectos e K. Marx tivesse oportunidade de se referir ao assunto na *Miséria da Filosofia*, é pacífico que as relações de produção configuram o conteúdo sociológico das diversas fases do desenvolvimento humano, dando-lhe o perfil fundamental, Por outro lado, não queremos discutir aqui o conceito de *modo de produção asiático* porque iríamos ter de desenvolver uma série de considerações que aumentariam em muito o texto no particular, visto que nos parece um conceito ainda polêmico. Os trabalhos de Godelier, Jean Chesneaux, Roger Bartra, Ignacy Sachs, V. Nikiforov, Jean Pecirka, Vassili Strouve, G. Balandier e outros, alguns de forma menos acadêmica, outros beirando o academicismo sociológico, recolocam em discussão as relações sociais pré-capitalistas, pois foi através de documento de Marx que estuda essa etapa do desenvolvimento social que eles chegaram à conclusão de que é necessário se colocar no esquema evolutivo marxista o conceito de *modo de produção asiático* e a sua correspondência política: o *despotismo oriental.* No entanto, o que todos aceitam – pelo menos nos parece pelos seus textos – é que a teoria materialista está na base dessas interpretações o que, no fundamental, confirma os nossos postulados metodológicos segundo os quais a passagem de um modo de produção para outro obedece a leis objetivas que surgem como conseqüência do dinamismo do seu relacionamento de classes e seus respectivos conflitos. Por outro lado, a revitalização do conceito de pré-capitalismo, como é exposto por Marx, vem desfazer algumas dúvidas daqueles que o achavam muito vago e impreciso, como é o caso de Caio Prado Júnior. Parece-nos que – mesmo admitindo-se que quando Marx escreveu os *Grundrisse* o seu pensamento ainda não estivesse totalmente amadurecido – devemos recorrer à lógica e à análise desse pensamento para ver até que ponto ele corresponde a uma hipótese a ser considerada necessariamente aceita e até quando. Por isto é que nos parece que o conceito ainda é polêmico.

o conceito de progresso social ao qual a sucessividade das diversas *formações econômico-sociais* estaria subordinada. A maioria das críticas, deve-se salientar, parte justamente daqueles historiadores e sociólogos que estudam o movimento da sociedade através de ciclos, negando portanto qualquer possibilidade de sucessividade regular e progressiva de sistemas sociais. Desta forma, tal crítica não se limita apenas a esses modelos mas ao próprio conceito de progresso social.

Quanto à validez dos modelos que apresentamos cabe ponderar que eles não são impostos de fora para dentro, conforme já dissemos, mas são *encontrados* pelo sociólogo ao pesquisar detalhadamente, em todos os sentidos, determinada sociedade. Por outro lado eles não existem *puros* mas, do conjunto de relações sociais o pesquisador seleciona o que é mais importante e ajusta o modelo à realidade. Em outras palavras: eles só podem ser encontrados na sua *singularidade* e não através de artifícios lógicos que envolvem a falta de pesquisa e análise empírica da realidade. Até agora, isto convém ser salientado e é a forma única de podermos demonstrar a sua validez, todas as vezes que sociólogos da práxis realizam pesquisas, descobrem elementos desses modelos, em maior ou menor grau, capazes de tipificá-los no que eles têm de fundamental.

No que diz respeito ao conceito de progresso social só há um critério objetivo de aferi-lo: é verificar o aumento de produtividade do trabalho humano. Como afirma D. F. Porchnev "este aumento só pode ser percebido tomando-se épocas relativamente vastas. É entretanto evidente que o aumento de produtividade do trabalho nas sociedades do antigo Oriente ou da Antigüidade greco-romana foi bem mais rápido que nas sociedades primitivas e bárbaras que as precederam e cuja civilização material é, atualmente, suficientemente conhecida dos arqueólogos contemporâneos (. . .). A produtividade do trabalho aumentou, da mesma forma, durante a Idade Média tomada em comparação com a Antigüidade e na época contemporânea em comparação com a Idade Média. Todavia os ritmos de crescimento sempre se aceleram no curso da História"[12].

Este critério objetivo é portanto o único válido pois toma como elemento básico o crescimento das forças produtivas e o ritmo progressivo do desenvolvimento concreto da produtividade do trabalho humano.

Se aceitarmos a sucessividade no tempo dos modelos apresentados (*formação econômico-social*) e o critério do progresso social levando-se em consideração, como elemento fundamental, o trabalho humano e o

12. Porchnev, B. F., "Como o Historiador pode Definir o Progresso?" *apud*, *Que Futuro Espera a Humanidade?*, R. de Janeiro, 1967, p. 59.

crescimento da sua produtividade, temos, então, os balizamentos metodológicos para uma Sociologia da *práxis* no sentido de ser uma ciência que não se limita a interpretar o mundo, mas é um instrumento de transformação social e leva em conta, para estabelecer uma pragmática para o *devir*, esses dois fatores como básicos e direcionadores.

Neste ponto de análise já temos portanto elementos para uma definição do que entendemos por *formação econômico-social* e que é:

a) Um conjunto de relações sociais determinadas historicamente, em ligação com as forças produtivas da sociedade; todo o conjunto de estratificação social e suas formas de pensamento espontâneas mais as ideologias conscientemente elaboradas. Esses valores sociais, por seu turno, formam um conjunto contraditório dentro da *formação* mas, apesar de todas as divergências (ou por isto mesmo) constituem um todo. Este todo

b) tem como elemento constitutivo básico a conexão estrutural entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção. Estabelecido o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, pelo trabalho de mediação, as relações de produção correspondentes, tem-se um modelo, uma síntese do que entendemos por *formação econômico-social* cujas partes que a constituem

c) não nascem, desenvolvem-se e desaparecem harmonicamente, mas de forma contraditória, sendo que muitos segmentos econômicos, culturais e sociais de um modo de produção penetram como pinças, no outro, sem que isto leve a que do ponto de vista global, o cientista social fique impedido de estabelecer, analisando as relações fundamentais e as forças produtivas que as geram, um tipo de *formação econômico-social*. Desta forma

d) muitas vezes, ou melhor, na maioria das vezes o conceito de determinado tipo de formação não existe na sua pureza: relações antigas, concepções correspondentes a outro estágio persistem, exercem influência sem que isto invalide o fundamental que tipifica o modelo em confronto com os demais.

Por outro lado, devemos reconhecer que as diversas *formações econômico-sociais* que precederam à capitalista não tiveram da parte dos sociólogos e historiadores da práxis, a mesma preferência de análise e síntese da sua tipologia; procuraram deter-se mais na conceituação do modo capitalista de produção. A parte histórica, isto é, a análise de outras formações que o precederam tem, de fato, hiatos, ponto de vácuo, setores pouco estudados; ou que foram estudados de forma esquemática e superficial. No entanto, se partirmos de um critério de análise materialista, estudando o desconhecido pelo conhecido e não o conhecido pelo desconhecido,

posição que nos levaria a interrogações místicas e à aceitação do pensamento analógico tipicamente idealista, podemos compreender a validade desses modelos.

Estabelecidos os modelos fundamentais pode-se atuar sobre a realidade social, criando-se uma *práxis* para transformá-la.

2. Práxis sociológica autoconsciente e alienada

Quando falamos de *práxis* sociológica temos em vista dois aspectos que se completam e são interdependentes: a) o problema gnosiológico; b) o problema da ação social e política. O segundo aspecto tem de ser o coroamento empírico do primeiro. Como já foi dito: "através da prática confirmar e desenvolver a verdade (...) Da prática ao conhecimento, de novo à prática e novamente ao conhecimento, esta forma é infinita em sua repetição cíclica e o conteúdo de cada ciclo da prática e do conhecimento eleva-se relativamente a um grau mais alto"[13].

A ação política deve, portanto, ser um reflexo do conhecimento empírico da realidade social, mas não de forma contemplativa ou simplesmente pragmática. Deve ser dialética e conseqüentemente, dinâmica na sua essência. O conhecimento das leis sociológicas dá ao homem o poder de intervir conscientemente no processo social, elevando o grau desse conhecimento à medida que atua. Daí porque a Sociologia acadêmica tangencia este fato de suma importância: a possibilidade das ações de massas se processarem não como reflexo de tendências psicológicas agressivas desses grupos sociais, mas como decorrência da sua conscientização.

Pierre Naville vê três tipos de leis que atuam nas estruturas sociais, a saber: a) leis de funcionamento a longo prazo; b) leis de funcionamento a prazo médio, e c) leis de funcionamento a curto prazo. O primeiro tipo de leis abrangeria os movimentos demográficos, a propriedade, a estrutura da família e de parentesco etc. O segundo tipo de leis seria constituído por aquelas "de funcionamento cuja ação se faz sentir dentro de uma esfera considerada assinalável por uma geração, por vezes pouco mais, tendo a duração de uma vida humana ativa. Vinte, trinta anos, às vezes menos. Finalmente o terceiro tipo de leis é o que concerne à ação dos partidos"[14]. As leis de funcionamento de caráter econômico e social a curto prazo

13. *A Propósito da Prática...*
14. Naville, P., "Leis Sociológicas e Ação de Massas", in *Problemas do Socialismo Internacional*, S. Paulo, s/d., p. 153.

correspondem, geralmente, a um aspecto transitório e por vezes subordinado às leis sociológicas mais gerais.

Assim, para Pierre Naville as "leis da evolução do regime da propriedade são no fundo leis a longo prazo. E é pelo conhecimento e a compreensão do caráter relativamente lento dessas transformações que se torna possível agir sobre elas de maneira consciente e com perspectivas a longo prazo"[15]. As segundas – a prazo médio – "são as que decorrem do que chamamos atualmente de planificação. O que deve ser planificado em função do conhecimento do estado da sociedade é justamente aquilo sobre o que se pode agir num plano assinalável"[16]. Finalmente as últimas "podem ter um caráter imediatista ou que se podem produzir bruscamente ou então não serem eficazes senão dentro de um escasso período de tempo. (...) As organizações políticas e sindicais agem as mais das vezes em função das características a curto prazo das leis sociais"[17].

A *práxis* social, portanto, deve ser dirigida pelo conhecimento das leis do desenvolvimento social, desde as suas formas mais simples e transitórias até as que expressam contradições mais radicais na estrutura social, como os movimentos revolucionários. Daí a coincidência que deve existir – embora nem sempre isto aconteça – entre os agrupamentos políticos que se orientam por uma teoria dinâmico/radical e a visão científica global do desenvolvimento da sociedade. Porque o não conhecimento multifacético da realidade social e do seu ritmo de desenvolvimento, de dinamismo interno, e, especialmente, a falta de conhecimento das contradições que atuam em cada processo específico pode levar esses grupos e partidos a um afastamento progressivo da coincidência *práxis*/conhecimento, descambando na alienação. Esses grupos e partidos, ao se isolarem da realidade, ao procurarem dar explicações subjetivistas e algumas vezes coincidentes apenas com os seus desejos, criam barreiras à uma ação política e social eficaz. A história do movimento social está, aliás, cheia de exemplos para que tenhamos necessidade de insistir no assunto. Outras vezes, porém, este afastamento dá-se não por simples desconhecimento da realidade mas por entraves e motivações ideológicas que, vindas de outras classes, penetram esses grupos e os subordinam.

O conhecimento e a ação, daí para novas formulações teóricas: este é o método fundamental da Sociologia da Práxis: "O desenvolvimento do processo do conhecimento humano também é cheio de contradições e lutas.

15. *Op. cit.*
16. *Op. cit.*
17. *Op. cit.*

Todos os movimentos dialéticos do mundo objetivo, porém, mais cedo ou mais tarde refletir-se-ão no conhecimento humano. Assim como o aparecimento, desenvolvimento e desaparecimento da prática social é infinito, o processo de aparecimento, desenvolvimento e desaparecimento no conhecimento humano também é infinito. Assim como a prática orientada no sentido de transformar a realidade objetiva à base de idéias, teorias, planos ou programas definidos se desenvolve cada vez mais e a todo instante, também o conhecimento humano da realidade objetiva se torna mais profundo a cada instante"[18].

Esta *práxis* não é aplicada, no entanto, sobre um corpo social uniforme e estático, mas sobre um corpo social contraditório: não se trata de uma *sociedade* abstratamente concebida, mas de uma sociedade determinada, dilacerada por antagonismos. Nas sociedades divididas em classes toda ação social ponderável, relevante, tem um conteúdo específico que a situa como reflexo dos interesses de uma das classes em luta no espaço social. Muitas vezes, por um processo de interação sutil nos diversos níveis que compõem a sociedade, estão camuflados ou se refletem indiretamente; projetam-se através de diversas formas; aparecem algumas vezes de forma direta, nos momentos de tensão social, ou no plano das idéias através de um *objetivismo científico* altamente refinado, quando os conflitos latentes ainda não se agudizaram. A luta de classes que se verifica na sociedade capitalista, por exemplo, penetra todos os níveis da sua estrutura. Por isto mesmo, os diversos planos elaborados pelos cientistas sociais acadêmicos são travados pelas limitações do *tipo de poder político* que existe nos seus respectivos países. Planos educacionais, de produção regional, de integração de minorias, de progresso tecnológico, natureza, racionalização e aperfeiçoamento do trabalho, finalmente, todo o conjunto daquilo que representa a *práxis* da Sociologia acadêmica, em termos de ciência aplicada, tende, por isto, a cobrir áreas que necessitam modernizar, racionalizar o modo capitalista de produção.

Desta forma, temos dois tipos colidentes de *práxis:* um da Sociologia dinâmico/radical que age levando em consideração o caráter contraditório da sociedade e que atua sobre aquelas contradições que são imanentes, proporcionando a possibilidade de elevar o conhecimento e, ao mesmo tempo, resolver os problemas sociais que nascem dessas contradições; de outro lado a *práxis* gradualista da Sociologia acadêmica nas suas diversas modalidades, que tem a sua própria essência limitada pelas contradições da sociedade capitalista à qual serve quer como conjunto

18. *A Propósito da Prática...*

ideológico, quer como conjunto de técnicas empíricas a ser usado pelas classes dominantes.

A primeira, partindo da possibilidade de poder acompanhar o processo contraditório em todo o seu percurso pode impulsioná-lo; a segunda tem limitações metodológicas e de princípios que a impossibilitam de ver o processo global, restringindo-se a apresentar elementos capazes de impedir ou retardar o desenvolvimento do processo até o fim.

Enquanto, por isto mesmo, a *práxis* radical dinamiza e acelera o processo emergente de transformação, a *práxis* da Sociologia acadêmica, através de uma série de medidas de controle social, procura impedir que os elementos do *devir* se transformem em realidade. Todos os elementos que se encontram em processo de desenvolvimento harmônico com o modo de produção atual são por isto mesmo aperfeiçoados, balizados pelos cientistas sociais acadêmicos que criam, em contrapartida, toda uma constelação valorativa que justifica os métodos de controle, de repressão contra aqueles processamentos globais que eles acham *perigosos* para a atual estrutura tida como "científica", "democrática" e institucionalmente válida. As "mudanças sociais" devem, portanto, ser provocadas e executadas por profissionais altamente adestrados nessas técnicas, cientistas capazes de dar à Sociologia aplicada o balizamento de classe que as instituições vigentes solicitam.

Alguns desses cientistas, especialmente dos países chamados subdesenvolvidos procuram definir o grau de operasidade das ciências sociais de acordo com aquilo que chama o "nível de desenvolvimento científico" dos trabalhos dos sociólogos. Assim, elas (as ciências sociais) estariam condicionadas, específica e basicamente pelo nível técnico e profissional de cada pesquisa, trabalho de equipe ou inquérito. O nível e poder da irracionalidade das estruturas dominantes são esquecidos ou pelo menos subestimados. O trabalho cumulativo dessas atividades seria suficiente para direcionar e dinamizar a mudança social.

Esses sociólogos não dizem, no entanto, até que ponto a irracionalidade de estrutura permitirá essas modificações que se chocarão, em determinado grau de aplicação, com os interesses das classes dominantes e estruturas de poder. Porque de outra forma cairíamos no mais puro racionalismo do século XVIII, apenas substituindo-se a palavra *razão* pela palavra *ciência*, sendo que o *científico* teria de identificar-se com o *normal*, permanente e estável, pelo menos estruturalmente, cabendo a esses cientistas sociais uma franja mínima reservada às suas atividades, fora das *áreas proibidas.* Pensar em criar-se um *espírito científico* nos atuais dirigentes dos países latino-americanos — damos como exemplos esses por estarem mais próximos — capaz de levá-los a realizar as mudanças radicais

que as respectivas estruturas estão a exigir, será, na melhor das hipóteses, rematada ingenuidade.

Florestan Fernandes que no Brasil é o mais categorizado representante dessa corrente de pensamento social postula, repetidamente, com rara persistência e inusitada erudição, a possibilidade de fazer-se uma Sociologia *científica* mesmo estando os cientistas sociais engastados em uma carapaça social retrógrada, com todos os seus níveis de interação já superados, contando que haja verbas institucionais suficientes para o florescimento e continuidade de pesquisas autônomas sobre fragmentos da realidade social, dirigidas por equipes rigidamente adestradas nas universidades e institutos especializados. Não vê assim o conhecido professor universitário que todos esses trabalhos, realizados sob o patrocínio ou institucionalizados pela estrutura, à medida que analisam segmentos de problemas ou aspectos parciais e fragmentários de fatos ou processos da realidade social estão abrindo leques cognitivos para que os grupos e estratos dominantes dessas estruturas tenham possibilidade de ação mais efetiva naquelas áreas onde as contradições estão a exigir a substituição de métodos de direção patriarcais por métodos burocráticos refinados, a substituição de formas tradicionais de liderança e controle por outras racionalizadas. Em outras palavras: aquilo que chamam formalmente de mudança social institucionalizada nada mais é do que a introdução de maneiras e técnicas diferentes e superiores de permanência dos valores tradicionais da estrutura. Assim, o cientista social do ponto de vista estritamente tecnicista pensa que contribuiu para a mudança e a transformação gradual de um aspecto da sociedade quando, na verdade, está oferecendo elementos para a conservação do *status quo*. Isto é fato pacífico inclusive na Sociologia dos Estados Unidos onde os milhares de trabalhos parciais sobre alcoolismo, prostituição, *slums*, integração racial, delinqüência juvenil, comportamento de minorias nacionais, homossexualismo, desorganização da família, preconceito racial etc., não resolveram os problemas tematizados, mas apenas forneceram elementos de controle às classes dominantes de uma sociedade dirigida pelos monopólios. Os problemas da estrutura continuam inalterados e inatingidos.

Mas, em países como o Brasil a dimensão *científica* é artificialmente elastecida pelos cientistas sociais acadêmicos não apenas porque isto determina áreas de prestígio e profissionalização maiores e mais rendosas como também porque neutraliza áreas e grupos da sociedade que têm objetivos radicais. Nos países subdesenvolvidos há necessidade de se sustar ideológica e praticamente camadas sociais que se formam em ritmo acelerado e, especialmente, neutralizar a intelectualidade, especialmente o seu setor estudantil. Por isto apresentam-nos como culturalmente desarmados para

realizarmos as transformações estruturais de que necessitamos sob a alegação de que não podemos dispor daqueles recursos institucionais e padrões científicos que os países desenvolvidos oferecem aos seus cientistas sociais para que possamos operar cientificamente, de forma global, nos diversos níveis da sociedade.

Analisemos a questão mais de perto. Queremos dizer, ao formularmos as objeções acima, que a massa de observações contidas nas pesquisas desses sociólogos é material inerte a ser aproveitado pelos detentores do poder político para deterem, modelarem, retardarem ou ritmarem movimentos assimétricos na estrutura que eles defendem. Isto vale dizer que a substituição de formas de liderança nas estruturas de poder ou nas empresas torna-se mais fácil mercê desses trabalhos parciais. Isto é demonstrativo de como a contradição entre a estrutura arcaica e o conhecimento científico – especialmente no que diz respeito às ciências sociais – é permanente, não dependendo inclusive da intenção dos pesquisadores. Quando Lundberg afirma que os trabalhos dos verdadeiros cientistas sociais são necessários tanto aos regimes comunistas e democratas como aos fascistas queria apenas enfatizar este aspecto alienado que caracteriza o emprismo sociológico[19].

Usando um conceito positivista de ciência para a qual toda procura da essência dos fenômenos é *metafísica*, esses cientistas sociais comprazem-se em requintes de refinamento, procurando mostrar, através de detalhes, as alternativas que as classes dominantes têm ante os problemas que se lhes apresentam.

Após a realização desses trabalhos escapa-lhes das mãos, sendo transferidos para as de burocratas governamentais o seu (ou não) aproveitamento. Os cientistas sociais acadêmicos ficam assim como os ratos que silenciaram, na conhecida anedota, quando se perguntou quem iria pôr o guizo no rabo do gato. A analogia existente entre os ratos que encontraram a solução ideal para não serem mais atacados pelos gatos e os sociólogos acadêmicos não é, contudo, apenas anedótica. De fato, se ventilamos o assunto foi porque entendemos que o calcanhar de Aquiles do empirismo sociológico está justamente aqui: na sua inércia frente aquilo que representa a inércia social. O seu papel de simples municiador passivo para que, no nível da ação política, as classes dominantes, as estruturas de poder, através dos seus mecanismos de defesa e dos seus órgãos e instituições de controle e repressão tenham elementos para *ver* a realidade social e possam tentar impedir a mudança global, estrutural. São os "conselheiros do rei"

19. Lundberg, G. A., "El Futuro de las Ciencias Sociales", in *Revista Mexicana de Sociologia*, ano V, Vol. V, nº 2, pp. 251 e segs.

de que nos fala Wright Mills. Através de planos parciais e de medidas burocráticas ou mesmo abertamente repressivas retardam, assim, o processo *histórico-natural* emergente.

É portanto uma Sociologia patológica. A sua *práxis* limita-se à pesquisa, à parte elaborativa, ficando alijada, na maioria das vezes, de participar das aplicações de suas conclusões no plano da ação política. Apresentam a mercadoria, vendem-na profissionalmente, não sendo, no entanto proprietários do seu trabalho. É uma *práxis* alienada.

4 *Sociologia como instrumento desenvolvimentista*

1. Características do *desenvolvimentismo*

Há, porém, além dos cientistas sociais ortodoxamente empiristas, adeptos de posições simplesmente constatativas e fragmentárias que para eles são sinônimo de "posição científica", a corrente *desenvolvimentista*, corrente que conseguiu, por uma série de fatores, atingir largas áreas do pensamento social nos países subdesenvolvidos, tendo, inclusive, servido de filosofia política para alguns dos seus governos.

Surgido – como diz Gunnar Myrdal – das necessidades práticas decorrentes da decolagem econômica, social e política desses países, ou, ainda segundo suas palavras "na esteira dos acontecimentos e não na sua vanguarda"[1], as diversas teorias, hipóteses, análises econômicas e sociais desenvolvimentistas, embora não constituindo um todo homogêneo, unitário, compacto, têm uma série de pontos de convergência, de elementos comuns, de segmentos ideológicos e metodológicos capazes de caracterizá-las como uma corrente particular entre as demais.

Apoiado em B. Hozelitz, o sociólogo L. A. Costa Pinto define o desenvolvimentismo como um conjunto de estudos "visando a estabelecer uma tipologia (...) que evite esses dois perigos permanentes; de um lado a extrema simplificação contida nos esquemas dicotômicos (por exemplo desenvolvimento capitalista *versus* desenvolvimento socialista)

1. Myrdal, G., *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*, R. de Janeiro, 1960, p. 160.

– e do outro lado o da extrema pulverização de modelos que conduz à conclusão de que cada nação constitui um tipo único e específico, incomparável com qualquer outro"[2].

Celso Furtado, por seu turno, analisando o desenvolvimento no seu aspecto estritamente econômico diz que "é o processo de expansão do sistema produtivo que serve de suporte a uma dada sociedade. Esta expansão somente se torna factível quando atua um mecanismo de autolimitação, que a própria sociedade impõe, com respeito à utilização do produto social. Esta autolimitação é condição necessária à acumulação, ou formação de nova capacidade produtiva. Por outro lado, a ocupação da nova capacidade produtiva exige modificação na forma como a sociedade utiliza o produto social"[3].

Ao contrário do empirismo, essa corrente sociológica procura fazer análises globalizadoras, macromodelos do processo de formação, transformação e desenvolvimento de nações ou bloco de nações do chamado Terceiro Mundo. Além deste aspecto globalizador, outra característica do desenvolvimentismo é o seu espírito *engajado*, a sua instrumentalidade e pragmatismo, fato que gera uma constelação de implicações políticas imediatas ou remotas. Analisadas em bloco, essas correntes têm em comum o fato de serem criadas para interpretar a realidade social de cada nação ou bloco de nações a partir do seu contexto *nacional;* em outras palavras: o seu pensamento reflete geneticamente a ótica das suas burguesias. Assim, as assimetrias são estudadas e diagnosticadas na medida em que representam formas arcaicas de comportamento e relacionamento social ou são problemas de setores econômicos que se encontram alienados do processo lucrativo pela dominação de grupos monopolistas ou oligopolistas estrangeiros, na medida em que essa dominação produz áreas de fricção com os interesses do capitalismo desses países ou áreas.

Nasce daí o fato de terem como corolário político o *nacionalismo*, termo aplicado tão amiúde e com tal elasticidade, com formas e significados tão diversos, que perdeu toda consistência como conceito globalizador. Transformou-se, dentro da diversidade social dos países subdesenvolvidos das diversas áreas do mundo, em palavra programática, com uma série de conotações emocionais que dependem e refletem

2. Costa Pinto, L. A., *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*, R. de Janeiro, 1967, p. 22, nota.
3. Furtado, C., *A Dialética do Desenvolvimento*, R. de Janeiro, 1964, p. 61.

o grau de desenvolvimento, força, ou maturidade política da burguesia que o enuncia[4].

Apesar disto, conforme dissemos, o desenvolvimentismo, mesmo com a diversificação ponderável do seu corolário político, possui um perfil metodológico bem diverso do empirismo empresarial. Constitui uma galáxia independente no universo de pensamento social contemporâneo. Assim, problemas como a reforma agrária, o aproveitamento das riquezas nacionais, as formas de comportamento das *elites* e das *massas* (a dicotomia *elite/massa* é muito usada por esses economistas e sociólogos), problemas de elasticidade ou retração do mercado interno, do processo e ritmo de industrialização, acumulação e distribuição da renda nacional, inflação e outros são constantemente tematizados. Foi mesmo no empenho de procurar resolver esses problemas que ela se constituiu em conjunto conceptual, em visão particular de análise e perspectiva de solução.

• Some-se o que dissemos acima ao fato de que, após o término da II Guerra Mundial, terem surgido instituições e grupos que se propõem a estudar, generalizar e teorizar as modificações econômicas, políticas e sociais havidas, ou as pressões políticas desencadeadas no chamado Terceiro Mundo com o objetivo de negar o seu *status* semicolonial ou dependente. São entidades que dispõem de equipes especializadas, verbas vultosas e esquematizam e executam planos e projetos coletivos relevantes que transpõem a área do empirismo e da microssociologia para estabelecerem critérios de macroanálise do chamado Terceiro Mundo. O ponto central desse grupo é a UNESCO que, através de diversos órgãos a ela subordinados, estabelece e financia esses esquemas de pesquisa, a sua direção, verticalidade etc.

Dispondo de recursos, pessoal adestrado, tempo, facilidades da parte dos governos dos países pesquisados, coletam e interpretam material de

4. No Brasil, por exemplo, um dos teóricos do nacionalismo assim o define: "realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos idêntica à que os países europeus realizaram, no alvorecer da Idade Moderna, com a derrota dos remanescentes feudais e o avanço da capitalização. O que, para eles, eram relações feudais, antepondo-se ao desenvolvimento, é, para nós, tudo o que reflete ainda o passado colonial. O Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação. Do seu conteúdo libertador provém o teor apaixonado de que se reveste e que leva os seus opositores a considerá-lo mais como paixão do que como política. Conviria acentuar, no caso, que não existe paixão em abstrato, e que o nacionalismo traduz uma verdade – a verdade do quadro histórico e a verdade é concreta." (Sodré, Nelson Werneck, *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, R. de Janeiro, 1960, pp. 30-1).

importância incontestável; criam planos regionais ou nacionais; procuram com a sua instrumentalidade abrir leques de alternativas das classes dominantes dos países subdesenvolvidos. Além disto, através de centros de estudos permanentes, esses cientistas sociais difundem as diversas correntes desenvolvimentistas ganhando áreas novas de pesquisadores e instituições governamentais[5].

Houve mesmo casos de equipes contratadas por governos de países subdesenvolvidos para que fossem elaborados planos de *modernização* das instituições vigentes como aconteceu com o "Plan Nacional de Desarrollo" na Bolívia, o "Plan General de Desarrollo Economico y Social de Colombia", a "Oficina Central de Coordinacion y Planificacion" da Venezuela, o programa de "Cooperacion Popular" no Peru e inúmeros outros.

Desta forma, problemas sociais como a reforma agrária passam a ser estudados como sendo meramente burocráticos, com solução administrativa; devem ser — por isto mesmo — solucionados não de acordo com o grau de tensão a que chegaram as contradições sociais, mas de acordo com os interesses do desenvolvimento capitalista. Criou-se, assim, um tipo de *desenvolvimento promovido* capaz de levar as classes detentoras do poder nesses países a esquematizar, planificar, dirigir, controlar e direcionar o conflito fundamental.

Na América Latina vários trabalhos globais foram executados por equipes desenvolvimentistas[6].

Essa corrente de opinião teve como seu centro mais importante no Brasil o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), entidade que congregava — desde marxistas até adeptos de correntes filosóficas irracionalistas, como a fenomenologia[7].

5. No Brasil, além do ISEB (extinto) temos o Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais, ligado à CEPAL, o Instituto Universitário de Pesquisas e outras entidades congêneres.
6. Cf. Vários autores, "Aspectos Sociales del Desarrollo Economico en America Latina", Pub. UNESCO, 2 vols. 1962, *passim* — Vários autores: "Resistências à Mudança — Fatores que impedem ou Dificultam o seu Desenvolvimento" (Anais do Seminário Internacional, reunido no Rio de Janeiro, em Outubro de 1959, R. de Janeiro, 1960, *passim.*
7. Cf. Sodré, N. W., *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, R. de Janeiro, 1960; *Idem, Ideologia do Colonialismo*, R. de Janeiro, 1961; Mendes de Almeida, C. A., *Perspectiva Atual da América Latina*, R. de Janeiro, 1960; Vieira Pinto, A., *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*, R. de Janeiro, 1960; Corbisier, R., *Formação e Problema da Cultura Brasileira*, R. de Janeiro, 1960; Debrun, M., *Ideologia e Realidade*, R. de Janeiro, 1959, além de inúmeros outros, incluindo-se parte da obra do sociólogo Guerreiro Ramos.

Evidenciando tomar conhecimento da necessidade de uma ideologia para o capitalismo brasileiro, esses estudiosos, através de uma série de trabalhos e cursos, foram como que a expressão mais categorizada da consciência burguesa no Brasil. Economistas, sociólogos e historiadores drenavam para o Brasil, dentro da ótica burguesa, os postulados fundamentais do desenvolvimentismo aplicando-os à nossa realidade social. Desta forma, tematizavam os problemas mais importantes (aqueles que estavam a exigir solução mais radical) e apresentavam soluções reformistas, tecnicistas e gradualistas para os mesmos.

Os desenvolvimentistas, de um modo geral, vêem a sociedade, ou mais especificamente as sociedades subdesenvolvidas como organismos que, através de um gradualismo dirigido poderão alcançar aqueles países de capitalismo clássico, atualmente em estágio superior ao nosso e da generalidade dos países novos. Esse gradualismo faz com que a problemática sociológica seja estudada tendo-se como paradigma e modelo aqueles países. Temos, assim, como modelo a ser alcançado o capitalismo avançado: daí a terapêutica ser procurar pôr nos trilhos gradualistas a realidade social dos países subdesenvolvidos para que ela se desenvolva e chegue até os modelos capitalistas sem transbordamentos radicais. Desta forma, a burguesia desses países, ao abandonar como modelo a ser alcançado o tipo de desenvolvimento socialista, estabelece as metas a serem conseguidas, os objetivos a serem alcançados. Em última palavra: executa aquelas tarefas que farão dessas sociedades subdesenvolvidas sociedades *modernas* dentro dos quadros capitalistas; deseja neutralizar as contradições que se aguçam e levariam as sociedades subdesenvolvidas a soluções radicais capazes de conduzi-las na senda do desenvolvimento socialista.

À medida que o neocolonialismo se aperfeiçoava e criava toda uma sistemática ideológica de dominação, no sentido inverso, diversas nações do chamado Terceiro Mundo saíram — total ou parcialmente — da órbita da constelação do imperialismo. Daí ser necessária, em contrapartida, uma ideologia, uma atuação prática e um formulário político para que, ao se afastarem do primitivo centro de gravitação circunscrevessem, ao mesmo tempo, a sua trajetória aos marcos capitalistas.

Isto ficou a cargo das respectivas burguesias que, através da sua intelectualidade, dos seus cientistas sociais, criavam uma teoria e uma técnica. A *modernização* das sociedades subdesenvolvidas, de acordo com os recursos aplicados pelos governos que representam as estruturas tradicionais, nada mais é do que um recurso para revisar técnicas de domínio e abrir áreas de neutralismo político e social.

L. A. Costa Pinto diz que "o tipo de transição que estamos chamando de desenvolvimento apresenta alguns característicos nitidamente diversos

às vezes opostos ao da *modernização*, ainda que, por serem ambos processos de transição, apresentam também muita coisa em comum. Além do que antes já ficou indicado, um contraste que nos parece de grande importância é que, em regra, ao contrário da *modernização*, que em grande parte resulta de fatores espontâneos atuantes ao correr de largo tempo – o *desenvolvimento* parece ser essencialmente, como já indicamos, uma mudança provocada, o que lhe dá um caráter intencional, quase racional, que a *modernização* por definição não possui. Pode-se planificar o desenvolvimento; não faz grande sentido a idéia de planificar a modernização"[8].

Não achamos, no entanto, que haja contradição ou diferença de monta entre os conceitos de *modernização* e *desenvolvimento*, como deseja o sociólogo que citamos. Vemos os dois conceitos como aspectos diferentes da mesma realidade: concebemos a *modernização* como o conjunto de elementos materiais, tecnológicos, científicos e artísticos que se inserem como suporte que é aproveitado, total ou parcialmente, para uma determinada política: *o desenvolvimentismo*. O ritmo de avanço das relações capitalistas produz estes dois aspectos: o primeiro é a *modernização* que tem o seu modelo na América Latina na Venezuela[9]; outro é o desenvolvimento como mudança provocada, corolário da *modernização* e que consiste em canalizar esse ritmo de progresso material dentro dos modelos capitalistas. Desta forma impede a participação das massas no processo, pois tal fato poderia fazer o desenvolvimento desembocar em soluções não controláveis. Em outras palavras: as populações que se encontram na base da pirâmide social, poderiam passar a dirigir o processo e enveredar naquele modelo que L. A. Costa Pinto chama de *esquema de desenvolvimento socialista*. Ao escolherem como modelo a ser alcançado as nações capitalistas avançadas, os sociólogos e economistas *desenvolvimentistas* têm de criar planos de ação para que essa distância seja percorrida no menor prazo possível. Toda manipulação conceptual desses estudiosos limita-se ao fato de abstrair a dicotomia básica e procurar alternativas para que a burguesia nativa possa desenvolver-se; possa conseguir maiores franjas de participação na economia nacional, friccionando certos setores do capitalismo monopolista e *modernizando* a agricultura, através de planos

8. Costa Pinto, L. A., *op. cit.*, p. 25.

9. "No caso todo especial da Venezuela o valor relativamente alto desta (renda *per capita*), não significa padrão de vida elevado porque há uma excessiva e anormal concentração de rendas no setor petrolífero (basta dizer que 92% do valor de todas as exportações do país são representadas pelo petróleo)" ("Situação Social da América Latina", publicação do Centro Latino Americano de Pesquisas Sociais", R. de Janeiro, s/d., p. 146.)

de reforma agrária ou semelhantes, todos, porém, subordinados a uma aplicação rigidamente burocrática e tecnicista a fim de que esse desenvolvimento se conserve dentro dos quadros do modelo capitalista.

À medida que o capitalismo industrial se desenvolve nesses países e uma série de bolsões negativos se abrem entre as nações que procuram desenvolver-se e os países dominadores, estabelece-se uma contradição real – embora não fundamental – que é interpretada em seguida por esses cientistas sociais. Essa interpretação gradualista e conciliadora cria o acervo teórico do *desenvolvimentismo*. Assim, a burguesia industrial e algumas camadas a ela aderidas procuram sair do impasse – já que não podem entrar em choque frontal com o imperialismo – através de uma terceira posição. Essas teorias desenvolvimentistas ficam assim de permeio, como dobradiças amortecedoras, entre as posições completamente alienadas, reflexas da dominação imperialista (empirismo empresarial e irracionalismo) e as teorias revolucionárias que se formam à medida que a contradição básica se aguça e aprofunda. Assim, o acervo teórico desenvimentista que progride na área do chamado Terceiro Mundo tende a refletir, cada vez mais, a contradição que existe entre as nações neocolonialistas e as que estão tentando entrar na esteira do desenvolvimento capitalista. Esses conceitos assumem aspectos de radicalização e/ou capitulação na medida em que a classe ou classes que eles refletem avançam e se consolidam ou são absorvidas pelo processo de neocolonização. O tecnicismo, as soluções meramente tecnológicas como a mecanização da agricultura, a racionalização dos órgãos governamentais escondem e escamoteiam a solução global verdadeira que é justamente um novo relacionamento social partindo-se da mudança da infra-estrutura da sociedade. Por outro lado, a *modernização* acompanhada de posições políticas *desenvolvimentistas*, ao fazer avançar as forças produtivas e ao conservar as antigas relações de produção, aguça ainda mais a contradição básica, cria novas áreas de fricção, faz com que nasçam galáxias de desajustes em todos os níveis de interação social; em outras palavras: leva a que as forças dinâmico/radicais existentes e que são o reflexo dessa contradição, contem com novos elementos objetivos – do ponto de vista econômico e social – embora o processo de conscientização não se verifique por simples automatismo pois há uma série de mecanismos mediadores nesse aspecto.

Assim, a contradição estrutural persiste porque, como acentua José Medina Echevarria, "a práxis derivada da análise sociológica não pretende a reforma ou transformação completa da estrutura social, mas a atuação

eficaz sobre um ou outro dos componentes da mesma, talvez de acordo com metas que lhe foram fixadas antecipadamente"[10].

E persistindo a estrutura arcaica no que lhe é fundamental e permanente, a *modernização* não poderá obstar a mudança qualitativa que se acumula no bojo das sociedades subdesenvolvidas.

2. Desenvolvimentismo: Sociologia do subdesenvolvimento ou subdesenvolvida?

Vista de uma forma geral a função social e política das correntes desenvolvimentistas no contexto do Terceiro Mundo e nas suas ligações com os países de capitalismo monopolista cabe agora fazer algumas considerações sobre o desenvolvimentismo no Brasil. Procuraremos ver como a corrente desenvolvimentista desempenhou a sua função, a contribuição que trouxe para a burguesia brasileira e a influência que exerce ou exerceu no seio de áreas marxistas, ou de pensadores que se julgam adeptos dessa corrente de pensamento.

Ora, o desenvolvimentismo brasileiro, que se cristalizou teoricamente em uma série ponderável de livros, artigos, manifestos, conferências e discursos, ao refletir anseios e interesses de uma classe social em país subdesenvolvido só poderá ser compreendido se partirmos da análise objetiva dessa classe no processo de fricção com o sistema imperialista. Essa perspectiva de análise permitirá mostrar como, nos últimos quarenta anos, a burguesia brasileira, com as suas diversas frações de classe, se comportou de maneira vacilante e frustra em virtude de não querer incorporar à sua luta político-social aquelas grandes camadas plebéias que são a mais numerosa reserva revolucionária, e, por isto mesmo, podem tomar, em determinado momento, o bastão de liderança das suas mãos.

Esta constatação prévia é que irá explicar por que todas as vezes que tentou uma posição mais independente foi prontamente neutralizada ou derrotada pelas forças econômicas que — apesar de serem estrangeiras — detêm a economia nacional nas suas mãos, naquilo que é fundamental e estrategicamente relevante.

Desta forma, todas as vezes que a burguesia procurava leques de alternativas, sentia-se sem forças, pois a sua fraqueza de um lado e a pressão

10. Echavarria, J. M., "Un Modelo Teórico de Desarrollo Aplicable a América Latina", *apud, Aspectos Sociales Del Desarrollo Económico en América Latina*, 2 vols., pub. UNESCO, Bélgica, 1962, 1º vol., p. 24.

do capitalismo monopolista alienígena do outro, deixavam-na com uma faixa de manobras muito estreita. Este comportamento poderá ser analisado através de um estudo dos diversos movimentos políticos a partir de 1930. Sua vacilação como classe, por outro lado, permitia a penetração progressiva do imperialismo em diversos setores da economia nacional ao tempo em que o seu setor mercantil tirava proveito e se ligava ao capital monopolista. Tudo isto irá influir na manipulação das teorias que a burguesia brasileira criou e continua criando para explicar o desenvolvimento contraditório da nação brasileira. No setor da Sociologia esse reflexo faz-se sentir nas diversas teorias que, partindo do ponto de vista dos interesses da burguesia, apresentam o desenvolvimento dentro de molduras gradualistas nas quais a classe operária ou os camponeses não entram como *sujeitos* da ação político-social, mas somente como *objetos*. São assim analisados para que as soluções da chamada questão social e agrária se equacionem tendo como objetivo resolver as contradições no nível da burguesia, dar consciência conciliadora às camadas radicais e transigir com o imperialismo política e economicamente no plano internacional[11].

Num país em que grande parte da população ainda vive em regime pré-capitalista e reside no campo ou em cidades rústicas, os ideólogos da burguesia tinham de criar teorias como a do desenvolvimento dual da nossa sociedade, apresentada por Celso Furtado, num plano de análise econômica, mas com implicações sociológicas visíveis e relevantes. Celso Furtado acha que existe uma dualidade básica na estrutura econômico-social

11. Diz Baran com razão: "O papel histórico da reforma agrária está sujeito a grande margem de incertezas quanto a seus resultados e depende inteiramente das condições sob as quais ela se realiza, bem como da natureza e composição das forças que a impõem. Se promovida por um governo dominado por uma coalizão feudal-mercantil, ela se transforma em instrumento temporário de sustentação de uma ordem econômica social e política que, por sua própria natureza é contrária a um processo contínuo de desenvolvimento. Mesmo que a longo prazo, represente uma contribuição ao progresso da economia a curto prazo tende a retardá-la. Por outro lado se ela for fruto da incontrolável pressão da população rural e se efetue apesar da resistência oferecida por um Governo dessa espécie — em outras palavras, se assume o caráter de uma *revolução agrária* — a reforma significa um avanço substancial no caminho do progresso. Ela é, na realidade, indispensável à eliminação da classe latifundiária que estrangula a vida de uma economia subdesenvolvida. Ela é indispensável também, como forma de satisfazer as aspirações legítimas da população rural e de assegurar o pré-requisito mais essencial de todo desenvolvimento econômico e social, qual seja a libertação das energias criadoras e da potencialidade das massas rurais, impedidas de manifestação por séculos de degradante opressão e servidão". Baran, Paul A., *Economia Política do Desenvolvimento*, R. de Janeiro.

brasileira[12]. Uma parte da sociedade é, como ele chama, "aberta", isto é, nela já foram alcançadas as fôrmas de consciência complexas; o outro setor que compõe a dicotomia é o setor "fechado", isto é, nele ainda essa complexidade e os seus corolários políticos ainda não foram alcançados. Cabe, portanto, ao sociólogo e/ou economista, segundo Celso Furtado "desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta"[13]. Isto porque "à luz da existência histórica, não é difícil explicar por que a classe camponesa no Brasil é muito mais sucetível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista do que a classe operária, se bem que do ponto de vista da ortodoxia marxista, esta última deveria ser a vanguarda do movimento revolucionário. É que a sociedade é aberta para a classe operária, mas não para a camponesa"[14].

Para que tal revolução (marxista-leninista) não aconteça no Brasil, Celso Furtado aponta como solução:

"a) prevenir toda forma de retrocesso em nossos sistema político e social e

b) criar condições para uma mudança rápida e efetiva na anacrônica estrutura agrária do país".

12. Furtado, Celso, *A Pré-revolução Brasileira,* Rio de Janeiro, 1962, pp. 28 e segs. – Alguns sociólogos desenvolvimentistas põem em dúvida o esquema dualista de Celso Furtado: "As informações apresentadas limitam a validade tanto das interpretações 'pessimistas' do tipo das que negam a evidência do dinamismo existente nas sociedades latino-americanas que se estão industrializando – còmo das interpretações 'ingênuas' que vinculam de forma imediata os postulados limitados da industrialização e do desenvolvimento econômico à obtenção de padrões de desenvolvimento social característico das 'sociedades industriais de massas'. Parecia pois que o velho conceito de 'sociedade dual' seria o ponto de equilíbrio entre as duas posições extremas. Não obstante, a idéia de sociedade dual confunde mais do que esclarece.

Com efeito, os dados e tendências apresentados não permitem concluir, como ocorreria no caso de utilizar-se a idéia de que as sociedades latino-americanas são duais, que se formam dois setores isolados nas sociedades em questão, a saber, o dinâmico ou moderno e o tradicional ou estagnado. Na realidade, ao contrário, no seio mesmo do que se costuma chamar de setor urbano-moderno é que se constituem os grupos 'marginais' não incorporados pela dinâmica de expansão econômica". Cardoso, Fernando Henrique e Reyna, José Luís, "Industrialização, Estrutura Ocupacional e Estratificação Social na América Latina", in *Dados,* R. de Janeiro, nºs 2-3, 1967, p. 28.

13. Furtado, Celso, *op. cit.*, p. 26.

14. Furtado, Celso, *op. cit.*, p. 27.

Como vemos, o que o conhecido economista apresenta como modelo de desenvolvimento nacional é a permanência do atual sistema econômico-social, com uma reforma agrária feita de cima para baixo – o que proporcionaria a penetração do capitalismo no campo, nos marcos do neocolonialismo – para dar maior elasticidade aos mecanismos reguladores da economia capitalista[15].

Assim, a visão dualista apresentada por Celso Furtado da realidade social brasileira conduz a que os elementos e estruturas de poder no Brasil encontrem esquemas conciliatórios capazes de evitar as mudanças radicais que as populações exploradas do setor "fechado" poderiam imprimir ao processo em curso. O problema agrário seria assim resolvido através de técnicas de análise e soluções governamentais para que houvesse um nivelamento entre o setor "fechado" e o setor "aberto". Com isto teríamos saído da família dos países subdesenvolvidos e entraríamos na senda dos países capitalistas avançados.

Deseja Celso Furtado, com esse esquema, que seja feita uma "abertura provocada" no setor agrário da nossa sociedade, em ritmo acelerado para que não seja possível a eclosão naquele setor de uma revolução de tipo marxista-leninista, que se conseguisse ser deflagrada no setor do campo poderia ou obviamente se estenderia – de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente – quer na forma de adesão, quer na forma de estagnação econômica e/ou retrocesso político, no setor "aberto". Ora, o subdesenvolvimento caracteriza-se exatamente por esta superposição de relações anacrônicas – políticas, econômicas, sociais e culturais – especialmente no seu setor agrário. A baixa rentabilidade desse setor que decorre especificamente das relações pré-capitalistas de exploração camponesa predominantes, produz uma constelação reflexa de sintomas que se manifestam em cadeia. Sintomas como o analfabetismo, a baixa renda nacional, os baixos níveis de vida da maioria da população teriam por isto mesmo de ser enfrentados por esse eventual governo através de investimentos maciços naquele setor, exatamente o mais deficitário, pelo menos em termos de reabsorção rápida de tal investimento, de acordo com esse plano de origem governamental ou governamental/empresarial. Por outro lado, como tal esquema não corresponderia a uma revolução agrária, mas a simples remanejamento e modernização das formas de exploração camponesa, teria esse hipotético governo de deixar de assistir a outros setores da economia, especialmente o industrial, criando novos níveis de assimetria social de vez que a renda nacional não tem elasticidade indefinida e a sua parte

15. Furtado, Celso, *op. cit.*, p. 31.

arrecadada pelos órgãos governamentais apenas seria transferida na sua aplicação de um setor para outro, produzindo áreas deficitárias na medida em que produzisse "superávit" em outras, na mesma proporção. Ora, em países como o nosso – países subdesenvolvidos – onde a taxa de natalidade é muito alta, a assistência sanitária quase inexistente, a educação deficiente, a indústria pequena em relação à renda nacional, um investimento governamental capaz de executar tal plano de "abertura provocada" seria praticamente inexeqüível. A não ser que se recorresse à solicitação de auxílios de entidades e governos estrangeiros, auxílios e empréstimos que iriam desgastando mais e mais a nossa soberania e nos *subdesenvolvendo progressivamente.*

Esta solução é, evidentemente, a solução da burguesia que, na procura de um mercado interno integrado capaz de satisfazê-la, deseja reformas capazes de desasfixiá-la. Mas, os esquemas da burguesia elidem do seu horizonte projetivo o papel e a importância do imperialismo, levando a que se pense ser possível que essas soluções possam ser aplicadas aqui de acordo com os interesses (aliás muito diversificados e algumas vezes contraditórios) das diversas capas da nossa burguesia sem ferir os interesses fundamentais dos investidores estrangeiros.

Por estas razões, Celso Furtado, para justificar a possibilidade e a viabilidade do seu esquema teórico, escreve que "a economia do nosso país alcançou um grau de diferenciação – o que é distinto do nível convencional de desenvolvimento pela renda *per capita* – que permitiu transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica" e que "hoje estamos em condições de tomar as decisões mais fundamentais concernentes à atividade econômica do país"[16].

Mas, Celso Furtado sabe e afirma explicitamente que "política econômica é política, antes de ser economia. E toda política deve partir de uma clara percepção da realidade, das forças profundas que já estão em movimento, e que configurarão em boa medida, o futuro"[17].

Aqui parece que está o cerne da questão e o centro das falácias do *desenvolvimentismo* mesmo dentro de enquadramentos refinados como o de Celso Furtado. Porque se economia é política antes de ser economia, e Celso Furtado refere-se aqui a *economia* no sentido de aplicação consciente de uma diretriz econômica determinada (política econômica) e não ao fato econômico em si, que é imanente e independe de qualquer enfoque político consciente, cabe saber se, em nosso país, que para ele é

16. Furtado, Celso, *op. cit.*, p. 10.
17. Furtado, Celso, *op. cit.*, pp. 68-9.

subdesenvolvido, há possibilidades de se realizar essa política econômica que desceria mansamente pelos diques e canais de planos tópicos gradualistas de acordo com a política das estruturas de poder dominantes, até a sua conclusão, fato que levaria o país àquilo que ele chama de "sociedade democrática".

O Brasil, com a importância que tem na América Latina, não pode ser visto – quer do ponto de vista teórico, quer na sua perspectiva de ação político-econômica – isoladamente, afastado do contexto mundial das forças políticas, econômicas e sociais que decidem os destinos do mundo moderno. Todo um condicionamento político para conservar o Brasil como país subdesenvolvido – embora *modernizado* – se configura e desenvolve de modo visível e é mesmo estranho que Celso Furtado, tão conhecedor dessas técnicas de subordinação tenha feito uma análise como se estivéssemos equidistantes ou imunes a esse jogo, acreditando que podemos decidir do que é fundamental na nossa economia tranqüilamente. Como se estivéssemos situados na Ilha da Utopia.

Vamos lançar mão de um trabalho sobre "Indecisão Social e Instabilidade Política na América Latina"[18], para demonstrar, através de dados apresentados pelos seus autores que a "abertura democrática" preconizada e enfatizada por Celso Furtado é impraticável na base dos processos gradualistas amortecedores de tensões sociais ou de uma possível racionalização das elites detentoras do atual tipo de poder no Brasil e nos demais países da América Latina.

É interessante e relevante notar, para dar mais elementos de compreensão analítica e interpretativa aos dados que iremos apresentar em confronto com o esquema e as conclusões de Celso Furtado, que os autores desse estudo usam a mesma classificação metodológica de sociedades "abertas" e "fechadas" referindo-se aos países da América Latina. Pois bem: pela análise dos sociólogos cujo trabalho estamos comentando e aproveitando, ficamos sabendo que o Brasil é o país que, na América Latina despende a maior percentagem do seu orçamento com despesas militares, ou seja 23,2%, vindo em segundo lugar o Haiti com 20,8. Esclarecendo ainda mais o problema, escrevem esses sociólogos que, para calcular essas despesas governamentais foi utilizado o "percentual do orçamento nacional alocado para fins de defesa. Com este indicador – prosseguem os seus autores – intentamos apontar a importância atribuída aos organismos coercitivos pelo governo no poder. Tal indicador é bem conhecido em suas

18. Passos, Alaor S. e Farias, Vilmar E., "Indecisão Social e Instabilidade Política na América Latina", in *Dados*, nºs 2-3, R. de Janeiro, 1967, pp. 150 e segs.

imperfeições, por isto que alguns países têm orçamentos para forças coercitivas locais, os quais não são computados no orçamento nacional (polícias estaduais e rurais etc.). Além do mais, há o problema da ajuda externa para despesas de armamento, dados esses particularmente difícies de obter"[19].

No que diz respeito ao fator instabilidade política, temos a informação, através desses autores, de que o Brasil apresenta o índice de cinco derrubadas de governos entre os anos de 1945 a 1965, estando em primeiro lugar na América Latina. Situa-se em segundo lugar o Haiti. Quanto à correlação entre despesas militares com o setor educacional nada melhor para esclarecer do que o quadro elaborado pelos sociólogos citados, que é o seguinte:

Países	*% de média da despesa com a defesa. (1953-1964)*	*% de média de despesa com Educação. (1953-1964)*
Brasil	23,2	11,3
Haiti	20,8	10,4
Equador	20,1	11,8
Peru	16,4	7,9
Argentina	15,7	9,9
Colômbia	14,8	10,8
Chile	14,7	14,7
Bolívia	13,5	24,4
Honduras	10,5	15,4
El Salvador	10,1	14,9
Uruguai	9,8	3,7
Guatemala	9,5	22,7
Venezuela	9,3	9,2
México	8,3	14,3
Costa Rica	3,7	24,6

Devemos notar ainda, segundo os elementos de análise fornecidos por esses autores, que o Brasil possui uma descentralização de verbas para as polícias estaduais, polícia federal, guardas municipais, polícias civis e outros tipos de instituições destinadas à coerção, visando fins policiais imediatos (repressivos) ou remotos (subliminares) que aquela porcentagem deverá servir apenas como um indicador inicial para a análise do problema e suas implicações práticas.

Mas, se apresentarmos como elemento comprobatório um trabalho

19. *Loc. cit.*

de pesquisa sociológica limitado pelos próprios objetivos básicos dos seus autores não pretendemos esgotar o assunto com os elementos que possam ser considerados válidos para nós, mas passíveis de restrições e de prováveis imperfeições. Daí porque achamos que devemos abordar o assunto nos flancos que não o foram ainda para que, desta forma, fiquemos pacificamente acordes com as coordenadas teóricas e as conclusões dos estudiosos que efetuaram a pesquisa de que nos estamos servindo.

O problema da correlação entre a renda nacional e as despesas militares e com a educação ou qualquer outro setor de aplicação de renda no Brasil por parte das estruturas de poder é praticamente incalculável em termos exatos. As dificuldades para se conseguir um fluxo de informações oficiais são enormes porque ou as informações não podem ser contestadas, ou não são fornecidas. No entanto, temos, como todas as pessoas que estudam os problemas que determinaram o estado de crise da sociedade brasileira, uma série de dados suplementares àqueles divulgados acima, foram fornecidos pelos sociólogos citados e que demonstram como essas despesas são aplicadas para defender interesses econômicos, sociais, políticos e ideológicos antinacionais. Interesses que possuem relevância suficiente para negar o que Celso Furtado afirma, isto é, que as decisões mais fundamentais da nossa economia são tomadas pelas nossas autoridades em termos de nossa independência político-social, pelas forças que representariam os setores que desejam uma economia nacional equidistante dos interesses do imperialismo. Assim, segundo entendemos, a assertiva que ele tão veementemente apresenta e defende não tem cabimento nem validez científica em termos de uma análise imparcial do problema[20]. É apenas uma ideologia alienadora que procura envolver certos setores da burguesia no sentido de encontrar uma solução conciliadora para o impasse que se apresenta entre o interesse de libertação que emerge nas nações dominadas e o interesse de se criarem mecanismos sofisticados de dominação das nações que lideram o neocolonialismo[21].

20. Cf. Moura, Aristóteles, *Capitais Estrangeiros no Brasil*, São Paulo, 1960.

21. Conforme o leitor poderá ver, as pesquisas de que estamos lançando mão terminam no ano de 1964. Exatamente a partir daí vários acontecimentos políticos vieram modificar substancialmente a realidade política brasileira. A fim de manter uma série de medidas de caráter repressivo, as estruturas de poder viram-se na contingência de acelerar ainda mais esses gastos. De 1964, quando terminaram as pesquisas citadas e a data em que redigimos esta nota complementar passaram-se doze anos. Como se encontra, agora, a situação neste particular? Vamos lançar mão de outra pesquisa, desta vez feita pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos. Por ela ficamos sabendo que "o Brasil é o país mais forte da América

3. A ilusão formalista dos modelos *desenvolvimentistas*

À primeira vista os desenvolvimentistas desejam ver realizadas as reformas que as estruturas sociais dos países subdesenvolvidos estão necessitando, ao apresentarem o perfil do capitalismo adiantado dos países da Europa Ocidental ou mesmo dos Estados Unidos como aquele modelo a ser alcançado em cada um deles. Acontece, porém, que atualmente este pensamento passa a ser utópico pois não leva em conta as diferenças fundamentais existentes entre o processo global que levou esses países europeus ao capitalismo industrial, na sua forma clássica, naquele tempo, e o que está se verificando no estágio atual da economia mundial, quando os países atrasados têm de fazer essas modificações estruturais sob condições inteiramente diferentes. Ao decolarem para essas reformas e mudanças encontram como força econômica, social, política e cultural capaz de impedir ou retardar essa transformação, o sistema imperialista que durante a época que medeia entre o desenvolvimento dos países europeus e a atual, surgiu, consolidou-se e se apoderou de grande parte das riquezas e dos principais ramos da economia dos subdesenvolvidos. Em palavras mais claras: têm de enfrentar o imperialismo como sistema mundial de dominação política e econômica[22].

Desta forma, ao criarem a ilusão de que – através da simples *racionalização* progressiva das instituições e das elites existentes – se conseguirá chegar ao nível de desenvolvimento dos países capitalistas avançados, sem levarem em conta na sua devida proporção a força econômica e política do imperialismo, esquecem-se do elemento mais importante para a análise vertical do problema e a possível atuação prática para resolvê-lo.

Assim, quando os desenvolvimentistas procuram estabelecer modelos que, teoricamente, através de um automatismo gradualista levarão um país subdesenvolvido – e por isto mesmo dependente política e economi-

Latina, do ponto de vista militar, segundo os dados comparativos das Forças Armadas Internacionais" (. . .) "O Exército, a Marinha e a Aeronáutica brasileiros totalizam 198 mil homens, ao passo que a Argentina tem apenas 135 mil. As Forças Armadas mexicanas compõem-se de 323 mil homens, mas somente 54 mil no Exército, 13 mil na Marinha e seis mil na Aeronáutica, os restantes 250 mil são da reserva. (. . .) Com uma população de aproximadamente 100 milhões de habitantes e uma renda nacional bruta (em 1971) de pouco mais de quarenta bilhões de dólares, o Brasil gastou um bilhão de dólares com suas Forças Armadas no ano passado, contra 694 milhões da Argentina, de 24 milhões de habitantes e cuja renda nacional bruta, em 1971, foi de mais de 34 bilhões de dólares.

O México, com uma população superior a 51 milhões de habitantes e uma renda nacional bruta em torno de 32 bilhões de dólares gastou apenas 216 milhões de dólares com a defesa no ano passado" (Jornal *O Estado de São Paulo*, 9 de setembro de 1972).

Como vemos, os elaboradores da pesquisa levaram em consideração apenas os gastos com a Aeronáutica, Marinha e Exército. Ficaram excluídas, assim, as despesas com as Polícias Militares estaduais, policiais civis, gastos com a burocracia policial e conexa, técnicos, além das despesas para que todo esse aparelhamento se encontre permanentemente em condições operacionais perfeitas. Tudo isto somado daria uma idéia do montante exigido para a manutenção das atuais instituições. Como elemento comparativo do ritmo progressivo de aumento dessas verbas lançaremos mão de outra pesquisa, publicada em 1974. Suas conclusões são estas:

País	*Gastos Militares (Em milhões de dólares)*				
	1962	*1967*	*1971*	*1974*	*Total 1962-1974*
Argentina	410	418	392	600	1.830
Brasil	390	750	1.100	1.100	3.340
Chile	160	190	310	164	834
Colômbia	60	65	180	80	385
Peru	70	140	180	200	590
Venezuela	114	162	227	300	803

Fonte: "Estratégia", revista do Instituto Argentino de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais – maio-junho, 1974.

Como podemos ver a *escalada* continua.

22. "O único caminho para a independência econômica dos países subdesenvolvidos em relação aos países imperialistas e para que ponham termo à exploração é desenvolverem suas forças produtivas e eliminarem os vestígios do feudalismo, através de reformas agrárias e industrialização. Embora muito se fale sobre 'auxílio' aos países subdesenvolvidos pelos imperialistas, a natureza mesma do imperialismo é um empecilho a qualquer ajuda desse tipo.

O capital monopolizador, em seu conjunto, não pode consentir a industrialização dos países subdesenvolvidos, porque com isso os monopólios perderiam os lucros enormes que obtêm na venda de mercadorias aos países subdesenvolvidos a preços de monopólio. O capital monopolizador em geral é contra a que os Estados imperialistas concedam aos países atrasados os meios de alcançarem um desenvolvimento econômico verdadeiramente independente. A Associação de Política Econômica Internacional, prestigiosa organização americana, declarou que os Estados Unidos deveriam ajudar os outros países a desenvolverem unicamente seus transportes, portos, hospitais e escolas; o desenvolvimento da indústria cabe ao capital privado". Varga, E., *Capitalismo do Século XX*, R. de Janeiro, 1963, p. 124.

camente do imperialismo – ao mais amplo e autônomo desenvolvimento das suas forças produtivas, assumem uma posição que, na melhor das hipóteses, não passa de uma ótica da burguesia que sofre, no seu conjunto a pressão do capital monopolista de um lado, mas, ao mesmo tempo, não tem condições e perspectivas para unir-se às forças dinâmico/radicais existentes ou em potencial.

O esquema do desenvolvimentismo: *economia colonial, subdesenvolvida* e *desenvolvida,* colocado como simbolizando e representando metas a serem alcançadas sucessivamente, aponta apenas um dos aspectos teóricos do problema, porque limita-se a conceituação tipológica dos modelos de maneira formal. O conteúdo da dinâmica que efetuará essas mudanças, as forças sociais que irão realizar esta tarefa, e, finalmente, as classes e camadas que irão dirigir politicamente o processo é que irá determinar se essa transformação será radical e de acordo com as exigências de modificação das respectivas estruturas ou meramente paliativas. No primeiro caso o desencadeamento do processo terá prosseguimento dinâmico/radical, levará o país ou região a metas ulteriores, mais avançadas, de caráter não-capitalista e as transformações corresponderão ao conteúdo da revolução[23].

No segundo caso, não passarão de reformas formais em setores irrelevantes no sistema de estratificação social, capazes de impedir, a curto prazo, que as mudanças estruturais sejam realizadas.

Luciano Martins, apoiado em trabalho de Fernando Henrique Cardoso escreve que "o processo de desenvolvimento não se limita a uma questão de ritmo (aceleração) mas também – e sobretudo – a uma questão de sentido (direção). Na verdade, o que forja e distingue um modelo de transformação social de outro não é apenas o ritmo em que se verifica ou avança a estrutura econômica no caminho, por exemplo, da industrialização, mas,

23. "O esforço pelas reformas não possui força motriz própria, independente da revolução; prossegue em cada período histórico somente na direção que lhe foi dada pelo impulso da última revolução, e enquanto esse impulso se faz sentir, ou, mais concretamente falando, somente nos quadros da forma social criada pela última revolução. Ora, é precisamente aí que reside o ponto central da questão. É inteiramente falso e contraditório à História representar-se o esforço pelas reformas unicamente como a revolução desdobrada no tempo, e a revolução com a reforma condensada. Não se distinguem uma transformação social e uma reforma legal pela *duração* mas pelo *conteúdo*. É precisamente na transformação de simples modificações quantitativas em uma nova qualidade ou, mais concretamente falando, na passagem de um dado período histórico, de dada forma de sociedade, a outra, que reside todo o segredo das transformações históricas pela utilização do poder político" – Luxemburgo, Rosa, *Reforma ou Revolução,* São Paulo, s/d., p. 62.

sobretudo, a direção imprimida a essa transformação. E por *direção* queremos nos referir aqui não somente ao padrão de organização social interno da nação (sistemas de estratificação, alocação do poder etc.) mas também à natureza de sua inserção no contexto internacional – seja ao nível do mercado ou ao nível do poder. Em última análise, poder-se-ia dizer talvez que são as forças sociais (nacionais ou não) de controle da produção e do mercado, de um lado, e as formas sociais de controle e uso do poder, de outro, que vão na verdade definir o modelo"[24].

Equacionando o mesmo problema, embora de outro ângulo, Octavio Ianni mostra como o direcionamento dos modelos depende das estruturas de poder, consideradas, por ele, o dilema principal e a força decisória.

Afirma que "o que parece tornar difícil e às vezes impossível as reformas é o fato de que os segmentos mais modernos das sociedades latino-americanas não detêm a soma de poder político necessário para encaminhar e realizar as inovações. Há um descompasso entre o estado das relações de trabalho, o modo de organização social da propriedade, o estilo de dominação e as tendências emergentes das forças produtivas. Há possibilidades abertas à expansão do capital que não podem ser realizadas, devido ao caráter dos padrões de relações sociais dominantes. Em conseqüência, as tendências sociais mais modernas e criadoras não encontram vias adequadas de manifestação nem podem formulá-las. As sociedades que estiveram organizadas – durante séculos – para produzir o mercado externo, desbaratando parte dos excedentes econômicos produzidos, não contam com as instituições e técnicas adequadas à capitalização e diferenciação do capital. Por isso, as tendências inovadoras esbarram em obstáculos rígidos que não se alteram pelo jogo político de cúpula. Sequer a estrutura de poder vigente possibilita a concretização do jogo democrático"[25].

O problema, portanto, do tipo e conteúdo do poder político que realizará as reformas passa a ser o embasamento do qual decorrerão todas as subseqüentes mudanças administrativas, educacionais, burocráticas etc., pois essas reformas nada mais serão do que o prolongamento desse poder político no campo administrativo, educacional, militar, burocrático etc.

Não será, como vemos, pelo "simples jogo democrático" que a carapaça do Estado que existe, sociologicamente superado, nos países latino-

24. Martins, L., "Formação do Empresariado Industrial no Brasil", in *Revista do Instituto de Ciências Sociais,* Vol. 3, nº 7, jan.-dez., 1966, pp. 97-8.

25. Ianni, O., "Economia e Sociedade na América Latina", in *Revista Civilização Brasileira,* R. de Janeiro, nºs 9-10, p. 109.

-americanos permitirá a diluição dos "obstáculos rígidos", para usarmos a expressão de Octavio Ianni.

Se, após o pleno desenvolvimento das nações capitalistas da Europa Ocidental o esquema gradualista não funcionou em nível de modificação estrutural, isto é, não houve por seu intermédio uma modificação qualitativa nos regimes políticos e econômicos daqueles países, mas, pelo contrário, o que se viu e se está vendo é que a posição gradualista, ou melhor, reformista, não teve ali validade e não conseguiu mudar no fundamental as estruturas políticas, não se pode admitir que no atual estágio da realidade político-social do mundo, com o dilaceramento visível e acentuado a olho nu das estruturas que eram as pilastras do capitalismo monopolista, esse esquema venha a funcionar para os países subdesenvolvidos, sob controle direto ou indireto, próximo ou remoto do neocolonialismo. Desta forma, o esquema desenvolvimentista – *economia colonial, subdesenvolvida* e *desenvolvida* – não especifica o conteúdo do processo de transformação; não caracteriza as classes hegemônicas do mesmo; não indica, finalmente, os elementos a serem substituídos e destruídos por se oporem à mudança e, em última instância, não fala do conteúdo do poder político e militar que fará essas transformações globais.

Falar-se em "resistência das estruturas", "resistência burocrática" etc., sem indicar os meios e os instrumentos pelos quais elas serão destruídas é o mesmo que dar o diagnóstico e não dar o remédio. Devemos ver, portanto, o *desenvolvimentismo* como um conjunto de teorias burguesas, de setores gradualistas e reformistas das sociedades subdesenvolvidas; conjunto de idéias e medidas políticas e burocráticas que se distinguem pela conciliação e pela perspectiva utópica de direcionar o desenvolvimento visando a alcançar o capitalismo clássico.

5 Conhecimento, condicionamento e realidade social

1. Sociologia e Gnosiologia

O problema gnosiológico tem, em sociologia, uma importância fundamental. Isto porque – como já insistimos no decorrer deste trabalho – toda *práxis*, para não se alienar, deve basear-se nas leis objetivas que regem o desenvolvimento social. A relação entre o ser social e a consciência social estabelece o nexo causal do conhecimento de todos os fatos, processos e fenômenos que se observam na vida social. Da compreensão de que o ser social é o fundamental e a consciência social a sua conseqüência, nasce a possibilidade do conhecimento científico para o sociólogo.

Esta possibilidade que é geral (teórica) transforma-se em verdade particular (concreta) à medida que o cientista social, ao analisar determinado fato, processo ou fenômeno usa o materialismo histórico como instrumental de análise; esta teoria consiste justamente em aceitar a matéria, o ser social como o primário e a consciência social como derivado, dado secundário.

Do reconhecimento de que a matéria, o ser social é o fundamental, o sociólogo pode partir para conhecer a essência do fato, processo ou fenômeno estudado e agir eficazmente sobre ele. A visão positivista e neopositivista que via em toda tentativa de conhecer-se a essência dos fenômenos como *metafísica* ou *ideológica* impregnou a sociologia acadêmica do formalismo que a caracteriza e que parte do pressuposto de que esse conhecimento é impossível e a realidade social impenetrável. Somente a sociologia da práxis, no campo das ciências sociais, deu uma resposta autenticamente científica ao problema, mostrando como, na sociedade, os elementos materiais determinam as relações sociais. Para sermos mais

explícitos: somente a sociologia da práxis mostrou como as instituições sociais, as ideologias, os valores sociais, as utopias inclusive, não surgem por atos de vontade nem são epifenômenos, mas representam o reflexo de um determinado relacionamento social anterior a elas.

Desta forma, as idéias são explicadas não por um *espírito social* abstrato qualquer, mas pelas forças produtivas e suas respectivas relações de produção em um estágio historicamente determinado.

A especulação idealista em torno de uma teoria sociológica do conhecimento que deseje superar tanto o materialismo quanto o idealismo tem de permanecer encastelada nos livros, pois ao tentar ser aplicada ao conjunto ou em aspectos relevantes da realidade social, invariavelmente fracassa. Desta forma, o conhecimento estabelece as suas categorias lógicas na escola da ação, no laboratório da luta de classes para usarmos a expressão de Oskar Lange, penetrando portanto mais profundamente nos fenômenos, captando a sua direção de desenvolvimento, o seu ritmo e indo sempre da forma para a essência e de uma essência menos profunda para uma essência mais profunda.

Procurando negar esta perspectiva metodológica que proporciona uma visão objetiva e não relativista do problema, o sociólogo Roger Bastide vale-se da teoria dos círculos sociais para tentar demonstrar o relativismo do conhecimento sociológico e do pensamento social de um modo geral.

Escreve o conhecido cientista social que "os primeiros sociólogos alemães, teóricos do conhecimento, em geral pertencentes à escola marxista insistiram na oposição que existia entre a filosofia da classe operária e a da classe burguesa; a primeira, filosofia do 'devenir', porque o operário se interessa mais pelo futuro do que pelo eterno, porque a profissão manual o põe mais em contato com o concreto; a segunda filosofia conceitual porque a burguesia tem uma consciência falsa, não quer ver o real tal como ele é, pois tem medo dele, porque quereria que continuasse sempre uma situação que lhe é favorável – e é por isto que mobiliza a duração de um sistema rígido de idéias imutáveis, ao mesmo tempo que foge da percepção das coisas vivas na contemplação desses conceitos espirituais. Na realidade – conclui Roger Bastide – as coisas não se passam exatamente assim"[1].

Sem insistirmos, por enquanto, no erro de Roger Bastide sobre o automatismo da filosofia como simples reflexo da atividade empírica de uma classe – o que faremos adiante – continuamos expondo o seu pensamento. Diz ele que "o operário pertence a vários círculos sociais e não

1. Bastide, R., "A Teoria Sociológica do Conhecimento", in *Sociologia*, Vol. VI, nº 4, 1944, p. 275.

uma, mas várias filosofias existem nele. Primeiro, ele freqüenta a escola; ora, esta, sempre em atraso em relação à evolução econômica e política, exprime melhor o passado que o presente; muitas vezes representa mais os interesses da classe dominante que os interesses dos seus beneficiários e assim no operário e no camponês também existe uma visão conceitual das coisas; é um erro pensar que nossas idéias brotam das profundezas do nosso eu, que exprimem nossos interesses sociais; elas são quase sempre estrangeiras que vêm nos visitar de fora, que se depositam em nós como humus que não faz parte do rio e que todavia o rio leva nas suas águas.

No proletariado encontra-se quase sempre, lado a lado, uma concepção revolucionária e o mais estrito espírito de conservantismo não somente agindo em domínios diferentes, como também no mesmo domínio, o político; por exemplo, a vontade de subverter a estrutura social e a oposição a todas as pequenas reformas que podem contrariar hábitos cotidianos, tais como o depositar o lixo da casa em vasilhas em vez de jogá-lo na rua, o de ter de se submeter a uma regulamentação no gasto da água se ela faltar etc."[2].

Colocando no mesmo plano, para confundir a análise, o relevante e o irrelevante – a subversão da ordem social e depositar lixo em vasilhas – Roger Bastide fica à vontade para concluir o seu raciocínio de acordo com um relativismo total. Diz ele: "há em nós vários planos de saber: primeiro um saber empírico, herdado do grupo face a face, família, relações de vizinhança, grupo de jogo; depois uma concepção religiosa do universo, dada pela Igreja; depois um saber racional que aprendemos na escola; enfim, uma experiência nascida da nossa situação econômica"[3].

2. *Loc. cit.*, p. 276.

3. *Loc. cit.*, p. 276. Um sociólogo insuspeito no particular como P. A. Sorokin, colocando em termos de análise sociológica o mesmo assunto é muito mais objetivo. Diz ele que "muitos indivíduos que pertencem ao mesmo grupo social são facilmente localizados socialmente – por exemplo, todos podem ser católicos romanos, republicanos; empregados na indústria automobilística; italianos, segundo seu idioma natal; cidadãos norte-americanos, segundo sua cidadania etc. Entretanto, suas posições sociais podem ser muito diversas do ponto de vista vertical. Um deles pode ser, no grupo católico romano, um bispo, enquanto os demais podem ser simples paroquianos; no partido republicano um deles pode ser líder, sendo os outros simplesmente eleitores desse partido; entre os que trabalham na indústria automobilística, uma pessoa pode ser presidente da firma e os demais trabalhadores comuns etc. Enquanto a posição deles, no plano horizontal, parece idêntica, no plano vertical é completamente diversificada. A dimensão vertical e suas coordenadas são insuficientes para uma descrição das diferenças sociais existentes. Pode-se dizer mesmo sobre as posições de um comandante-chefe e de um soldado

Infelizmente o sociólogo em questão não pulverizou até o infinito a participação do operário em outros círculos sociais como unidade do exército, clubes recreativos, sindicatos, comitês de greve, confrarias religiosas e filantrópicas, estações de rádio e TV, hospitais etc. A pulverização ao infinito desses círculos, levar-nos-ia a idêntica pulverização no plano do conhecimento; levar-nos-ia a um relativismo total não sendo possível dizer-se e estabelecer-se quais os elementos que determinam em última instância o pensamento e a conduta dos círculos, grupos e classes sociais.

No entanto, o que Roger Bastide elidiu com muita sagacidade foi o *status* fundamental que os elementos do operariado ocupam em cada círculo. Isto é: no exército o seu lugar de soldado convocado e não o de oficial de carreira; nos clubes recreativos (e aqui teríamos de determinar que classe de clube), a de simples sócio consentido e não de membro da diretoria; nas confrarias religiosas a de sócio sem função; nas agremiações filantrópicas a de contribuinte muitas vezes compulsório; nas estações de rádio e TV a de mero participante de auditório e não de cantor, produtor e diretor, e por outro lado, em círculos de outra categoria, a sua posição nos sindicatos como membro atuante ou a sua posição de liderança; nos piquetes de greve o seu papel condutor e diretor; nos órgãos cooperativos de classe o seu papel independente e contestador dos critérios subordinativos estabelecidos e a concordância entre os interesses da sua classe e o seu *status* de prestígio nesses círculos.

Não ver isto, ou seja, o *status* fundamental dos componentes de cada classe social dentro desses círculos e mesmo a impermeabilidade de muitos círculos sociais – através de medidas de peneiramento institucionalizadas ou indiretas – aos componentes da classe operária é procurar – dentro de um formalismo sociológico absoluto – equiparar o que é mais importante ao menos relevante. É cair em um relativismo inconseqüente que explica tudo e não explica nada, pois coloca no mesmo plano de importância a subversão da ordem social e a resistência a um novo sistema de coleta de lixo...

Roger Bastide, como em geral a maioria dos sociólogos acadêmicos, especialmente os que sofreram mais acentuadamente a influência do conceito de "representações coletivas" de Durkheim, vê o conhecimento como elemento que surge de um mero emergir automático das

no exército; sobre o de um reitor e de um bedel, na Universidade. Não se pode pensar em suas relações em termos de dimensões verticais". Sorokin, P. A., "Espaço Social, Distância Social e Posição Social", in *Homem e Sociedade*, S. Paulo, 1965, pp. 228-29.

relações sociais no seu conjunto, dos grupos e círculos que as constituem. No entanto, e queremos insistir aqui neste aspecto com mais vigor, para a sociologia da práxis o *conhecimento* não surge por automatismo e pela simples posição que a classe operária ocupa no processo produtivo. A sua posição objetiva no espaço social produz os *elementos* para que não haja nenhuma contradição antagônica entre a situação de classe e o conhecimento sociológico. Mas, o *conhecimento* científico, o embasamento teórico refletor da realidade através de um conjunto de conceitos, é injetado na classe operária *de fora para dentro*, através dos intelectuais que, pela sua própria condição no sistema de estratificação social conseguem dominar a ciência do seu tempo.

Isto deve ser enfatizado pois os críticos da sociologia da práxis procuram refutá-la alegando que, para ela, o *conhecimento* – por ser de classe – surge espontaneamente no seio da classe operária que, pelos seus próprios meios, adquire autoconsciência sociológica do processo emergente.

F. Engels e, posteriormente, V. I. Lenin insistiram sobre este aspecto no qual nos demoraremos um pouco mais.

2. Conhecimento e teoria sociológica

O *conhecimento sociológico* não é a simples captação empírica das impressões imediatas que, através do conhecimento sensorial dos seus membros é acumulada por um grupo social. Essas impressões que partem da realidade social imediata, podem criar condições para a compreensão fragmentária de alguns fatos secundários e/ou cotidianos; podem, também, fazer com que certos elementos da realidade sejam direcionados a curto prazo: mas a *práxis social* no seu sentido global, ou seja, a unidade entre as relações do homem (sujeito humano coletivo) com a Natureza e com os outros homens em termos de classe, na sua unidade dialética, para ser *conhecimento* deve receber o embasamento teórico que, por sua vez, se enriquece no próprio processo de procurar analisar e interpretar, mas especialmente transformar a realidade através da ação.

Isto deve ser destacado pois compreender-se o conhecimento sociológico como simples reflexo passivo da realidade imediata é cair-se no empirismo. É transformar-se uma teoria eminentemente dialética (e dialética pela sua própria essência) em um conglomerado morto de elementos que nada têm a ver com os seus princípios. F. Engels demonstrou, de modo convincente, como esse conhecimento não se processa por simples automatismo reflexo, sem mediação e intervenção da prática quando, em 1874, escreveu que "sem a filosofia alemã que o precedeu, sobretudo na filosofia

de Hegel, jamais se havia podido criar o socialismo científico alemão, o único socialismo científico que existiu. Sem o sentido teórico este socialismo científico teria jamais penetrado no sangue e na carne dos operários até o ponto que agora podemos ver" (. . .) "Pela primeira vez desde que existe o movimento operário, a luta desenrola-se em suas três direções concentradas, relacionadas entre si: teórica, política e econômico-prática (resistência aos capitalistas)" (. . .) "Acima de tudo devem os chefes instruir-se cada vez mais em todas as questões teóricas, desembaraçar-se cada vez mais da influência da fraseologia tradicional, própria da velha concepção do mundo e ter sempre presente que o socialismo, desde que se transformou em ciência, exige que seja tratado como tal"[4].

Como vemos, o problema da autoconsciência emergente (*conhecimento*) não é um processo espontâneo que surge por automatismo no seio da classe operária mas se conjuga e subordina ao domínio das categorias teóricas por parte do analista, do cientista social dinâmico/radical. Após isto é que essas conclusões – elas, sim, reflexas da realidade social analisada – são *injetadas* naquela classe social cujos interesses objetivos aquelas conclusões expressam no nível subjetivo (de consciência) porque coincidem com o processo de desenvolvimento social; porque há coincidência entre a posição do proletariado como classe e a autoconsciência social global[5].

Após a análise de F. Engels que citamos, foi V. I. Lenin quem voltou a insistir teoricamente no assunto, mostrando como a passagem do simples plano da percepção do "senso comum", para usarmos uma expressão de A. Gramsci, para o conhecimento científico exige um conjunto teórico capaz de expressar o processo de desenvolvimento objetivo como a sua síntese *lógica* e *histórica* e não meramente *empírica.*

3. Falácias do Empirismo

O empirismo, por si só, não leva ao *conhecimento* sociológico. V. I. Lenin escreve que "os operários não tinham e *não podiam ter* consciência

4. Engels, F., *Anti-Dhuring* (Filosofia-Economia-Política-Socialismo), R. de Janeiro, 1945, p. 356.

5. Werner Sombart destaca a diferença entre o que ele chama movimento social e o socialismo, afirmando que o primeiro representava "a soma de esforços que, para conseguir a sua emancipação social realiza a classe social a que chamamos proletariado" enquanto o socialismo é um "precipitado mental do movimento social moderno". Como vemos, em termos genéricos a posição de Sombart neste particular coincide com os enunciados de F. Engels e V. I. Lenin. Sombart, Werner, *El Socialismo y el Movimiento Social*, Santiago (Chile), 1936, pp. 5 e segs.

social-democrata. Esta só poderia ser-lhe transmitida do exterior. A história de todos os países atesta que a classe operária, abandonada às suas próprias forças, só é capaz de uma consciência tradeunionista, isto é, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, conseguir do governo a promulgação de tais ou quais leis necessárias para os operários etc. Por outro lado, a doutrina do socialismo surgiu de teorias filosóficas, históricas, econômicas que foram elaboradas por representantes instruídos das classes dominantes, pelos intelectuais. Por sua posição social, também os fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels, pertenciam aos intelectuais burgueses. Exatamente do mesmo modo, a teoria social-democrata surgiu na Rússia com absoluta independência do desenvolvimento espontâneo do movimento operário, como resultado natural e inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas"[6].

Em outra parte, continuando o mesmo esquema de raciocínio, afirma que isto não significa que os operários não participem da elaboração da teoria social. Mas não participam como operários, porém na qualidade de teóricos do socialismo como Proudhon e os Weitling; em outros termos, participam no momento e na medida em que conseguem, em maior ou menor grau, dominar a ciência do seu século e fazer avançar essa ciência"[7].

Como vemos, a *Weltanschauung* praxista, de um lado é *de classe* porque engloba os interesses fundamentais de uma classe em desenvolvimento (o proletariado) e *científica* porque os interesses dessa classe coincidem com o processo objetivo do desenvolvimento social.

Contra, portanto, o empirismo como sinônimo de conhecimento social a sociologia da práxis demonstra que esse conhecimento é *científico* e que a ciência não nasce espontaneamente como cogumelos ou se limita à forma dos fatos, processos e fenômenos, mas se traduz em realidade na medida em que é o reflexo conceptual da essência da experiência acumulada anteriormente. Sem o domínio dos elementos que condicionam o desenvolvimento social, por isto mesmo, o homem é por ele dominado. Ainda citando F. Engels diremos com ele que "as forças ativas da sociedade atuam, embora não as conheçamos nem as percebamos, exatamente da mesma maneira que as forças da natureza: de um modo cego, violento; perturbador. Mas, uma vez conhecidas logo que lhes compreendamos a ação, a tendência e os efeitos, está em nossas mãos domi-

6. Lenin, V. I., *Obras Escolhidas*, 4 tomos, T. 1, México, D.F., 1941, p. 121.

7. Lenin, V. I., *op. cit.*, p. 130.

ná-las cada vez mais, e por meio delas, atingir os objetivos a que nos propomos"[8].

Segundo o pensamento de F. Engels, o processo de tomada de autoconsciência social – ou seja o conhecimento das leis sociológicas gerais – leva a que os homens possam atuar sobre a sociedade de modo prático. O conhecimento das leis objetivas que regem a realidade social permite que seja possível ao homem dirigir a sociedade de acordo com elas. Desta forma, o que era cego – para usarmos a expressão de F. Engels – passa a visualizar; o que atuava de modo violento e perturbador passa a atuar em consonância com o conhecimento. Daí a possibilidade de os homens poderem dominar as leis sociológicas gerais (e não aboli-las como se poderá pensar enganosamente) em termos de leis de funcionamento a prazo médio e curto, para usarmos a terminologia de Pierre Naville, ou seja, através da planificação da sociedade de acordo com as mesmas. Então – ainda segundo F. Engels – "pela primeira vez (o homem) começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz. As causas sociais postas por ele em ação, principiam a produzir acentuada e crescentemente os efeitos desejados. A humanidade passa do mundo da necessidade para o reino da liberdade. É a missão histórica do proletariado moderno. É a realização deste fato que libertará o mundo. O socialismo científico – expressão teórica do movimento proletário – é chamado a investigar as condições históricas deste fato, e com elas, o seu caráter, infundindo destarte, na classe hoje oprimida, e que é obrigada a lutar por sua emancipação e pela do mundo, a consciência das condições e do caráter da própria luta"[9].

Esta passagem de F. Engels é importante porque: 1) mostra a possibilidade da autoconsciência social através do conhecimento das leis objetivas da sociedade; 2) demonstra o fato de que esta autoconsciência não pode surgir espontaneamente naquela classe que tem o papel histórico – não por ato de vontade, mas pela sua posição objetiva no sistema de estratificação social de transformar a sociedade, mas deve ser levada até ela pelos verdadeiros cientistas sociais, a fim de que ela adquira consciência do caráter da sua luta.

O condicionamento do conhecimento sociológico às leis objetivas que independem da vontade do analista e do cientista social não o anula; pelo contrário: demonstra apenas que conhecer sociologicamente é descobrir o *devir* emergente determinado por essas leis e direcionar a sociedade de acordo com elas, dinamizando o processo de desenvolvimento social. O processo social, em suma. Esta é a grande função das ciências sociais e da sociologia em particular: unir o condicionamento do conhecimento à autoconsciência social.

8. Engels, F., *op. cit.*, pp. 370-71.
9. Engels, F., *op. cit.*, p. 376.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

12269/1971
30757

6 *Práxis política e a política como práxis sociológica*

1. Sociologia política e Práxis dinâmico/radical

A ação política dinâmico/radical como categoria sociológica não foi ainda – segundo pensamos – analisada e interpretada conceptualmente, pelo menos nas áreas acadêmicas do pensamento social, de modo satisfatório. Esses cientistas sociais substituíram a análise dessa atuação política que emerge como decorrência de necessidades sociais maduras e indeclináveis por julgamentos de valor que são apenas racionalizações que coonestam a atual ordem social.

Desta forma, substituiu-se a análise científica, objetiva, racional, despida de prenoções alienadoras, por racionalizações conservadoras. Parece mesmo que neste setor da sociologia é que se encontra, com maior evidência, a borra ideológica das classes dominantes na sociedade capitalista. Isto porque, como mecânica de dominação de classe, a Sociologia Política é constantemente usada como disciplina explicadora dos fatos e problemas políticos, mas de tal maneira que podemos afirmar: inverter consciente e deliberadamente ou por influência reflexa do regime os termos desses problemas.

O seu papel saliente nesta mecânica de dominação é mais visível naqueles países de capitalismo adiantado, nos quais as classes dominantes – por uma série de razões – necessitam de um conjunto de idéias racionalmente arrumadas e harmonicamente ajustadas, com roupagem "científica" e por isto mesmo capazes de neutralizar, confundir, mistificar e alienar algumas áreas de camadas sociais já sensibilizadas pelas transformações

estruturais que se apresentam como inadiáveis e somente através de ações radicais podem ser alcançadas.

Desta forma, os sociólogos, antropólogos, economistas e historiadores, estimulados por esta necessidade de dominação e respaldados por uma cobertura institucional compensadora, elaboram teorias, hipóteses e métodos que justificam os mecanismos de defesa, as instituições políticas, as formas de governo e, sobretudo, o atual tipo de propriedade[1].

Em decorrência disto, os cientistas sociais acadêmicos que laboram neste setor especial da sociologia alargam cada vez mais a área daquilo que chamam Patologia Social de vez que as contradições emergentes determinam reações daquelas classes, camadas e estratos que, no atual sistema de estratificação social, se encontram na sua base e sem possibilidades de ascender – a não ser em níveis individuais – a níveis significativamente mais elevados. Chegou-se mesmo a dizer que "não é apenas aquilo que é mau, ou doentio, ou patológico, no processo social, que constitui o objeto da disciplina aludida (Patologia Social), mas todos os fenômenos de transição ou modificação, ou de comportamento social que, bons ou maus, convenientes ou não, significam desorganização das estruturas e dos processos sociais até então prevalente"[2].

Como vemos, tudo aquilo que significa *práxis* consciente da mudança social (ação política) capaz de modificar radicalmente a estrutura social existente passa a ser considerado patológico pois "fenômenos de inconformismo com as realidades do momento, levando a tendências reformistas, constituem, sabemo-lo, indicação de saúde e vitalidade social. Somente quando levados a paroxismos ou exageros de qualquer espécie, ou quando tais manifestações inconformistas ameaçam deslocar os termos do equilíbrio social para um predomínio marcante das tendências reformistas sobre as tendências conservadoras, predomínio este não apenas em intensidade como em duração extensa, se manifesta um processo de desorganização de caráter patológico, tendente a desfazer as estruturas e o sistema

1. Podemos dizer dos sociólogos que trabalham na base da *livre investigação científica* o que K. Marx afirmou referindo-se aos economistas: "o caráter especial da matéria investigada desencadeia contra ela as paixões mais violentas, mesquinhas e repugnantes: as fúrias do interesse privado. A venerável Igreja anglicana, por exemplo, perdoa mais facilmente que se negem 38 dos seus 39 artigos de fé do que ser privada de 1/39 de suas rendas pecuniárias. Hoje em dia o ateísmo é um pecado venial em comparação com o crime que supõe a pretensão de criticar o regime de propriedade consagrado pelo tempo". Marx, K., *El Capital*, México, Vol. I, Tomo 1, p. 8.
2. Miranda Rosa, Felipe A. de, *Patologia Social*, R. de Janeiro, 1966, p. 24.

de relações e interações internas do grupo"[3]: Verdadeira apologética conservadora.

Por tudo isto, para que a *práxis* consciente dos grupos políticos que desejam modificar o atual modo de produção não seja realizada, são atacados, através de medidas de *controle social*. O termo *controle social*, criado por Small e Vincent em 1894, segundo Edward A. Ross visa "conservar a condição indispensável da vida humana em comum: a ordem social. Quando a manutenção desta ordem se torna mais difícil, exige-se um controle melhor e mais acentuado. Quando se torna mais fácil a manutenção dessa ordem faz-se sentir a exigência de tolerância e liberdade individual. A satisfação do controle social é suscitada pela procura e se adapta a essa procura"[4].

Caberia, portanto, ao cientista social, e às lideranças políticas dominantes, segundo este conceito, uma atuação apenas dentro da mecânica de dominação/subordinação existente a fim de não ferir, atingir ou friccionar o chamado equilíbrio social. Aquelas classes, portanto, que no atual modo de produção e sistema de estratificação se encontram, pelas forças de compressão social, alienadas compulsoriamente do poder político teriam de se conformar com tal estado de coisas e os seus líderes deveriam concordar com o *status quo*, atuando somente em mudanças tópicas e consentidas pelas estruturas de poder dominantes, mudanças essas que não levariam nunca as classes oprimidas ao poder. Qualquer atitude *divergente* mais radical seria patologia social. A práxis dinâmico/radical provocada seria, assim, enquadrada neste conceito, pois, do ponto de vista científico "toda revolução, *se é uma revolução autêntica* se reduz a um deslocamento de classes"[5].

Partindo-se, portanto, do critério de análise e interpretação mais geral dos sociólogos acadêmicos, a ordem social é permanente e cabe a eles contribuir com os seus trabalhos, pesquisas e livros para melhorá-la, aperfeiçoá-la, mantendo, contudo, intocada a sua estrutura básica, as relações de produção que configuram conteúdo ao seu perfil sociológico.

2. Sociologia ou apologética conservadora?

Por aí vemos como a Sociologia Política acadêmica está impregnada de ideologia conservadora. Nascem daí as "áreas proibidas" ao conheci-

3. *Op. cit.*
4. Ross, Edward A., *Social Control*, N. York, 1918, p. 395.
5. Lenin, V. I., "Deslocamento de Classes", artigo publicado no *Pravda* de 27 de junho (10 de Julho) de 1917, in *Divulgação Marxista*, nº 9, 1946.

mento, as brechas cientificamente injustificáveis à análise sociológica. Eivada de elementos extracientíficos, procura limitar a *práxis* política à própria dinâmica contraditória do atual tipo de sociedade. Daí porque – conforme dissemos inicialmente – até o momento a Sociologia Política acadêmica não pôde nem poderá conceituar satisfatória e cientificamente e muito menos resolver as questões estruturais do nosso tempo.

Devemos destacar, inicialmente, para que se configure com mais clareza o que estamos expressando, o problema do papel e função do Estado como instituição social, ou melhor, como esse tipo de sociologia o examina e define e como é conceituado pela sociologia da *práxis*. Conforme sabemos, a definição do papel, estrutura e função do Estado é o elemento fundamental para que se julgue qualquer corrente ou teoria que transita no setor da Sociologia Política. Porque dela dependem e para ela convergem todas as soluções, toda a dinâmica da prática social (ação e/ou reação) isto é, a ação e a dinamização das relações existentes e as conseqüentes atitudes contrárias (controle social) que defendem e resguardam o *status quo*.

As ciências sociais acadêmicas temem abordar frontal e cientificamente este problema porque sabem que a caracterização de qualquer *práxis* política depende da essência do Estado existente e da posição e correlação dos diversos grupos e classes sociais em relação ao mesmo.

No entanto, nem sempre foi assim e este temor era inexistente.

Quando a burguesia era uma classe revolucionária e concentrava o fulcro das suas atividades – teóricas e práticas – na destruição do Estado feudal, os seus teóricos punham em dúvida a legitimidade das instituições estatais existentes, através de uma série de obras de pensadores geniais que abriam o leque cognitivo para que fosse possível a posterior derrogação daquela ordem social.

Rousseau dizia mesmo que "o primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: 'Isto é meu' e encontrou pessoas bastante simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil", para, em seguida, agregar: "se seguirmos o progresso das desigualdades nessas diferentes revoluções veremos que o estabelecimento da lei e do direito de propriedade foi o seu primeiro termo, a instituição da magistratura o segundo e que o terceiro e último foi a mudança do poder legítimo em poder arbitrário"[6].

6. Rousseau, J. J., *Discursos sobre as Ciências e as Artes e sobre a Origem da Desigualdade*, S. Paulo, s/d., p. 127.

Voltaire, por seu turno, montado na sua ironia, também escrevia: "compreendo que um grande proprietário, na França, não desgostaria de haver nascido na Alemanha: seria soberano ao invés de vassalo. A um par de França muito agradariam os privilégios do pariato inglês: seria legislador"[7].

Era a posição crítica da equipe de pensadores que nutriu a burguesia das idéias de que essa classe necessitava para fazer a sua revolução. Mas, é em Hegel que – paradoxalmente, porque a burguesia alemã não havia feito a sua revolução – essa classe encontra, de forma sistemática e genial, expresso em termos teóricos, aquilo de que necessitava como classe no poder. A posição de Hegel é bem diferente da dos enciclopedistas e dos pensadores do século XVIII em geral. Hegel, na sua teoria do Estado conclui que o Estado policial prussiano é a sua forma ideal e perfeita. Embora, conforme já afirmamos, a burguesia alemã não tivesse feito a sua revolução, a filosofia hegeliana, no particular da teoria do Estado, expressa de forma filtrada e magistralmente racionalizada, os interesses da burguesia no poder.

Segundo Hegel, no Estado todas as contradições se diluem porque ele é uma "realidade da idéia moral" e o fundamento primário de toda sociedade. Como vemos, os pensadores da burguesia não mais criticam o Estado, mas o justificam.

Por isto mesmo F. Engels afirma que "como na França no século XVIII, a revolução filosófica, no século XIX precedeu igualmente na Alemanha à revolução política. Mas, que diferença entre as duas! Os franceses em luta aberta contra toda ciência oficial, contra a Igreja, muitas vezes mesmo contra o Estado, com suas obras impressas do outro lado da fronteira, na Holanda ou na Inglaterra, e eles mesmos estando freqüentemente ao ponto de dar uma volta na Bastilha. Os alemães, ao contrário, professores, mestres da juventude nomeados pelo Estado com as suas obras reconhecidas como manuais de ensino e o sistema que coroa todo esse desenvolvimento, o de Hegel, elevado, inclusive, de certo modo, à categoria de filosofia oficial da realeza prussiana"[8].

Apoiado nestas razões o jovem Marx, em 1842-43 já escrevia uma obra na qual submetia a uma crítica sistemática a filosofia de Hegel, exatamente no que diz respeito à teoria do Estado[9].

7. Voltaire, *Dicionário Filosófico*, S. Paulo, s/d., p. 146.
8. Engels, F., *Ludwig Feuerbach y el Fin de la Filosofia Clásica Alemana*, Moscu, 1946, p. 7.
9. Marx, K., *Crítica de la Filosofia del Estado de Hegel*, B. Aires, 1946, *passim*.

F. Engels, baseado no vasto material coligido por L. Morgan e nos apontamentos deixados por K. Marx escreveu um trabalho hoje clássico sobre a origem e transformação do Estado[10]. Coube, finalmente a V. I. Lenin a tarefa intelectual e política de desenvolver estes conceitos em termos da realidade social existente, particularizando certos dos seus rasgos mais gerais e criticando os revisionistas da teoria do Estado[11].

Mas, os sociólogos acadêmicos tergiversam deliberadamente sobre este assunto, que é o mais importante para a Sociologia Política. E tergiversam exatamente pela sua importância[12].

Por isto mesmo V. I. Lenin definiu a função do Estado, generalizando, inclusive, o pensamento dos seus predecessores, afirmando que "segundo Marx, o Estado é o órgão de *dominação* de uma classe por outra, é a criação da 'ordem' que legaliza e perpetua esta opressão, amortecendo os choques entre as classes. Na opinião dos políticos pequeno-burgueses, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a opressão de uma classe por outra. Amortecer os choques significa, para eles, reconciliar e não privar as classes oprimidas de certos meios e métodos de luta para derrubar os opressores"[13].

Podemos ver por aqui, com nitidez, a diferença, ou melhor, o antagonismo entre a concepção praxista do Estado e a hegeliana. A primeira coloca clara e decisivamente o fato de que o sistema de estratificação social existe através de (e por) uma força coatora que impede a mobilidade social massiva, força que é exercida por uma classe social que detém o poder político. A compressão social é portanto um fenômeno natural, bem como a violência contra esta compressão. Para Hegel, no entanto "tudo o que é real é racional e tudo o que é racional é real"[14]. Isto demonstra como o Estado se absolutiza porque para ele o Estado não é um meio que serve aos interesses das diversas pessoas. Tal interpretação da essência do Estado diminui, segundo Hegel, o seu verdadeiro valor. O Estado não serve, mas impera, não é um meio, é um fim, um fim em si, superior a todos os outros"[15].

10. Engels, F., *Origem de la Familia, de la Propriedad Privada y del Estado*, México, s/d., *passim.*
11. Lenin, V. I., *O Estado e a Revolução*, R. de Janeiro, 1946, *passim.*
12. Cf. Mac Iver, R. M., *O Estado*, S. Paulo, 1945, *passim.*
13. Lenin, V. I., *op. cit.*, p. 11.
14. Compare-se a definição de racionalidade de Hegel com a de normalidade de Durkheim. Possuem o mesmo conteúdo coonestador da ordem estabelecida. São reflexos de dois momentos da evolução do pensamento burguês.
15. Kechekian, S. F. e Fedkin, G. I. (orgs.), *Historia de las Ideas Políticas*, B. Aires, 1959, p. 330.

A luta de classes para V. I. Lenin, no entanto, faz parte constitutiva da sociedade e o Estado é o órgão que a classe dominante usa para reprimir os choques decorrentes dessa luta inevitável. Finalmente, esses choques que aparecem de várias maneiras nos diversos níveis de interação tem um objetivo central: a classe que está no poder o de manter o tipo de Estado que a representa e a *práxis* político/radical de destruir esse tipo de Estado e criar um novo que representará a sociedade em projeção.

A revolução é, portanto, um fato sociologicamente normal e representa a *práxis* de grupos, estamentos e classes sociais que estão interessadas em uma nova sociedade que representará, racionalmente, a necessidade de se restabelecer a harmonia entre as forças produtivas e as relações de produção que se encontram em contradição no modo de produção capitalista. Todo movimento assimétrico com perspectiva do *devir*, mesmo que não seja vitorioso, representa, portanto, um passo à frente no autêntico desenvolvimento social. A revolução é, assim, o ponto culminante de um processo complexo e tortuoso que se realiza nos diversos níveis de interação da sociedade atual e a sua essência é a superação da contradição a que nos referimos.

Os grandes agrupamentos humanos, as classes sociais no processo do seu desenvolvimento e a medida que adquirem consciência dos seus objetivos estratégicos essenciais para que possam passar de classes *em si* para classes *para si*, criam instituições e organizações através das quais executam medidas que substantivam esta conscientização. São organizações que, nos diversos níveis do processo de conscientização expressam elementos do *devir* no seu sentido prático. Refletem os diversos degraus atingidos no processo do conhecimento por essas classes, da mesma forma como os diversos níveis de luta expressam, de igual maneira, esses níveis do conhecimento. Por isto afirma H. Lefebvre que "o marxismo aparece como uma expressão da vida social prática, no seu conjunto, no seu movimento histórico, com os seus problemas e as suas contradições, incluindo, pois, a possibilidade de *superar* a atual estrutura. As proposições concernentes à ação política, ligam-se, de modo franco e racional, às proposições gerais. Trata-se de teoremas políticos subordinados a um conhecimento racional da realidade social, logo uma ciência. Neste sentido, o marxismo apresenta-se como uma *sociologia científica* com conseqüências políticas, enquanto a concepção do mundo oposta ao marxismo constitui uma política abstratamente justificada por u'a *metafísica*"[16].

16. Lefebvre, H., *O Marxismo*, S. Paulo, 1955, p. 19.

Desta forma, as organizações políticas que se orientam pelo dinâmico/radicalismo devem atuar com autoconsciência do processo do *devir* social em sua totalidade; devem ser organizações superiores, aquelas que têm perspectivas não apenas dos aspectos contraditórios imediatos, mas dos objetivos fundamentais a serem alcançados, especialmente o tipo de Estado a ser implantado e que corresponderá ao restabelecimento da harmonia forças produtivas/relações de produção.

Por outro lado, as diversas organizações como sindicatos, ligas camponesas e estudantis, associações beneficentes, finalmente todos os grupos sociais organizados em nível de um projeto a ser alcançado refletem esta contradição e outras suplementares, mas possuem um nível inferior de conhecimento da essência dos fenômenos sociais. Fazem parte do conjunto contraditório de organizações que compõem uma *formação econômico-social* e, no plano em que atuam dinamicamente, desempenham papéis e funções que refletem uma conscientização parcial do processo emergente.

O problema de patologia social é colocado, portanto, em conexão estreita com os valores da ordem social vigente. Os seus valores básicos passam a constituir paradigmas nos quais os sociólogos devem se apoiar passivamente para estabelecer critérios de julgamento. A sociologia fica, portanto, funcionando praticamente como apêndice não apenas de instituições privadas mas, especialmente, do próprio aparelho do Estado.

"C. Wright Mills, por exemplo, demonstrou que 'os patologistas sociais' americanos desenvolveram uma ideologia que aplicava normas de classe média de cidade pequena ao fenômeno de modificação associado com o industrialismo, aparecendo com analogias médicas e conceitos de equilíbrio que implicavam que toda modificação é indesejável"[17]. Se absolutizarmos as conclusões desses patologistas sociais analisados por Wright Mills podemos dizer que todo progresso social a partir do paleolítico foi patológico...

Desta forma, os agrupamentos políticos que têm consciência da necessidade de uma transformação radical na estrutura da sociedade são considerados patológicos sociologicamente e ilegais juridicamente. Isto abre perspectivas para que as forças estáticas da sociedade, que defendem a permanência do atual estágio de desenvolvimento social, criem mecanismos de defesa usando órgãos do aparelho do Estado para dissolvê-los, reprimi-los e combatê-los a fim de manter a chamada *normalidade social.* A *práxis* política dos grupos que representam as classes em *devir* é considerada anormal, patológica e as instituições estatais, representativas da

17. Bramson, L., *O Conteúdo Político da Sociologia,* R. de Janeiro, s/d., pp. 102-03.

normalidade usam todos os recursos de que dispõem para neutralizá-la e manter o *equilíbrio social.*

Em outras palavras: a luta de classes passa a se expressar abertamente. Os agrupamentos, as organizações e instituições que representam interesses contraditórios passam a atuar de forma antagônica, chocando-se no espaço social. Esses choques assumem conotações diversas e se multiplicam em cadeia, simetricamente, à medida que os problemas avultam e exigem solução. Podem ser greves parciais ou gerais, manifestações de ruas, lutas para melhorar parcialmente a situação de camadas, grupos, classes ou empresas, até à insurreição, guerrilhas e outras formas de ação similares. Por seu turno, a classe que está no poder, para impedir tais manifestações, usa desde formas sutis e "racionais" até a repressão aberta e violenta.

Esta *práxis* política, como a entendemos, inclusive a violência, deve ser considerada *normal* no sentido de que decorre da própria essência contraditória das sociedades divididas em classes.

A violência política que parte das classes em *devir* é a parteira de toda nova sociedade. Este conceito que muitos sociólogos negam, afirmando ser antiquado porque, segundo eles, era a expressão de um estágio já superado da sociedade capitalista, voltou a ser admitido com maior vigor depois que uma série de acontecimentos comprobatórios na Ásia, África, América Latina, Oriente Médio e Europa[18]. Cabe, portanto, ao sociólogo, ao invés de rotular a violência como patologia social, estudar o *sentido*, o *conteúdo* dessa violência: a violência dos que desejam deter o

18. Nesta época em que se fala de uma transição pacífica do capitalismo monopolista para o socialismo, convém lembrar aquilo que é o aspecto dominante no atual conflito entre as nações semicoloniais e o neocolonialismo e entre a classe operária e os capitalistas: a violência. No Iraque, Irã, Vietnã, Indonésia, países da África em geral, Panamá, Guatemala, Bolívia, Colômbia, República Dominicana, para só citarmos estes, as classes dominantes usaram e continuam usando a violência como *controle social,* destruindo instituições progressistas e milhares de vidas humanas. Por outro lado, somente por meio da violência, igualmente, as classes que estavam na base da pirâmide social conseguiram criar novas formas de relacionamento social que as colocassem no poder, como aconteceu na China, Coréia do Norte, Cuba, Argélia, Congo etc. Como vemos, a violência como catégoria sociológica, dentro da perspectiva em que a enquadramos, é válida, normal, permanente e atual. Nos próprios Estados Unidos o proletariado, especialmente o negro, tem enfrentado a violência das classes dominantes daquele país. Os movimentos da juventude, inclusive na Europa, exigindo reformulações de instituições e de governos também se englobam neste processo geral. Tudo isto demonstra uma coisa, reflete uma constante: a violência como método de *controle social* e de *mudança social.*

progresso social ou a dos que desejam dinamizá-lo e, para isto, têm de chocar-se com aquelas forças e instituições sociais que o não permitem. A primeira forma de violência, nesta dicotomia, é que para nós é patológica. A segunda – a *práxis* dinâmico/radical – representa o normal.

Os órgãos criados tanto pelas classes que detêm o poder político como os organizados pelas classes em *devir*, como vemos, têm como função solucionar problemas que existem e surgem no seio da estrutura. E todo problema nada mais é do que uma contradição contida no objeto.

Podemos ver, portanto, que os problemas sociais são reflexos das contradições estruturais que existem no corpo social. Na sociedade capitalista, as contradições chegaram ao seu grau mais elevado, os problemas sociais aparecem a cada momento, fato que levou um sociólogo a afirmar que "ouvir falar de problemas sociais é coisa que acontece durante as vinte e quatro horas do dia. Em toda parte, a qualquer hora, qualquer troca de idéias, qualquer conversa entre amigos, qualquer leitura de jornal, nos mantém em contato com carradas de problemas sociais, que todos discutem, procuram solucionar, ou entender, ou explicar. Fatos e circunstâncias, de natureza díspar, de caracterização múltipla, encontram entre si, dentro da pluralidade de fatores que os condicionam, um traço comum: é o de serem problemas sociais"[19].

Na sociedade contemporânea, dilacerada por contradições, como muito bem acentuou L. A. Costa Pinto, durante as vinte e quatro horas ouvimos falar de problemas sociais. Daí os grupos se unirem e se organizarem para resolvê-los, inclusive através da violência, pois cada um desses problemas tem uma essência específica que os caracteriza e possui como nódulo uma contradição de interesses que se entrechocam.

As organizações políticas dinâmico/radicais são aquelas que podem apresentar uma visão social global e, por isto, direcionar os rasgos fundamentais de uma nova ordenação social, que ao superar a atual, solucionará ao mesmo tempo esses problemas. O cientista social tem de ser, portanto, um político no seu sentido essencial. Político porque somente através da *práxis* política age experimentalmente como sociólogo e é através dessa *práxis* que ele testa as teorias sociais[20].

19. Costa Pinto, L. A., *Sociologia e Desenvolvimento*, R. de Janeiro, 1963, p. 120.

20. A experimentação como método sociológico já foi bastante discutida nos meios mais relevantes da Sociologia acadêmica. Renê Worms acha que a experimentação consiste essencialmente na produção, pelo estudioso, dos fatos que deseja examinar. Sua criação é pois artificial. Squillace afirma que "em Sociologia a experiência tem, pois, um campo limitadíssimo e impróprio que se reduz ao experimentalismo legislativo e político". Mas, o que separa esses sociólogos dos praxistas é que os primeiros vêm o experimento como algo artificial, que deve ser feito de acordo com as regras de laboratório. Daí Lúcio Mendieta y Núñez fazer a seguinte comparação: "no campo da Medicina, por exemplo, para se lançar ao mercado um novo produto terapêutico, fazem-se previamente múltiplos experimentos, até lograr-se a combinação química ou de outra índole e, se possível, aplica-se essa combinação, primeiro em certos animais e só depois que os experimentos se realizarem com êxito é que se generaliza o uso do novo produto". Deveriam existir, para ele *cobaias sociológicas* para esses testes de laboratório que seriam "uma pequena comunidade" ou "um determinado grupo de indivíduos". Na sociologia dinâmico/radical a *práxis* total é que poderá ser considerada experimento, estando o próprio cientista social participando do processo. Por isto mesmo Henri Lefebvre escreve que "os sociólogos se interrogam sem fim e sem conclusão sobre as "aplicações" da sociologia, sobre a experiência e experimentação sociológicas. O momento chegou, parece, de considerar deliberadamente a política como aplicação e experiência sociológicas. Os homens políticos devem tornar-se os *engenheiros das forças sociais*". (Lefebvre, Henri, "Marxisme et Sociologie", in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. IV, 1948, p. 63).

Ora, as múltiplas organizações que se estruturam e contribuem – cada uma no seu nível de conhecimento e ação – para a mudança social dão ao conjunto desse movimento que criará uma ordenação social superior, um caráter de massas. Somente como massa organizada as diversas camadas e classes sociais interessadas em modificar o atual sistema de estratificação social poderão reformulá-lo. Somente como massa poderão não apenas resistir aos diversos níveis, métodos e técnicas de *controle social*, mas anulá-los. Por isto mesmo é que a sociologia acadêmica na sua generalidade e a Psicologia Social combatem tenaz e sistematicamente os movimentos de massas, tachando-os de extravasamento de impulsos primários. Entre o conceito de "multidão criminosa" de Scipio Sieghele e o de *mob* dos sociólogos norte-americanos a diferença é mínima; a semelhança, porém, é fundamental. Para esses sociólogos as massas agem de forma violenta, indiscriminada e criminosa. Ortega y Gasset chega a afirmar que "quando a massa atua por si mesma só o faz de uma maneira porque não tem outra: lincha"[21].

3. Patologia social ou Sociologia patológica?

A tendência para analisar a atuação das massas como patologia, fruto de instintos não controláveis e interesses primários é uma constante

21. Ortega y Gasset, J., *La Rebelión de las Masas*, Madrid, 1954. O mesmo autor afirma ainda que "a massa em rebeldia perdeu toda capacidade de religião e conhecimento. Dentro de si somente tem política, uma política exorbitada, frenética, fora de si, já que pretende suplantar o conhecimento e a religião". *Op. cit.*, p. 17.

na sociologia acadêmica. O conceito de *mob* atualmente circulando na sociologia norte-americana é característico. A *mob* – segundo eles – é um "grupo espontâneo que age agressiva e subitamente para a consecução de um *objetivo comum* repentinamente definido, descarregando, assim, tensões incontroláveis"[22].

Mas Scipio Sghele – europeu – vai mais além e afirma que "o heroísmo, a virtude, a bondade podem ser qualidades de um só indivíduo; mas não são nunca, ou quase nunca, as qualidades de uma grande multidão de indivíduos. A observação mais vulgar ensina-nos isto: receia-se sempre de uma multidão de indivíduos, bastante raramente se tem confiança neles"[23].

Por que este interesse em se colocar a massa (multidão) como grupo de reações sociais sistematicamente patológicas? É que o critério de análise desses estudiosos parte do pressuposto de que as *elites* dirigentes são superiores por uma série de requisitos e implicações culturais, psicológicas e mesmo biológicas aos componentes dos outros estratos, camadas e classes sociais. Assim, muitas vezes, em conseqüência da compressão social a que se acham sujeitas, as massas manifestam objetivamente – através de atos que têm conotação política – as necessidades que emergem da situação em que se encontram, rompem o chamado equilíbrio social, superam muitas vezes estruturas existentes (parcial ou totalmente) e conseguem friccionar instituições que não mais representam as necessidades da sociedade. Por outro lado, os estudiosos acadêmicos, postados nas suas cátedras, passam a raciocinar reflexamente, de acordo com a estrutura que desejam ver petrificada.

As ações de massas – e quando dizemos ações de massas dizemos *ações políticas* – no entanto, nunca foram espontâneas, simples espoucar momentâneo e irracional de precipitados psicológicos subconscientes. Pelo contrário. Foram sempre, e antes de mais nada, movimentos *organizados*

22. Pierson, D., *Teoria e Pesquisa em Sociologia*, S. Paulo, s/d, p. 452.

23. Sighele, S., "A Multidão Criminosa" (Ensaio de Psicologia Coletiva), R. de Janeiro, 1954, p. 57. Seria ainda interessante registrar aqui a opinião de Edward A. Ross: "das convulsões do público enraivecido desenvolvem-se de um lado as limitadas e graduadas penalidades do *direito* e da *religião oficial;* de outro lado, a orientação do indivíduo por meios tão refinados como *educação, idéias pessoais* e *valores sociais*. Todos eles são mais eficientes do que a opinião pública a qual reflete a visão estreita e a impulsividade das turbas. (. . .) Salvo quando dirigida pelo sábio a opinião pública é uma couraça fraca para proteger os interesses vitais da sociedade. *Principes of Sociology*, N. York and London, 1930, pp. 403-04. Para uma visão geral do assunto, embora nem sempre muito objetiva, consulta-se Leon Branson na obra já citada, especialmente o capítulo "O Conceito Americano e Europeu de Comportamento Coletivo", pp. 60-84.

e que andam nos trilhos de uma série de organizações que, cada uma no seu nível, dirigem esses movimentos. Representam, portanto, a exteriorização de um processo de conscientização social.

Bem diversos, ou melhor, fundamentalmente antagônicos são as posições da sociologia da *práxis* frente ao problema dos movimentos de massas em relação à sociologia acadêmica. Em primeiro lugar cabe ver o *direcionamento* desses movimentos. E aquilo que para a sociologia acadêmica aparece como *desordem* que exige o *controle* nada mais é do que a superação de uma estrutura através de movimentos de massas. A negação de uma *ordem* e a projeção de uma outra em termos de *devir*. Um pesquisador contemporâneo, analisando uma revolta camponesa na província de Changsha, depois de ter feito uma pesquisa no local onde o movimento eclodiu, passa a analisá-lo da seguinte maneira: "uma *terrível desordem* – evidentemente, esta é uma teoria que, na linha dos interesses dos senhores de terras, visa a combater o levante camponês; uma teoria da classe dos senhores de terras, para preservar a velha ordem feudal e obstruir o estabelecimento de uma nova ordem democrática; enfim, uma teoria contra-revolucionária (. . .). A ação dessas multidões é absolutamente correta, um grande acontecimento sem dúvida"[24].

Contra os que achavam que, mesmo sendo justo o levante, os camponeses haviam "avançado demais" dizia ele: "uma revolução no campo é uma revolução na qual os camponeses subvertem a autoridade da classe dos senhores de terras. Se os camponeses não usarem o máximo de sua energia, nunca poderão derrubar a autoridade dos senhores de terras, profundamente enraizada ao longo de milênios. Nas zonas rurais deve haver uma grande e impetuosa sublevação revolucionária, pois só assim se logrará reunir centenas de milhares de pessoas que constituem uma grande força. Todas as ações atrás mencionadas, e criticadas por terem ido 'longe demais', emanaram do poder dos camponeses, originaram-se de uma impetuosa sublevação revolucionária do campo (. . .). A opinião do grupo que afirma que os camponeses 'foram longe demais' difere em superfície da outra opinião, antes mencionada, dos que a consideram o movimento camponês 'uma grande desordem' mas que, na essência, amolda-se àquele ponto de vista, e é igualmente uma teoria de latifundiários, que serve de sustentáculo aos interesses das classes privilegiadas"[25].

24. Tsetung, Mao, *Obras Escolhidas*, 1º Vol., R. de Janeiro, p. 17.

25. *Op. cit.*

Como podemos verificar, quando qualquer movimento de massas escapa ao *controle social* das classes dominantes é tido pela ciência social acadêmica como patologia social. Mas acontece que foram movimentos desse tipo que levaram diversos países a reformularem todo o seu sistema de estratificação social. Se os líderes desses países achassem que os movimentos políticos deviam se ater à mecânica reformista e gradualista permitida pelas classes dominantes, até hoje, para regosijo da sociologia acadêmica ainda estariam dominados pelo capitalismo internacional e os seus senhores de terras e capitalistas internos[26].

26. A. Gramsci, analisando o problema de ângulo diverso, afirma que "outro elemento que conduz, na arte política, à derrubada de velhos esquemas naturalistas é a substituição por organismos coletivos (partidos) – na função dirigente – dos indivíduos singulares, dos chefes individuais (ou carismáticos, como diz Michels). Com o crescimento dos partidos de massa e com a sua adesão orgânica à vida mais íntima (econômico-produtiva) da própria massa, o processo de estandardização dos sentimentos populares, que era mecânico e casual (isto é, produzido pela existência ambiente de condições e pressões similares), torna-se consciente e científico. O conhecimento e o julgamento da importância de tais sentimentos jamais ocorre, por parte dos chefes, através de instituições baseadas na identificação das estatísticas, isto é, por via racional e intelectual, freqüentemente ilusórias – que o chefe traduz em idéias-força, em palavra-força – mas ocorre, por parte do organismo coletivo, através da 'co-participação ativa e consciente', da 'co-passionalidade', da experiência dos particulares imediatos de um sistema que se poderá chamar de 'filosofia vivencial'. Assim, forma-se uma estreita ligação entre a grande massa, partido e grupo dirigente; e todo o conjunto bem articulado pode se movimentar como um 'homem coletivo'. (Gramsci, Antonio: *Concepção Dialética da História*, R. de Janeiro, 1966, p. 154).

7 *Gradualismo e dinâmico/radicalismo*

1. Categorias teóricas como reflexo da Práxis

No capítulo precedente, tivemos oportunidade de analisar a *práxis* política como sociologia aplicada. Procuramos demonstrar como o processo de dinamização das estruturas, o seu ritmo de aceleramento e direcionamento no sentido de uma nova ordenação social dependem da ação dos homens que, através dos agrupamentos que expressam esta necessidade de dinamização, se organizam e atuam nos diversos níveis de interação da sociedade. Por isto mesmo, concluimos que o fenômeno revolucionário gera uma categoria sociológica normal – a Revolução – de vez que expressa a necessidade dessa nova ordenação social que irá superar a existente. Neste processo de superação – conforme, também, já acentuamos anteriormente – a prática política desempenha um papel de grande importância porque é através dela que a emersão da nova ordem social se processa. Todas estas organizações são, assim, segmentos radicalizadores do processo e atuam como dinamizadores permanentes a fim de que, através da *práxis* política, aqueles enunciados gerais decorrentes da *Weltenchauung* dinâmico/radical sejam testados. Isto, porém, não implica em um julgamento empírico e pragmático, isto é, um julgamento que não leva em conta a essência dos enunciados programáticos, mas apenas o seu êxito de momento.

Como muito bem dizem H. Lefebvre e N. Guterman "o 'critério da prática' não significa uma compreensão pelo êxito" depois dos fatos, das idéias colocadas no mesmo plano a título de hipóteses ou de instrumentos. O pragmatismo não explica nem a origem nem o êxito da idéia

que triunfa (...) Nem sequer define o êxito. E o êxito em um sentido pode ser fracasso em outro. Um homem que 'triunfa nos negócios' pode ser infeliz em outro domínio, por exemplo, como homem. A idéia verdadeira pode fracassar momentaneamente e vencer a idéia falsa. A História nos oferece inúmeros exemplos disto. O materialismo toma o critério prático num sentido muito mais amplo. A prática no sentido dialético não despreza a teoria. O conceito pode ser uma hipótese, um instrumento"[1].

Mas, a *práxis* política e as suas categorias teóricas são reflexas da práxis social global. Essas categorias trilham o caminho do desenvolvimento de uma *formação econômico-social* e somente deixam de ser elementos alienadores para se transformarem em dinamizadores quando refletem a essência dessa *práxis* social, suas relações de trabalho fundamentais; somente depois de esgotar todos os seus elementos dinâmicos uma *formação econômico-social* se modifica, é substituída por outra. Enquanto ela não se esgota, ou seja, quando a harmonia entre as forças produtivas e as relações de produção presidem o seu desenvolvimento, ela avança no sentido de uma maior complexidade econômica e riqueza social. Mas, quando a harmonia deixa de estar presente e se transforma em contradição, todos os elementos gradualistas que operavam na sua estrutura como mecanismos progressistas do desenvolvimento global deixam de exercer função dinâmica transformando-se em entraves ao restabelecimento dessa harmonia em grau superior. Em outras palavras: as *reformas* passam a funcionar como válvulas de escape capazes de atenuar as tensões sociais permanentes que surgem dessa desarmonia, de acordo com os interesses materiais e sociais da classe dominante e seus desejos e configurações subjetivas.

2. Gradualismo: teoria da estagnação neocolonialista

Na sociedade capitalista – especialmente na sua etapa atual – qualquer tipo de *reformismo* é, portanto, uma forma refinada de impedir a revolução social. Daí o gradualismo da Sociologia acadêmica funcionar como força de retrocesso ou estagnação social. Sua vinculação com a ordem estabelecida impede-a de colocar-se ao lado daquelas forças, grupos ou instituições que são a expressão da necessidade de projeção de uma nova sociedade. Nasce, então, toda uma sistemática justificatória do que existe e condenatória do *vir a ser* que passa a ser considerada utopia ou pensamento quiliástico etc. O gradualismo expressa, desta forma, a necessidade de um anteparo resguardador – no campo ideológico – de um modo de produção já esgotado, e no qual, por isto mesmo, as contradições emergem e chegam ao máximo de tensão. O reformismo, nas suas diversas gradações, no momento em que o capitalismo monopolista entra em processo de dilaceramento final, é, portanto, uma teoria anticientífica: não passa da utopia conservadora que supõe eterno o modo capitalista de produção. No campo da *práxis* política, o reformismo tem, no momento atual, aparecido de formas diversas, mas com a mesma essência: manter o *status quo* e impedir o avanço das forças sociais que, por imposição da sua própria situação na estrutura capitalista querem uma reformulação no atual sistema de estratificação social.

No campo da teoria política, quando não é mais possível apresentar o modo de produção atual como eterno, imutável e petrificado, recorrem ao gradualismo para explicar e prognosticar uma possível passagem pacífica, harmônica e idílica do capitalismo para o socialismo. Nos últimos anos, esta teoria tem sido difundida especialmente pela União Soviética – tanto pelo seu governo como pela sua *intelligentsia* – teoria que os seus ideólogos de outros países repetem por automatismo, sem filtrar. Querem convencer-nos e aos povos dos países que lutam de forma radical na Ásia, América Latina, África e outras regiões de que há possibilidades, no atual momento político internacional, de uma transição pacífica para o socialismo sem que a violência dos oprimidos se contraponha à violência do neocolonialismo.

Uma competição pacífica entre os Estados Unidos e a União Soviética seria a fórmula política capaz de estabelecer pacificamente a reformulação radical das estruturas sociais de todos os países do Ocidente e daqueles que compõem o Terceiro Mundo, exatamente a área mais explorada pelo neocolonialismo.

Mas, basta que se olhe o que acontece atualmente no Oriente Médio, no Vietnã, na Indonésia, na América Latina em geral, na África, para se compreender que o dilaceramento do capitalismo monopolista não poderá ser completado a não ser pela ação de grandes contingentes humanos de todo o mundo contra a sua dominação, ação que poderá demorar anos, mas refletirá a *práxis* daquelas forças que terminarão por destruí-lo. Esta violência dinâmico/radical será no nível teórico/prático a extrapolação das múltiplas contradições que dilaceram o neocolonialismo através do desenvolvimento rápido das forças produtivas nos países e regiões do Terceiro Mundo e a formação conseqüente de interesses antagônicos aos daqueles grupos que os dominam. Isto não quer dizer que haverá um processo de conscientização política uniforme e por automatismo; isto não

1. Lefebvre, H. e Guterman, N., *Que és ela Dialéctica*, B. Aires, 1959, p. 115.

acontecerá não apenas porque o capitalismo se desenvolve de modo desigual, mas também por influências históricas regionais, geográficas e do grau de penetração (ou não) do reformismo nas instituições políticas capazes de conduzir a reformulação das instituições dessas sociedades. Acreditamos em um processo longo, complexo e dilacerante que em cada área ou nação terá a sua conotação específica, quer em termos de tempo de duração, quer em termos do grau dessas soluções.

Nos países da Europa o problema é o mesmo. As estruturas arcaicas estão sendo atingidas frontalmente por grandes movimentos na França, na Itália, na Alemanha, não tendo conseguido maiores êxitos imediatos porque aquelas organizações que deveriam – na *práxis* política – direcionar de forma dinâmico/radical esses movimentos aceitaram o gradualismo, o reformismo como paradigma, alienando-se e deixando de conduzi-los às últimas conseqüências.

Desta forma, aquelas organizações que deviam ser os segmentos dinamizadores mais autoconscientes transformaram-se em anteparos ideológicos do sistema capitalista mundial. As correntes gradualistas que atuam no plano da *práxis* política, ou seja, o reformismo, no seu sentido global expressam uma tendência neutralizadora dos segmentos verdadeiramente dinamizadores. Além do mais, essas correntes penetram nas organizações que atuam em um plano médio, mas têm, embora parcialmente, a perspectiva do *devir*, como os sindicatos, as organizações estudantis etc., tentando, assim, formar um conjunto neutralizador daquelas camadas, classes sociais e grupos políticos que querem entrar em ações radicais.

Procuram anular os elementos subjetivos (conscientização) que surgem, emergem das condições objetivas (contraditórias) da sociedade capitalista atual. Enquanto uma revolução tecnológica abre perspectivas ilimitadas ao ser humano, as relações sociais existentes prendem esse desenvolvimento através de mil maneiras, impedindo que milhões de seres humanos passem do regime da fome para o da abundância.

A desintegração do átomo, o avanço da cibernética, a automação e outros elementos que surgem numa verdadeira explosão tecnológica poderiam fazer desaparecer as chamadas *áreas da fome* que constituem a *geografia dietética* da maioria do gênero humano. Além disto, essas descobertas deflagram em cadeia uma série de outras, o que leva o regime capitalista a um esforço cada vez maior e inútil de deter esse processo explosivo e ininterrupto. Milhões de dólares são gastos anualmente pelas empresas monopolistas norte-americanas na compra de patentes de novas invenções para não serem usadas a fim de manterem o seu nível de lucro, brecando o avanço da técnica e das ciências naqueles ramos que não interessam aos grupos monopolistas. Verbas astronômicas, por outro lado,

são gastas em despesas militares e o complexo industrial-militar, dominando as posições fundamentais do aparelho do Estado, condiciona o sentido da economia e das ciências aplicadas dos países imperialistas e daqueles que lhes são dependentes.

Meios de produção de proporções gigantescas são, assim, destruídos; bens de consumo deixam de ser produzidos e consumidos apenas porque a posse privada dos meios de produção em um mundo no qual as bases tecnológicas negam esta forma de propriedade, determina ainda o relacionamento social, criando, assim, uma contradição insolúvel a não ser em termos de superação dinâmico/radical.

Cerca de 1930, o professor S. W. Stratton selecionou uma série de descobertas que, para ele, seriam as "maravilhas do mundo moderno". São elas: a) a descoberta das bactérias e a luta contra elas; b) o conhecimento da origem da matéria e os processos de irradiação (a química moderna, rádio Rontgen, os raios X e ultravioleta); c) eletricidade como luz, força e tráfego (dínamos, telégrafo, telefone, lâmpadas incandescentes, telegrafia sem-fio, rádio); d) a construção de máquinas com seus processos de combustão (automóveis); e) a construção com ferro e cimento (arranha-céus, pontes, barragens, subterrâneos, canais, túneis); f) a moderna metalúrgica (a liga de diversos metais diferentes influindo na dureza, na força, e na gravidade deles, caixas-fortes, duralumínio para aeronaves); g) a conservação de alimentos (meio pelo qual os homens afastadíssimos dos centros produtores podem agir e criar); h) a aviação; i) o desenvolvimento do maquinismo com o fim de facilitar a produção (fábricas, máquinas agrícolas, máquinas de escrever e calcular, moinhos, máquinas de imprimir etc.).

Citamos esta lista de descobertas e invenções para que se tenha uma idéia aproximada do salto tecnológico e científico que o homem deu, a partir daí, em tão pouco tempo: a desintegração do átomo, as máquinas computadoras e eletrônicas, a criação de aviões supersônicos, as descobertas no setor da Química e especialmente da Física, os plásticos, a descoberta de materiais sintéticos para milhares de utilidades, a penicilina, o radar, tudo isto, finalmente, forma, hoje em dia, um conjunto capaz de sustentar dez ou mais vezes, em termos de abundância, a população mundial. No entanto, dois terços da Humanidade vivem em situação de miséria. Relativa ou absoluta. Aguda ou crônica. Os elementos de progresso são travados ou têm os seus objetivos fundamentais e as suas metas mais relevantes derivados para fins destrutivos. Já não dizemos em termos dos imensos recursos atuais, quando o aproveitamento de uma só descoberta – a desintegração do átomo – levaria as populações das áreas famintas a um nível de abundância absoluta, mas em termos da época em que o professor S. W. Stratton estabeleceu as suas "maravilhas do mundo moderno"

cabe a pergunta: quantos milhões de seres humanos vivem *atualmente* sem nunca terem auferido vantagens ou mesmo tomado conhecimento dessas descobertas e dessas invenções?

Dois terços da humanidade vivem como se nenhum desses recursos existissem. A ciência e a técnica ficam, assim subordinadas a interesses privados e, por istó mesmo, sofrem condicionamentos que as limitam e deformam de acordo com esses interesses.

Aqueles que apregoam um falso humanismo, os reformistas que desejam uma transformação gradual da sociedade esquecem-se deste pormenor. Este humanismo formal e sem consistência sociológica mais profunda afirma que a revolução na sua fase insurrecional destrói forças produtivas enormes, quando a força produtiva mais importante é o homem com os seus hábitos de trabalho e milhões de homens são destruídos no e pelo regime capitalista — sem guerra civil — e não conseguem sequer aplicar esses hábitos de trabalho, quer pelo fenômeno do desemprego e do subemprego, quer pela morte que atinge a população trabalhadora antes inclusive dos seus membros adquirirem hábitos de trabalho, pois morrem ainda na infância, numa verdadeira "imolação de inocentes" de que já se falou. Desta forma ficam impedidos de produzir mais riqueza social do que se houvesse uma guerra civil[2].

O humanismo sofisticado está englobado no conjunto de idéias do gradualismo contemporâneo. Insere-se, assim, como parte que funciona, no plano das idéias, objetivando convencer as camadas e estratos interessados no verdadeiro progresso social e que querem dar solução explosiva à contradição de que, através de reformas lentas, enquanto se realiza, por outro lado, a coexistência pacífica das superpotências, esta modificação qualitativa poderá ser conseguida.

Mas é, porém, na *práxis* política que o gradualismo reformista mostra a sua inconsistência científica. No campo gnosiológico, a fim de poder explicar e justificar as suas posições estratégicas, a sua tática e as resoluções subseqüentes, cai no mais puro idealismo filosófico, recorrendo, inclusive, ao explicar os fatos e processos sociais, históricos e políticos para a teoria dos "homens providenciais", "sensatos" das superpotências. Não vêem, através de uma análise materialista das relações sociais contemporâneas, que o sistema capitalista mundial é uma estrutura contraditória na qual se desenvolvem progressivamente todos os elementos objetivos da guerra. Esquece-se, por outro lado, dos milhões de seres humanos que vivem no Terceiro Mundo, morrendo enquanto a coexistência se desenvolve, e do ensinamento de V. I. Lenin segundo o qual "quem quer que admita a luta de classes não pode senão admitir que as guerras civis, em toda sociedade de classes, representam uma continuação natural, e em certas circunstâncias inevitável, um desenvolvimento e um recrudescimento da luta de classes. Negar as guerras civis ou esquecê-las é cair no pior oportunismo e renegar a revolução socialista (. . .) Os 'papas sociais' e os oportunistas estão sempre a sonhar com o socialismo pacífico do futuro; mas é isto justamente que os distingue dos social-democratas revolucionários: eles não querem sonhar nem pensar na brutalidade da luta de classes, nem nas *guerras* de classes necessárias à realização desse magnífico futuro"[3].

Este *magnífico futuro*, no entanto, cujas bases tecnológicas, materiais, já foram alcançadas, somente poderá transformar-se em realidade depois de um longo período de movimentos políticos violentos, assimetrias profundas capazes de romper as relações sociais obsoletas; somente assim as forças produtivas reencontrarão a harmonia perdida no modo de produção capitalista e a Humanidade criará, por métodos e meios científicos, aquilo que foi sonho dos poetas e utopistas de todos os tempos.

No período que medeia entre o dilaceramento das estruturas atuais e a instauração de uma nova ordem social em nível planetário, cabe às ciências sociais autênticas, direcionar essa transformação, indicando os caminhos nos quais trilharão as classes sociais interessadas neste processo reformulador global. Esta é a sua missão a não ser que deseje ser estudada, no futuro, como folclore político de uma ordem social que desapareceu.

Terminado na cidade de São Paulo, em 16 de janeiro de 1969

2. Cf. Castro Josué de, *Geografia da Fome*, S. Paulo, 1959, Oliveira, Franklin, *Revolução e Contra-Revolução no Brasil*, R. de Janeiro, 1962. Não cabe aqui citarmos as inúmeras estatísticas, relatórios e conclusões fornecidos pela UNESCO para comprovarmos que o subdesenvolvimento e a miséria que é o seu corolário mais característico, matam muito mais, em termos absolutos, do que todas as guerras civis vitoriosas.

3. Lenin, V. I., in *Marx-Engels-Marxismo*, Moscou, 1948, pp. 339-40.

APÊNDICE

Uma abordagem sociológica do conceito de História

Já houve quem dissesse que a História é a política passada e a política é a História presente[1]. Esta frase pode explicar muita coisa que ficará incompreensível se tomarmos a História como simples disciplina acadêmica, acima do próprio *devir* do seu objeto. Porque a História não existe apenas para registrar, narrar ou explicar os fatos passados. Ela está inserida no quadro das Ciências Sociais, marca e delimita objetivos para o Homem, generaliza os fatos e aponta as tendências do futuro, baseada no passado. Daí não poder ser compreendida corretamente se for tomada como simples narrativa sem conexão com a *práxis* e sem interligação com os grupos sociais que fazem a história.

Ciência que procura captar a ação dos homens (em sociedade) no tempo e no espaço, tem de generalizar os rasgos essenciais dessa ação, estabelecer coordenadas para a sua continuação no futuro. Se a ação dos homens no passado é o seu objeto – e essa ação quer dizer desenvolvimento, transformação – não se pode negar que a ciência histórica, por isto mesmo, somente se afirma quando, além de analisar os fatos parados e isolados, concatena-os em um período de tempo, consegue descrever e explicar a estrutura e o ritmo desse período, e, ao mesmo tempo, estabelece

1. A expressão é do historiador inglês Seely. Comentando-a R. Palme Dutt diz que ao assim se manifestar Seely "estava muito mais próximo da verdade da História do que muitos amadores pedantes da atualidade, que não vêem na História algo mais do que um quebra-cabeça infantil sem significado, pois têm medo da clara lição política que é a História Contemporânea". (R. Palme Dutt, *Problemas da História Contemporânea*, R. de Janeiro, 1964, p. 19).

as categorias lógicas que o interpretam e situam hierarquizado no processo de desenvolvimento global. Para tal, o historiador tem de aceitar, em primeiro lugar, que essa descrição e sua conseqüente interpretação devem ser dinâmicas, não apenas por questões metodológicas, mas porque o próprio objeto a ser analisado – a *práxis humana* – é dinâmico. Esta posição epistemológica fundamental frente ao fato histórico e à ciência que o explica deve ser o primeiro dever do historiador. A própria metodologia somente será válida se o estudioso partir desta constatação inicial. Daí ter de aceitar fundamentalmente: a) que a história é um *processus;* b) que se realiza no tempo através de choques, de contradições e c) sujeito à causalidade.

Sem a compreensão preliminar destes princípios não é possível fazer-se História. Sem a aceitação de uma continuidade dos fatos no tempo, entrelaçados e subordinados, e, ao mesmo tempo, sem se aceitar que essa concatenação e as contradições que lhes são inerentes não são obras do acaso, mas decorrem de uma causação específica, o historiador poderá fazer tudo, menos História.

Isto, que à primeira vista poderá parecer elementar, não é aceito, no entanto, pacificamente pelos historiadores. Se, por exemplo, Bury declara que "a História é uma ciência, nem mais nem menos", outros afirmam exatamente o contrário. Charles Beard afirma que precisamos "desfazer a ilusão de que poderia existir uma ciência da História" e Harold Temperley pontifica britanicamente que "a idéia de que a História é uma ciência já pereceu". Por isto John Lewis, analisando a opinião desses historiadores diz que para elas "existe um consenso quase geral de que as palavras 'causas' e 'causalidade' devem ser evitadas e, em se tratando de complicado agregado de fatos, a atribuição de causas é na melhor das hipóteses uma operação intelectual altamente duvidosa"[2].

Desta forma, o historiador deverá fazer a opção: ou há de fato um processo histórico objetivo, sujeito a *leis*[3], e desta maneira o estudioso pode inferir conclusões para a aplicação empírica e sua coordenação a longo prazo, ou tem de aceitar a contingência (o acaso, as individualidades polarizadoras, as idéias motoras etc.) como os elementos que dão conteúdo ao processo histórico e aí o contingente deixará de sê-lo pois se

2. Lewis, John, *Ciência, Fé e Cepticismo*, S. Paulo, s/d, p. 58.

3. Sobre o conceito de *leis* históricas consulte-se, mas com reservas: Henri Berr – *A Síntese em História*, São Paulo, 1946, pp. 32 e segs. Mais objetivo é Leôncio Basbaum: *O Processo Evolutivo da História*, S. Paulo, 1963, pp. 249 e segs. Embora também de forma não satisfatória é superior à conceituação de Henri Berr.

negará como contingência para ser o fator básico da História. Neste caso, a História se realizaria através de explosões imprevisíveis. Passaria a ser um conglomerado de fatos atomizados, desligados uns dos outros, de vez que cada um esgotaria os seus efeitos e ressonâncias em si mesmos e não no seu encadeamento diacrônico. E a História desapareceria como ciência.

Mas, essas controvérsias lógicas não existem apenas no plano da erudição, fruto de fricções de idéias desligadas do mundo. Elas, pelo contrário, são frutos da própria realidade que a Ciência Histórica pretende estudar. Queremos dizer, em outras palavras, que as diversas "escolas" e tendências históricas não surgem arbitrariamente, como cogumelos, ou por geração espontânea, mas fazem parte da realidade e também representam reflexos e reduções de fatos que cabe ao historiador interpretar, isto é: têm uma *raiz social.* A História, assim, no seu sentido global, é uma ciência que traz concomitantemente no seu bojo uma série de correntes que, ao invés de serem conceptualmente autoafirmação científica e autoconsciência histórica, tipificam elementos de *alienação* de uma parte da sociedade. Assim, o historiador ou tem uma *Weltanschauung* dinâmica e dinamizadora ou não poderá analisar a ação dos homens no passado e especialmente no presente, a não ser de forma *alienada.*

O sistema de valores dos historiadores que assim pensam leva-os a uma concepção invertida do processo histórico. Daí as distorções acadêmicas dos fatos históricos a que nos reportaremos oportunamente. O problema que estamos expondo entronca-se em outro que é o mais importante e difícil de ser abordado e respondido: haverá a possibilidade de um historiador afirmar e comprovar que o seu conjunto conceptual é aquele que expressa a autoconsciência histórica no seu processo ativo? Ou não há possibilidade de que seja estabelecida esta certeza e todos os esquemas que possam oferecer um conjunto logicamente harmônico podem ser aceitos como capazes de dar uma explicação satisfatória da História? Em outras palavras: poderá o historiador descobrir o sentido objetivo, a essência dinâmica da marcha dos acontecimentos passados e suas implicações no presente, ou caberá a ele apenas a função de *racionalizar* esses eventos que se desenvolveram no tempo sem nenhum sentido? Quando dizemos que houve uma Pré-história estamos enunciando uma era que existiu objetivamente no tempo e que pode ser caracterizada por uma série de elementos tipificadores, como queria Gordon Childe[4], ou o conceito de Pré-história é apenas

4. Cf. Childe, Gordon, *Que Sucedió en la Historia*, B. Aires, s/d.; *Idem, O Homem Faz-se a si Próprio*, Lisboa, s/d e *Evolução Social*, R. de Janeiro, 1961. Os trabalhos de V. Gordon Childe são no particular notáveis pelo rigor de análise e orientação metodológica.

uma forma cômoda de pensamento que permite ao historiador *racionalizar* uma época sem conteúdo que poderia ser caracterizada e conceituada de diversas outras maneiras e formas?

O exemplo da Pré-história poderá ser estendido a outras fases. Quando Pirenne refere-se a uma história econômica e social da Idade Média, o que procura expressar? A existência de um complexo de elementos reais que tornam possível ao historiador estabelecer subjetivamente uma visão dos elementos objetivos que a formam e informam ou ele nada mais faz do que racionalizar os fatos, escolhidos através de um processo seletivo que favoreceu o estabelecimento arbitrário do seu sistema de valores históricos?[5]

A este respeito Michel Debrun publicou um trabalho rico de opiniões estimulantes e que abre perspectiva para a continuidade do nosso raciocínio[6]. Abordou a questão das ideologias e a conexão entre elas e a realidade. Dentre outras questões refere-se ao problema das ideologias como refletoras do mundo objetivo. Embora tomando posição diferente da nossa – e não é este o lugar para estabelecermos quais são, pois fugiríamos ao nosso assunto – cabe salientar, contudo, que este problema levantado por Michel Debrun é de suma importância porque nos leva ao âmago da controvérsia: o gnosiológico. E ao entrarmos nesse campo cabe particularizar outro problema que está intimamente ligado ao primeiro: o conjunto de elementos proporcionadores do conhecimento histórico implica ser uma ideologia? Ou o historiador poderá captar o conhecimento histórico sem necessitar de nenhuma?

Devemos, antes de prosseguir, determo-nos um pouco sobre o assunto. O problema das ideologias está sendo atualmente muito debatido por historiadores e especialmente sociólogos. As definições sobre o que vem a ser uma ideologia têm, muitas vezes, um caráter. . . ideológico. . . Não queremos, por isto mesmo, dar mais uma definição do que entendemos por ideologia. Preferimos um método mais compreensivista e que parte do pressuposto de que ninguém pode raciocinar sem haver – consciente ou inconscientemente – estabelecido um suporte ideológico, isto é, um conjunto de conceitos básicos para entender os fatos empíricos. Isto porque uma ideologia não é apenas um conjunto erudito, fechado, estabelecido por cima dos fatos, mas a própria relação indispensável entre o sujeito e o mundo exterior; relação que produz, de uma forma ou de outra, uma série de idéias explicadoras da dinâmica que a natureza e a sociedade onde o sujeito cognitivo está engastado proporciona. Desta forma, não há pensamento sem um suporte ideológico.

5. Cf. Pirenne, H., *Historia Economica y Social de la Idad Media*, México, DF, *passim*.
6. Debrun, Michel, *Ideologia e Realidade*, R. de Janeiro, 1959, *passim*.

O que existe é que muitas vezes a captação imediata, através das sensações, do mundo exterior produz um conjunto fragmentário, contraditório e confuso de idéias e de reações nelas baseadas que, à primeira vista, parece surgir espontaneamente, de forma automática e por simples reflexo imediato.

Uma das dificuldades para se compreender certas formas de pensamento espontâneo como sendo decorrentes de uma ideologia é a sua falta de perspectiva histórica, o seu a-historicismo. O seu horizonte projetivo é quase inexistente. Por isto mesmo os fatos se isolam e não são vistos como um *processus*. Não ligam o *tempo* aos *acontecimentos* e não podem ver, por isto mesmo, a continuidade desses fatos, a sua conexão interna: daí não poderem alcançar o autoconhecimento.

Mas a História "é para o autoconhecimento humano. Julga-se geralmente que é importante para o homem, que ele se conheça a si próprio, não querendo isto dizer que ele conheça as suas particularidades meramente pessoais, aquilo que o diferencia dos outros homens, mas sim a sua natureza de homem. Conhecer-se a si mesmo significa saber, primeiramente, o que será o homem; em segundo lugar saber que espécie de homem se é; em terceiro lugar, saber o que será o que se *é*"[7].

Daí inferirmos que a História tem uma dimensão diacrônica; essa dimensão, por seu turno, implica na constatação de um processo e que esse processo do homem *sido* e *a-ser* é o escopo, o objetivo da História. Mas, como pode o historiador – voltamos a insistir – saber se a análise que procedeu dos elementos de que dispõe implica em *conhecimento* desse processo? Ora, para que haja uma coincidência ou um processo aproximativo entre o fato objetivo, histórico e a interpretação que lhe dá o estudioso necessita-se de um instrumental de análise que consiga captar, na sua essência, através de categorias, esse processo. Um método autoconsciente de análise histórica. O método deverá refletir, portanto, na sua essência os elementos que constituem o vínculo dos diversos fatos e processos históricos no seu desenvolvimento contraditório e o pensamento do historiador.

Será, porém, isto possível? Dizem alguns que a História lida mais com *valores* do que com o próprio desenvolvimento histórico objetivo e o homem, por ser o elemento criador desses valores, estabelece uma hierarquia na História de acordo com a sistemática valorativa estabelecida por ele, engastado em uma sociedade específica e fazendo parte de um grupo e de determinada classe social. Desta forma o fato histórico passa a ter *valor* à medida que o homem, o ser cognitivo, confere aos aconte-

7. Collingowood, R. G., *A Idéia de História*, Lisboa, s/d, p. 22.

cimentos um *valor* que lhe é dado. Mas, achamos nós que os elementos valorativos da História prendem-se a outro esquema de raciocínio.

É verdade que o Homem confere *valores* aos objetos, fatos e fenômenos. Isto, porém, não quer dizer que esses objetos, fatos e fenômenos só passaram a ter conteúdo, essência, após tê-la recebido de fora para dentro, injetada pelo analista que lhe conferiu determinado *valor*. Não. O inverso é que é verdadeiro. Os objetos, fatos e fenômenos possuem propriedades que lhes são inerentes, atributos que lhes são específicos. Ao descobrir essas propriedades e esses atributos inerentes aos objetos, fatos e fenômenos é que o ser raciocinante confere *valor* aos mesmos.

Isto significa, antes de mais nada, uma relação entre essas propriedades e as necessidades do Homem que as descobriu. Na História a mesma coisa se verifica. Quando, antes do *conhecimento* desses atributos e qualidades o homem confere *valor* a um fato, objeto ou instituição inevitavelmente cai na *alienação*, afastando-se, assim, da possibilidade de conhecê-los. O mundo material, a Natureza em toda a sua múltipla complexidade é o objeto do conhecimento do Homem. Ele próprio, elemento da Natureza é, ao mesmo tempo, objeto de conhecimento e sujeito conhecedor.

Os *valores*, portanto, são conceitos que se interpõem entre o mundo objetivo e o grau de conhecimento que um grupo social ou classe possui do mesmo. Daí eles não serem fixos porque o *conhecimento*, ao penetrar cada vez mais na essência de cada fenômeno específico modifica-os. Em outras palavras: os *valores* são representações objetivas de um determinado grau a que chegou o processo do conhecimento. A prática, ao influir sobre o mundo exterior e ao exigir a conceituação abstrata deste processo dialético emergente atua sobre os *valores* existentes e ao mesmo tempo os transforma. A *práxis* é, portanto, o elemento que testa os *valores* e ao mesmo tempo modifica-os reaproximando-os cada vez mais da sua essência.

Acontece, porém, que a *práxis* social é contraditória. Determinados grupos sociais, classes ou estamentos atuam com um objetivo; outros procuram objetivos diferentes e muitas vezes conflitantes. Desta forma a História reflete, nas suas categorias e no seu embasamento lógico este processo dicotômico. Nas sociedades divididas em castas, estamentos ou classes os *valores* são divergentes ou antagônicos. Este antagonismo manifesta-se em teorias que são frutos do processo contraditório através do qual a História se realiza.

Nesse desenvolvimento há camadas e classes interessadas em aprofundar o conhecimento da realidade porque a sua prática assim o exige. São exatamente aqueles grupos sociais que estão diretamente ligados ao processo da produção. Exigem uma dinâmica histórica permanente pois nesse processo eles avançam quer no sentido estritamento técnico e científico, quer no sentido social. Chocam-se, então, no espaço social, com aquelas camadas e estratos que estão no cume da pirâmide, e, por isto, desejam uma estagnação do processo histórico e criam uma imagem estática do mesmo, procurando eternizar o seu perfil. À medida que este processo se aguça, os agrupamentos engajados no processo da produção avançam no caminho do conhecimento e os outros caem progressivamente na *alienação*.

Certas correntes da História querem, por isto mesmo, ver nos *valores* apenas uma racionalização que o Homem faz de um mundo caótico e sem sentido. Desta forma, surge uma axiologia invertida que estabelece como conseqüência uma metafísica que poderá levar, paradoxalmente, ao irracionalismo absoluto. Isto porque se não há um substrato material, ou melhor, objetivo; se não há nenhuma relação causal entre a essência dos fenômenos e fatos objetivos e o pensamento humano, se esse nexo foi rompido ou não existe então todas as concepções do mundo são igualmente verdadeiras e válidas.

Se não há uma base objetiva, isto é, uma Natureza exterior e uma *práxis* humana que somente se humaniza à medida que penetra nela pelo trabalho, então tudo é válido, todos os *valores* se equivalem, são epifenômenos, desligados de qualquer validez.

Benedetto Croce, ao tentar analisar o problema da subjetividade em História equivocou-se quanto ao seu conceito. Para ele "onde quer que nos voltemos, deparamos, na história com este elemento subjetivo. E em verdade, é de admirar o pasmo que muitos sentem diante dele. Esse elemento subjetivo é suco do nosso cérebro; o que não significa exatamente – ponderava um velho filósofo napolitano – suco de beterraba, ora bolas! Acreditam muitos que, uma vez introduzido o elemento subjetivo na história a causa desta torna-se desesperada. Já a busca dos documentos oferece múltiplas dificuldades: se lhe acrescentarmos as que advêm do pensamento do homem, é melhor não falar em exatidão e em verdade histórica"[8].

O que Benedetto Croce não discerniu convenientemente foi a impossibilidade de se fazer História sem subjetivização da sua verdade objetiva. Todos os conceitos, as categorias com que a ciência histórica labora são subjetivas, por isto que elaboradas pelo cérebro humano. Mas, o que precisa ser destacado é que elas só têm eficiência prática quando não são arbitrariamente estabelecidas, mas representam o nexo aproximativo

8. Croce, Benedetto, "Subjetividade e Objetividade da Historiografia", in *Diário de São Paulo* de 22-4-1956.

mais elevado entre o conhecimento histórico em determinada época e a realidade. Ninguém pode fazer História, ou qualquer outra ciência social sem usar desse instrumental analítico que é criado pelo cérebro do estudioso. Seria infantil negá-lo. Isto, porém, não invalida a *objetividade científica* da História. Pelo contrário. Em determinadas ocasiões o historiador tem de usar a imaginação, porém dentro de um enquadramento idêntico àquele preconizado por W. C. Mills para a Sociologia[9]. O que não se pode aceitar é a desvinculação entre a realidade e o pensamento.

Para que isto não aconteça o historiador deverá ter a sua ótica voltada para a ação humana. Se ele se colocar neste ângulo de análise dificilmente extrapolará para conclusões subjetivistas ou irracionalistas. Então, à medida que a História é *conhecimento* é também aproximação ou coincidência com os processos dinâmicos do mundo exterior e suas leis; da mesma forma que a *alienação* é distanciamento, compreensão voluntarista, é acréscimo sem penetração na essência. Para que a História seja conhecimento, conforme já assinalamos, o objeto dessa ciência deverá ser tomado como um processo que se desenvolve no tempo, contraditoriamente e sujeito à causalidade.

Isto não implica que o historiador deixe de possuir uma ideologia, um ponto de vista consciente. Pelo contrário. Se assim fosse ele se limitaria a reproduzir documentos. E, como sabemos, o documento é apenas o ponto de partida para a subseqüente interpretação do fato. Assim, para nós, a História subjetiva é apenas aquela que, ao invés de usar no seu critério de análise o método lógico, isto é, aquele método que é uma relação entre o historiador e o conhecimento da essência dos fenômenos históricos, usa o método analógico para explicá-los.

Para sermos melhor compreendidos iremos exemplificar o que entendemos por isto.

No início da sociedade o homem raciocinava de uma forma que estava subordinada ao grau de desenvolvimento da comunidade na qual estava engastado como produtor. A Natureza que o envolvia e da qual dependia quase inteiramente influenciava de modo decisivo o seu método de raciocínio. Ele pensava analogicamente. Quando via o sol surgir pela manhã e ouvia o canto de um pássaro matinal pensava que o nascimento do sol estava subordinado ao canto daquela ave. O pensamento analógico explicava, assim, de forma *mágica*, para o chamado homem primitivo, os acontecimentos que se verificavam na sociedade. Com a maior divisão social do trabalho, a complexidade mais acentuada da economia e o dinamismo interno maior das forças produtivas, fatos que levavam o homem a transformar a Natureza através de uma série de instrumentos, ao invés de viver apenas na sua dependência, como acontecia na fase recoletora, os primeiros elementos do pensamento lógico surgiram e fizeram com que as duas formas de pensamento – o analógico e o lógico – se desenvolvessem cada vez de maneira mais independente e antagônica. À medida que o homem, no processo de dominar a Natureza, necessitava perpetuar ou melhorar uma técnica recorria espontaneamente a uma forma lógica de raciocínio. Quando queria explicar um fato sem conhecer a sua causa caía nos trilhos do pensamento *mágico*. Na História a fuga à causalidade leva inapelavelmente ao analógico.

Para nós, portanto, o subjetivismo em História não é o historiador lançar mão do pensamento (mesmo porque isto seria impossível) ou usar a imaginação em certos casos, mas é usar o método analógico de raciocínio para explicar os fatos e processos históricos globais.

Modernamente tem-se falado insistentemente em crise da História. Crise nos seus métodos de análise, crise nas suas coordenadas gerais. Isto levou um historiador como Theodor Mommsen a afirmar que vivemos no presente mas não o compreendemos. Esta falta de compreensão do que está acontecendo levou alguns historiadores a posições irracionalistas, como é o caso de Spengler que na sua "Decadência do Ocidente" pintou não a decadência do mundo ocidental mas toda a crise estrutural da sociedade contemporânea que ele não entendeu. Esse irracionalismo, que já tinha suas raízes em pensadores que antecederam à primeira guerra mundial consolidou-se após o seu final, ampliou-se antes da segunda – chegando a criar o fascismo e o nazismo – e atualmente tem guarida em diversas áreas de pensadores, muitos dos quais, logo após o final do segundo conflito mundial endossaram o existencialismo como concepção do mundo. Não foi, portanto, uma crise que se originou internamente, através de um simples desenvolvimento lógico da História como ciência (crise de crescimento), mas uma crise reflexa da estrutura do seu próprio objeto de conhecimento, nas instituições sociais cuja representatividade passou a ser contestada.

Aquela tranqüilidade acadêmica dos eruditos de antes da primeira grande guerra não mais existe. O historiador da época contemporânea é, sem o querer, ou conscientemente, um *engajado*. Isto surgiu em conseqüência de uma série de fatos aos quais o historiador não podia ficar alheio e da crescente solicitação à ciência histórica para explicar fatos cruciais que envolvem problemáticas políticas atuais. Isto não quer dizer que o historiador se transformou em um político, no seu plano imediato. Não. Ele é antes de tudo um historiador. Mas, ao mesmo tempo, na medida em que analisa fatos e problemas da sociedade contemporânea a sua obra assume

9. Cf. Wright Mills, C., *A Imaginação Sociológica*, R. de Janeiro, 1965, pp. 11 e segs.

uma conotação política. O caso de Arnold J. Toynbee é ilustrativo no particular.

Benedetto Croce, quando se referiu ao subjetivismo em História teve oportunidade de apontar as dificuldades que a simples coleta do documento já apresenta para o historiador. Na época contemporânea as dificuldades no particular cresceram muito mais. Por exemplo, na Grã-Bretanha – segundo E. Palme Dutt – existe um regulamento oficial que proibe, até passados cinqüenta anos, o acesso a documentos do Estado. Desta forma fontes importantíssimas sobre as duas grandes guerras estiveram até pouco tempo guardados ou continuam inacessíveis aos historiadores. Em outros países há regulamentos idênticos ou parecidos. Isto leva o historiador a desconhecer a sua época e possibilita a que afirmativas como as de Theodor Mommsen possam ser explicadas. Daí surgem também as explicações escatológicas e a chamada crise da História. O historiador tem de se voltar cada vez mais para o passado, para as épocas liberadas, deixando o homem comum completa ou parcialmente desinformado sobre os grandes assuntos e os problemas cruciais do mundo atual. Mesmo nessas áreas liberadas o historiador encontra uma série de barreiras indiretas quando procura estudar a História dos nossos dias. Ficamos, por isto, confinados à História de museu. Mas, como afirma José Honório Rodrigues "a História não é dos mortos, mas dos vivos, como uma realidade presente, obrigatória para a consciência. Por isso ela não é estranha à vida. Mas, infelizmente, a história pela história, indiferente aos impulsos e estímulos da vida, acumulação morta de materiais, quando não coleção factual de nomes e datas, tem dominado e escrito histórico e o conduziu a uma crise. Esta crise se originou da excessiva especialização nos aspectos particulares e singulares, do domínio da minúcia, da falta de conseqüências para a compreensão do presente, da desatenção aos interesses e às necessidades atuais"[10].

Esta crise da História é, também, uma crise *histórica*. Por isto mesmo somente será compreendida se fizermos um balanço analítico e crítico dos últimos cinqüenta anos e compreendermos que fatos como o dilaceramento e surgimento de novos Estados, instituições e *status* nacionais, a presença de revoluções e guerras, movimentos de libertação nacional e repressão neocolonialista, o deslanche (sempre direcionado em sentido contrário aos interesses da maioria) da tecnologia influíram enormemente nas categorias da História e a encaminharam, muitas vezes, para essa posição de *fuga* apontada tão bem por José Honório Rodrigues. Posição

10. Rodrigues, José Honório, *História e Historiadores do Brasil*, S. Paulo, 1965, p. 13.

que não é fruto apenas de uma crise metodológica, mas nasce no próprio âmago de uma era crítica e revolucionária, fato que leva o historiador a se refugiar na microhistória ou aceitar o desafio político do seu tempo, através de uma *práxis* dinâmico/radical. O que é, em última instância, um *desafio histórico*.